

Sábado, 18 de Agosto de 1979



# DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

## SESSÃO SUPLEMENTAR

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE AGOSTO DE 1979

Presidente: Ex.º Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.º Srs. Alfredo Pinto da Silva

Carlos Alberto Coelho de Sousa

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos.

Na continuação do debate do Programa do V Governo Constitucional, usaram da palavra em intervenções, pedidos de esclarecimento e protestos, além dos Srs. Ministros da Agricultura e Pescas (Joaquim Lourenço), das Finanças (Sousa Franco), da Coordenação Cultural e da Ciência e Cultura (Sedas Nunes) e da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais (Bruto da Costa), os Srs. Deputados Vítor Louro (PCP), Nuno Abecassis (CDS), Galvão de Melo (Indep.), Bento de Azevedo (PS), Manuel Gusmão (PCP), Carmelinda Pereira (Indep.), António Arnaut (PS), António Rebelo de Sousa (Indep.), Aboim Inglês (PCP), Vasco da Gama Fernandes (Indep.), Manuel Monteiro (UDP), Aires Rodrigues (Indep.), Bento Gonçalves (PSD), Jaime Gama (PS), Alberto Andrade (PS), João Lima (PS), Marcelo Curto (PS), Pedro Roseta (PSD), Carvalho Cardoso (CDS), António Campos (PS), Pedro Coelho (PS), Terese Ambrósio (PS), Carlos Robalo (CDS), Alda Nogueira (PCP), Carlos Laje (PS), Magalhães Mota (Indep.), Salgado Zenha (PS), Amândio de Azevedo (PSD), Carlos Brito (PCP), Mamedo Pereira (CDS), Meneres Pimentel (PSD), Vital Moreira (PCP), Zita Seabra (PCP), Monteiro de Andrade (Indep.), Amaro da Costa (CDS) e Vila Lobos Menezes (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 35 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
Agostinho Martins do Vale.  
Alberto Augusto M. da Silva Andrade.  
Alfredo Pinto da Silva.

Álvaro Monteiro.  
Amadeu da Silva Cruz.  
António Alberto Monteiro de Aguiar.  
António Barros dos Santos.  
António Cândido Miranda Macedo.  
António Carlos Ribeiro Campos.  
António Duarte Arnaut.  
Armando F. C. Pereira Bacelar.  
Armando dos Santos Lopes.  
Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Bento Elísio de Azevedo.  
Carlos Cardoso Lage.  
Carlos Justino Luís Cordeiro.  
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
Edmundo Pedro.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
Fernando Reis Luís.  
Fernando Tavares Loureiro.  
Florêncio Quintas Matias.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
Francisco Manuel Marcelo Curto.  
Jerónimo da Silva Pereira.  
João Alfredo Félix Vieira Lima.  
João da Silva.  
Joaquim José Catanho de Menezes.  
Joaquim Oliveira Rodrigues.  
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
José Cândido Rodrigues Pimenta.  
José dos Santos Francisco Vidal.  
José Gomes Fernandes.  
José M. de Lencastre de A. Leitão.  
Luís Alfredo Cardoso Monteiro.

Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Amândio Anes de Azevedo.  
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.  
 António José dos Santos M. da Silva.  
 António Neves Anacleto.  
 Armando António Correia.  
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
 Casimiro Gomes Pereira.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Jaime Adalberto Simões Ramos.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 José Alves da Cunha.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Maria Élia Brito Câmara.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José M. F. Pulido de Almeida.  
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.  
 José Luís R. de Albuquerque Christo.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel A. de A. de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Nuno Krus Abecasis.  
 Rui Mendes Tavares.

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Joaquim Navalha Garcia.  
 António Marques Zuzarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 Cândido Matos Gago.  
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Eduardo Sá Matos.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel do Rosário Moita.

Maria Alida Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascenção M. Dias Ferreira.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Independentes**

Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Olívio da Silva França.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

**O Sr. Presidente:** — Responderam à chamada 109 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 10 horas e 45 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Andrade para fazer perguntas ao Governo.

**O Sr. Alberto Andrade (PS):** — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Irei usar da palavra muito simplesmente para fazer três perguntas que decorrem naturalmente da leitura do Programa do Governo e da experiência que tenho como Deputado nesta Assembleia.

Na vigência do IV Governo Constitucional, o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia prometeu na Assembleia da República a publicação do livro branco da energia nuclear, o que, infelizmente, até hoje não aconteceu. Assim, a primeira pergunta que dirigirei ao Governo vai no sentido de saber se tem a intenção de, na chamada marcha dos cem dias, proceder à publicação e distribuição do «livro negro» da energia nuclear.

A segunda questão prende-se também com uma área afim, no meu ponto de vista: no primeiro caso foi a energia e no segundo é o ambiente. A pergunta, que é mais concretamente dirigida ao Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas, diz respeito ao seguinte: eu fiz em determinada altura um requerimento ao Governo pedindo informações sobre os problemas levantados pela construção da barragem de Crestuma, no rio Douro, e em resposta a esse requerimento foi-me dada esta informação: «O estudo da barragem de Crestuma insere-se no estudo global do aproveitamento hidroeléctrico da bacia do Douro há algum tempo, não tendo sido possível até agora fazer-se qualquer estudo de impacte ambiental.» Desejava saber se o V Governo Constitucional tencionava mandar proceder ao início daquele estudo que interessa a toda uma região e principalmente às populações dos municípios de Gondomar, Porto e Vila Nova de Gaia.

Uma terceira pergunta é a seguinte: durante o funcionamento da Assembleia na presente Legislatura muitos Deputados têm dirigido ao Governo inúmeros requerimentos, sendo certo que há uma elevada percentagem de requerimentos que até hoje não obtiveram resposta. Está nas intenções do V Governo tomar em consideração os requerimentos já efectuados e que até hoje não obtiveram resposta?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao usar da palavra neste momento, e para tecer algumas considerações ainda que genéricas e rápidas sobre a problemática da emigração, faço-o não propriamente no intuito de dissecar ou fazer uma análise muito aprofundada e pormenorizada do Programa do Governo, o que seria um pouco difícil dadas as omissões que apresenta neste particular, mas sim, e repito-o, para tecer algumas considerações do ponto de vista do Partido Socialista face a um tema e a uma problemática de grande importância nacional e numa época bastante importante para o fazer, já que é a época em que muitos dos interessados estão no nosso país.

Também julgamos que este debate pode ter utilidade neste particular dado que permite não direi confrontação mas um encontro de opiniões sobre um tema nacional que tem tido tanto voga, mas que tão mal utilizado tem sido.

A primeira questão que se põe é esta: o que é que o Partido Socialista poderá esperar do Governo nesta matéria? Sobre isso, em primeiro lugar, direi que o meu partido espera do Governo que tenha uma política própria sobre esta matéria, isto é, que a política seja dele, que se arrogue a competência que efectivamente tem de a definir e executar e que não se transforme num instrumento de execução de políticas alheias, sejam elas pessoais ou colectivas.

Sr.º Primeiro-Ministro: V. Ex.º e os Membros do seu Governo têm de assumir esta responsabilidade de ter a vossa própria política de comunidades e de emigração e não cooptar as políticas alheias, situação que até do ponto de vista constitucional não seria correcta. Aliás têm de definir e executar essa política não para uma utilização pessoal, para uma utilização política genérica, mas porque efectivamente essa problemática deve ter no futuro uma resolução nacional que seja integrada numa política harmónica de desenvolvimento cultural, económico e social do País.

Temos fortes apreensões na medida em que da leitura do Programa do Governo ou do conhecimento geral que temos do pensamento do Governo sobre esta matéria não encontramos, por exemplo, algo que nos diga quem vai tutelar esta política; será o Ministério dos Negócios Estrangeiros? Foi ou não extinta a Secretaria de Estado da Emigração? Há uma Secretaria de Estado da Emigração e dos Negócios Estrangeiros? Há qualquer ideia de mudança estrutural do Governo neste particular? Não sabemos.

De resto, também temos de confessar que em governos anteriores temos vindo a assistir, há cerca de um ano a esta parte, a um esvaziamento progressivo da competência política do Governo sobre esta matéria e, mais, à transformação da política de emigração por parte dos Executivos anteriores, pelo menos dos dois últimos, numa política de gestão quase burocrática, diria, quase doméstica, dos assuntos, não com uma visão que efectivamente possa ser diversificada a vários sectores, mas integrada numa visão global da vida do País.

O Partido Socialista espera que o Governo não conceba as comunidades portuguesas como associações culturais ou associações recreativas, tal como

também espera que o Governo não ceda à tentação — e eu sei que não vai ceder — de renovar um «novo mundo português», talvez com frustrações de país colonizador sem colónias e transpondo para as pessoas aquilo que alguns faziam incidir sobre os territórios coloniais...

Tudo isso esperamos que não aconteça, pois contamos que o Governo desempenhe as suas tarefas no estrangeiro em relação aos portugueses que lá vivem no quotidiano da vida, na negociação bilateral, na negociação multilateral, na luta diária junto das autoridades locais, na luta diária junto dos sindicatos, na luta diária junto dos tribunais, etc., minorando problemas do quotidiano da vida dos portugueses.

Neste particular queria chamar a atenção do Governo para a importância decisiva que a sua actuação poderá ter para a não aplicação aos portugueses das chamadas leis novas de emigração em França, da Lei Bonnet, na medida em que se ela for efectivamente executada centenas, direi mesmo, milhares, de portugueses ver-se-ão na contingência de ser expulsos do país, numa situação realmente estranha que é a de isso se verificar no momento em que Portugal procura acelerar as negociações com o Mercado Comum para a integração europeia, negociações que têm uma influência na vida presente desses portugueses, como produtores, como cidadãos nacionais.

A este propósito gostaria de dizer que é fundamental que as negociações para a integração europeia de Portugal não só sejam aceleradas, mas sejam também alargadas aos seus objectivos e atinjam progressivamente, e evidentemente por fases, esta problemática da mão-de-obra portuguesa estacionada na Europa.

Fala-se muitas vezes dos milagres da livre circulação, fala-se muitas vezes nos milagres da Carta Social Europeia, etc., mas não há uma noção perfeita do que seja a repercussão da integração europeia faseada de Portugal na vida desta gente, que efectivamente continua hoje a desempenhar papéis decisivos não só a nível financeiro, como se costuma dizer, mas também ao nível da sobrevivência da unidade cultural do país.

Por outro lado, do ponto de vista interno não esperamos que o Governo — aliás é isso que se pode deduzir da intervenção do Ministro Correia Gago — tenha uma visão harmónica do desenvolvimento económico e social do País e que na sua política de investimento, na sua política de crédito, na criação de emprego, de desenvolvimento regional, na política da criação do subsídio de desemprego, etc., todas essas medidas de desenvolvimento sejam efectivamente tecidas e desenvolvidas, não esquecendo esta parte do País que vive emigrado e que tem em si capacidade de trabalho, capacidade financeira e acima de tudo imaginação e hábitos de produtividade democrática, que podem, de facto, ser decisivos neste desenvolvimento económico sectorial do País.

Se assim não for, nós continuaremos a ter dois países, continuamos a transformar as comunidades portuguesas e a emigração — e já o disse muitas vezes nesta Assembleia, mas volto a repeti-lo — num fado português bem chorado e menor e não conseguiremos de modo algum fazer essa integração do povo português em áreas tão importantes como seja o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

E agora uma palavra final para o papel que esta Assembleia desempenhou nesta problemática. Apesar dos defeitos que lhe apontam, esta Assembleia foi uma tribuna em que também sobre esta matéria se disseram coisas importantes, onde há Deputados eleitos pela emigração, que nem sempre estiveram no lugar em que tinham de estar nesta discussão geral, mas onde deviam estar, até porque são as únicas pessoas com a representatividade da emigração, pois são os únicos eleitos pelo sufrágio directo e universal dos emigrantes.

Nesta Assembleia foram aprovados diplomas importantes e quero referir os dois últimos, um apresentado pelo Partido Comunista e outro pelo Partido Socialista, que foram aprovados há quinze dias ou três semanas, que vão constituir uma nova estrutura para a política de emigração e que não vão criar uma competência paralela em relação aos órgãos do Estado ou aos organismos do Governo que têm por competência o desenvolvimento e a tutela da política de emigração, mas que vão sem dúvida criar um poder que vai cercear os abusos e omissões dos agentes do Estado que não desenvolvem as tarefas que lhes são cometidas, que vão, finalmente, personalizar as comunidades na medida em que esses órgãos são das comunidades e não de tutela estadual, na medida em que vão efectivamente permitir que o Estado seja, digamos, chamado à atenção por grupos ou colectividades, que são os destinatários das funções do Estado, quantas vezes não exercidas apesar de cometidas...

Neste particular, e para finalizar, quero lembrar que só os consulados ou as embaixadas incompetentes, constituídas por funcionários desinteressados ou que odeiam a emigração, ou por elitistas, é que podem efectivamente hostilizar organizações de emigrantes que foram exactamente criadas para melhor integrarem os serviços das embaixadas, para melhor darem a conhecer e a perceber aos agentes do Estado e aos agentes diplomáticos as necessidades quotidianas mais importantes.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Muito bem!

O Orador: — Portanto diremos que as críticas feitas a estas estruturas são geralmente feitas por quem as não deseja, porque lhes são inconvenientes, mas elas foram criadas para benefício nacional e não para benefício ou conveniência de particulares, ainda que sejam agentes do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito haveria ainda a dizer sobre este tema. Todavia, para não entrarmos numa discussão casuística pretendi unicamente, em nome do meu partido, tecer algumas considerações genéricas que me parecem importantes e que podem constituir alguma base para a actuação futura do Governo, feitas por quem efectivamente já teve responsabilidades dentro dele nesta matéria.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Curto.

O Sr. Marcelo Curto (PS): — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Pedi a palavra apenas para formular

algumas perguntas sintéticas que preocupam a bancada do Partido Socialista e que eu faço em nome do grupo parlamentar, com a moção de que efectivamente este Governo poderá dar-lhe solução.

Em primeiro lugar, esta Assembleia aprovou há cerca de um ano dois diplomas legislativos, duas leis, uma que criava o Instituto Nacional das Empresas em Autogestão (INEA) e outra que regularizava ou estabelecia normas para a regularização da situação das empresas em autogestão.

Qualquer desses diplomas, tanto pelo Governo Nobre da Costa como pelo Governo Mota Pinto, viu sempre adiada a sua aplicação. No que toca ao INEA, nem o Governo Nobre da Costa nem sequer o Governo Mota Pinto — e este podê-los-ia ter aplicado — nada ou muito pouco fizeram para a sua aplicação. O Governo Mota Pinto criou uma comissão para estudo das situações de autogestão que funcionou no Ministério das Finanças, sob a presidência do Dr. Brito Correia, que, em conjunto com o Sr. Ministro do Trabalho do Governo Mota Pinto, esteve presente na Comissão de Trabalho desta Assembleia dando explicações sobre o andamento dos trabalhos da comissão de estudo, mas o certo é que nós aqui na Assembleia nada mais soubemos nem sobre o estudo das situações de autogestão nem sobre a instalação do INEA. A pergunta que formulou é, pois, esta: o que pensa fazer este Governo? Pensa, — e julgo que isso está na sua capacidade, mesmo que fosse meramente de gestão — instalar ou dar um primeiro passo para a instalação do INEA, o que, de acordo com a Lei n.º 76/78, é da competência e tutela do Sr. Primeiro-Ministro, no caso da Sr.º Primeiro-Ministro?

O outro ponto é também sobre a aplicação da Lei n.º 68/78, que estabelece normas para a regularização das situações das empresas em autogestão. O que se passa é que se previa aí que as empresas elegessem comissões de gestão e que essas comissões teriam de ser homologadas pelos Ministérios da tutela, nomeadamente pelo Ministério da Indústria. Mas o que se verifica é que há só duas ou três empresas com a respectiva comissão de gestão homologada. Inexplicavelmente, o Ministro da Indústria não homologou a maior parte das comissões de gestão, com variados pretextos, e eu pergunto também se este Governo entende acelerar a homologação dessas comissões de gestão, porque muitas dessas empresas estão ainda a ser geridas através das credenciais, que são criticadas pela direita, que diz que elas não têm base legal, mas o facto é que elas o têm, pois ao tempo eram as leis constitucionais em vigor que legitimavam essas credenciais. De qualquer modo, trata-se de soluções precárias que importa resolver e nem se diga que o sector autogestionário não tem importância ou que não existe, porque o próprio Ministério do Trabalho aqui na Assembleia disse que, pelo menos, havia 130 empresas a funcionar em situação sã.

Queremos também exprimir a nossa preocupação quanto à legislação laboral aprovada à pressa na última sessão do Conselho de Ministros do IV Governo, quando este Governo já tinha sido empossado, e perguntar o que é que este Governo pensa fazer em relação a esse pacote de legislação laboral.

Por último, queremos exprimir também a nossa preocupação e pedir ao Governo que nos diga o que pensa fazer relativamente aos despedimentos colectivos que se estão a verificar em número alarmante, às vezes sem fundamento — é o caso, nomeadamente, do despedimento na Standard Eléctrica —, e que muitas vezes encobrem despedimentos que não podem ser feitos com justa causa, utilizando então as entidades patronais o despedimento colectivo para disfarçar verdadeiros despedimentos selectivos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Era aguardado com natural expectativa o Programa deste Governo para os sectores dependentes do Ministério da Agricultura e Pescas. As razões são óbvias e decorrem do comportamento dos Governos Nobre da Costa e de Mota Pinto, com Vaz Portugal à frente daquele Ministério, acentuando a política Barreto.

Em verdade, a reacção mostrou o que é e o que quer, à frente daquele Ministério: de costas voltadas para os camponeses e para os trabalhadores agrícolas, incompetente, arrogante, balofa, odiente e repressiva.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Ena pá! ...

O Orador: — A equipa Vaz Portugal ao longo de quase um ano foi incapaz de tomar quaisquer medidas dignas de nota para aumentar a produção interna de alimentos ou para resolver qualquer dos vastos problemas dos agricultores. Bem ao contrário, tomou numerosas medidas que agravaram os problemas existentes, a tal ponto que os camponeses estão hoje em condições muito mais difíceis do que há um ano.

Realizando a política dos partidos da autodenominada Aliança Democrática, o Governo Mota Pinto aumentou insuportavelmente as taxas de juro e acabou com o Crédito Agrícola de Emergência. O crédito complicou-se de tal modo que hoje os agricultores e as cooperativas não o têm.

Curiosamente, seria necessário a agricultores que são na sua maioria analfabetos preencher, para obterem um empréstimo do Crédito Agrícola, uma resma de papel como esta. (*Foi mostrada.*)

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Mas isso não é da autoria da Aliança Democrática ...

O Orador: — Hoje, como antes do 25 de Abril, o crédito é só para os ricos e para um pequeno número de agricultores capitalistas.

Por decisão do Governo do PPD e CDS, encareceram desmedidamente os adubos, as sementes, os pesticidas, as rações, as máquinas, enquanto foram fixados preços ruinosos para produtos tão essenciais como o trigo e o tomate, por exemplo. Ao mesmo

tempo, as juntas deixaram praticamente de intervir no mercado, a não ser para protegerem os intermediários e encher-lhes os bolsos: lembremos só os escândalos da importação e distribuição da batata de semente, a importação de vinho e a liberalização do preço da carne. Quer dizer, à medida que impunha o empobrecimento dos que trabalham a terra, o Governo da reacção enchia os bolsos dos parasitas.

O Governo não pagou as indemnizações aos agricultores que sofreram as consequências das intempéries, mantém atrasadíssimo o pagamento das indemnizações devidas pela peste suína africana e lançou um ataque monumental ao movimento cooperativo leiteiro, atrasando o pagamento das suas dívidas e subsídios às cooperativas de Entre Douro e Mondego. O Governo cortou às UCPs/cooperativas o crédito de emergência e o crédito para forragens. Mas ao mesmo tempo o Governo da aliança reaccionária não teve o mínimo rebuço em conceder 500 contos a cada agrário para tomar conta da sua reserva!

Naturalmente, a CAP, pela pessoa do Sr. Casqueiro, considerou muito positivo este estendal de miséria lançado pelo Governo da aliança monárquico-reaccionária... Aliás, a mesma CAP, que ainda há meses vinha falar na defesa dos rendeiros, hoje ataca as alterações da lei do arrendamento que esta Assembleia aprovou no mês passado com os votos do PCP e do PS.

Por acção empenhada dos homens que no MAP do IV Governo fizeram a política dos partidos da minoria de direita, o País conheceu as acções represivas de maior violência de que há memória, instalando no Alentejo um clima permanente de provoção, ódio e desafio à legalidade democrática através da cobertura dada aos agrários a pretexto do cumprimento da lei Barreto. A sombra disso o MAP cometeu o maior rol de ilegalidades e abusos de poder de que há memória nos últimos anos e ofereceu terreno à corrupção e ao crime.

Em consequência dessa ofensiva reaccionária desencadeada pelo MAP da aliança da direita, centenas de homens, mulheres e crianças foram agredidos, dezenas de UCPs/cooperativas foram destruídas e milhares de hectares de searas cultivadas pelos trabalhadores foram perdidas nas mãos dos agrários, bem como muitos milhares de cabeças de gado, particularmente fêmeas.

A opinião pública portuguesa e internacional conheceu e repudiou tudo isso, ao ponto de, publicamente, o Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária ter condenado tais acções após uma apreciação rigorosa dos factos, Tribunal que apelou para que fossem sustidos todos os actos e reparados integralmente os danos causados.

Perante este quadro o que é que este Governo se propõe fazer no campo da agricultura?

Nós entendemos que o seu Programa é marcado por uma grande ausência de medidas, mas está enfomado por três linhas de força: medidas socio-culturais viradas para o associativismo na área das pequenas explorações; uma perspectiva da Reforma Agrária condizente com a perspectiva constitucional, e o privilegiamento das regiões mais atrasadas e das explorações mais pequenas.

Em observância do próprio programa agrário do PCP, sempre defendemos o respeito e o apoio às pequenas explorações campesinas e o apoio ao esforço dos trabalhadores das UCPs/cooperativas no sentido de alargarem ainda mais os êxitos por si obtidos em matéria de investimento e de aumento da produção agrícola e de transformação da vida social e cultural nas aldeias do Alentejo e do Ribatejo. Reforma Agrária não é só expropriações, e muito menos é apenas reservas. Reforma Agrária é também crédito, assistência técnica, formação profissional dos agricultores, correção dos circuitos de comercialização, aplicação de uma justa política de preços. Enfim, em nosso entender o Programa do Governo contém uma alteração significativa em relação aos Governos anteriores, que, a concretizar-se, terá o nosso apoio.

Se o Governo levar por diante uma tal política, na perspectiva constitucional que apresenta no seu Programa, pode estar certo do apoio dos trabalhadores e dos agricultores, e portanto terá dado um passo importante no caminho do aumento da produção e da produtividade e na melhoria das condições de vida nos campos de Portugal.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas esta é uma perspectiva que não condiz com a afirmação programática deste Governo de que vai prosseguir a «sequência normal de acções já iniciadas ou consideradas como de rotina». Porque, como já vimos, o MAP do Governo Mota Pinto não iniciou tais acções de sinal positivo, tendo, pelo contrário, transformado em rotina do Ministério acções absolutamente lesivas dos interesses da lavoura nacional e destruidoras da Reforma Agrária e de tudo o que de positivo se fez de política agrária depois do 25 de Abril. Por isso entendemos que é imprescindível que o Governo esclareça o sentido daquela expressão no que concerne à agricultura, tendo em conta, inclusivamente, que a criação de um clima de calma social propiciadora da liberdade e serenidade do acto eleitoral é incompatível com a prossecução da política repressiva e violenta que constituiu o pão nosso de cada dia do Governo Mota Pinto.

Necessário se torna conhecer o que pensa este Governo sobre algumas das medidas mais urgentes que terão de ser tomadas. Porque este Governo tem um horizonte temporal de pouco mais de três meses, durante os quais termina o actual ano agrícola e se prepara e inicia a próxima campanha de inverno. O esclarecimento que se obtiver sobre elas permitir-nos-á — a nós e ao País — ajuizar do verdadeiro sentido das intenções traçadas no Programa.

Os agricultores exigem justamente a revisão dos preços do trigo e do tomate, por exemplo; exigem tal como os consumidores, o combate aos intermediários especuladores que estão a reter a batata de consumo; protestando contra o facto de não pararem de lhes atirar encargos para cima das costas, exigem um subsídio ao gasóleo de uso agrícola; exigem a manutenção dos preços fixos de garantia para as madeiras de pinho e eucalipto.

Por outro lado, esperando-se uma grande produção de vinho, os agricultores têm presente a actuação da Junta dos Vinhos na campanha anterior, que sob a presidência do ex-presidente da QAP, ali colocado

pelo CDS no II Governo Constitucional, estabeleceu uma política de preços e de importação que não só beneficiou exclusivamente os grandes armazénistas, como fomentou a especulação. Tendo presente esse comportamento, exigem uma viragem por forma que de tão abundante colheita não saiam eles arruinados e o consumidor continue a pagar os preços altíssimos hoje praticados apenas para encher os bolsos dos armazénistas.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tratando-se de preparar o novo ano agrícola numa perspectiva nova, virada para o aumento da produção e da produtividade, impõe-se que o Governo dê satisfação às repetidas reivindicações dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores das UCPs/cooperativas: lançar uma campanha de análise de terras e apoiar os produtores com conselhos úteis para adubação; fixar já os preços do trigo e dos outros cereais para que os produtores possam decidir sobre as áreas a cultivar com cada um deles; garantir a distribuição em tempo útil das sementes de qualidade dos cereais de pragana, tanto em quantidade como em variedades que se conhecem e estejam adaptadas às condições das nossas terras e do nosso clima; garantir a importação da batata de semente e a sua distribuição pelas cooperativas sem interferência de intermediários; a discussão com os seareiros das rendas para a próxima campanha, e a garantia de terras com aptidão agrícola. Os trabalhadores das UCPs/cooperativas exigem justamente garantias efectivas para que possam fazer as próximas sementeiras sabendo que colherão o que semearam.

Os comunistas apoiam activamente estas exigências dos agricultores e dos trabalhadores das UCPs/cooperativas e desejam que o Governo esclareça o seu pensamento em relação a elas.

A acção desencadeada pelo Governo Mota Pinto contra as conquistas do 25 de Abril atingiram as grandes herdades estatais (Lezírias, Palma, Comporta, Barrosinha, Machados), que pelas suas grandes dimensões e potencialidades têm um importante papel reservado no quadro do desenvolvimento da agricultura portuguesa. Elas devem ser utilizadas como centros de produção de sementes e gado de alta qualidade para fornecer à agricultura e como explorações modelo que sirvam de exemplo para os produtores das respectivas regiões.

Ao contrário disso, o Governo anterior, com os homens da auto chamada aliança democrática à frente do MAP, tratou de lançar o ataque contra essas empresas, entregando aos agrários partes delas que são essenciais para o respetivo equilíbrio e tentando convencer pequenos agricultores e seareiros, e mesmo trabalhadores assalariados e até pessoas que nada têm a ver com a agricultura, a ficarem com bocados de terra. Os reaccionários que estavam no comando do MAP de Vaz Portugal sabiam bem que os que tomassem essas terras não suportariam a sua exploração e mais cedo ou mais tarde acabariam por se arruinarem — mas quiseram servir-se agora dessas pessoas, demagogicamente, apenas como meio de destruir a organização dessas herdades e inutilizar a sua exploração.

Interessa saber se este Governo está disposto a corrigir os desmandos praticados e a orientar essas heranças como pólos de apoio à agricultura nacional.

Os baldios são do povo. O povo lutou por eles durante o fascismo. Os baldios foram devolvidos aos povos depois do 25 de Abril — alias por lei de um Governo que contava com o actual Ministro à frente de uma das Secretarias de Estado responsáveis pelas questões dos baldios. Os povos organizaram-se de acordo com a lei e passaram a explorar directamente os baldios, moralizando a sua utilização, defendendo a floresta e tirando muito mais proveito para a melhoria das suas condições de vida, ajudando-os a vencer o atraso, o abandono e o isolamento a que os votaram o fascismo e os ricos. Hoje está comprovado que os baldios nas mãos dos povos são maior riqueza para a Nação.

No entanto, em algumas terras o povo tinha de enfrentar a resistência de gente reaccionária, principalmente do PPD e do CDS, que está em certas câmaras e juntas de freguesia e que se recusa a publicar o recenseamento dos compartes como a lei manda, impedindo assim a constituição das respectivas assembleias e conselhos directivos. Mesmo assim, existem já e funcionam cerca de seiscentos conselhos directivos.

Pois o Governo Mota Pinto, depois de exonerado, pretendeu retirar os baldios aos compartes, tal como exigia o PPD, o CDS e o PPM.

Bom, uma tal decisão é inconstitucional a dois títulos: primeiro, o Governo atribuiu uma nova competência às autarquias locais, sendo que a Constituição reserva essa matéria em exclusivo à Assembleia da República; segundo, porque a Constituição definiu como modo social de gestão dos bens comunitários do sector público — baldios — a gestão pelas próprias comunidades locais.

Por isso é importante que o Governo esclareça o seu pensamento sobre a matéria, designadamente se pretende fazer o que está ao seu alcance para que tal decisão — ilegal e antieconómica e anti-social — não venha a ser executada.

O Governo tem manifestado uma justa propensão para atacar algumas das mais gritantes desigualdades sociais. Não pode, por isso, esquecer que os agricultores exigem justamente o aumento imediato das reformas e pensões para 1750\$ e negociações para as aumentar a curto prazo para 2350\$ e exigem a definição exacta do futuro das Casas do Povo ouvindo os seus responsáveis e as organizações da lavoura, e consideram que a melhor prenda para os seus filhos neste Ano Internacional da Criança é o abono de família ser alargado a todos os agricultores, sejam proprietários ou não.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os comunistas estão com os agricultores nestes seus anseios e perguntam ao Governo qual a sua ideia sobre eles.

Em relação às pescas também a acção dos governos anteriores se caracterizou pelo ataque furioso às empresas do sector nacionalizado e pelo descurar dos interesses portugueses face a outros países. Os instrumentos de tal política antipatriótica foram diversos: desde o não pagamento do que era devido pela pesca em águas territoriais estrangeiros até à permissão dada a

certos países para sacarem a riqueza das nossas águas; desde a ausência de saneamento económico-financeiro das empresas nacionalizadas até a uma política de preços visando o seu afundamento, sem sequer hesitar na venda ao desbarato a armadores privados dos melhores navios da frota nacionalizada, ou na paralisação durante sete meses da maior parte dessa frota — tudo serviu ao MAP para tentar destruir o sector nacionalizado, mesmo que isso custasse aos consumidores os olhos da cara. Por isso ficamos perplexos quando constatamos o silêncio total do Programa em relação ao sector público e sobre a exploração e fiscalização da nossa zona económica exclusiva.

Sabendo-se que o anterior Secretário de Estado Tenreirista, no prosseguimento da sua política, fez vários despachos nomeando gente que lhe dava garantias de o acompanhar na concretização dos seus designios antiportugueses e que essas pessoas não chegaram a tomar posse, nós desejamos saber do Governo se tenta confirmar tais nomeações, na medida em que a resposta poderá lançar luz sobre o pensamento do MAP em relação ao sector público das pescas, ao mesmo tempo que lhe perguntamos se pretende cessar as medidas de desmantelamento e empreender uma política de recuperação desse sector decisivo.

Interessa saber também o que o MAP pensa fazer em relação ao sector conserveiro — tão atacado pelos dois últimos Governos — e aos aspectos sociais que envolvem os trabalhadores das empresas e os pescadores, bem como a busca de entendimento com os novos países africanos de expressão portuguesa para cooperação no domínio das pescas.

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Este Governo apresentou-se à Assembleia da República e ao País em termos que alimentam algumas esperanças. Os aspectos obscuros do seu Programa são todavia consideráveis e a luz que se faça agora sobre eles contribuirá para formarmos a nossa opinião.

Mais do que o Programa, porém, contará a sua prática. Se a política efectiva deste Governo representar uma viragem em relação aos Governos do PPD e do CDS, em conformidade com o quadro constitucional e as exigências mais prementes dos agricultores e dos trabalhadores dos sectores agrícola e piscatório, então não lhe faltará apoio.

Da nossa parte, e na mesma atitude responsável de sempre, nós, ao mesmo tempo que criticaremos e combateremos as medidas negativas, não deixaremos de apoiar todas as medidas justas e positivas.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr. Presidente, na sessão de ontem e na ausência de V. Ex.<sup>a</sup>, eu disse que o Partido Comunista Português não consegue falar sem repetir sempre os mesmos insultos. Mais uma vez isso se verificou.

Queria interpelar V. Ex.<sup>a</sup> porque a prática nesta Assembleia tem sido a de que quando qualquer Deputado fala sobre um partido e lhe altera o nome, substituindo-o por expressões ofensivas ou não e falsas, a Mesa intervém e chama a atenção desse Deputado. Recordo, de entre muitos outros, o caso

em que o Sr. Deputado Acácio Barreiros — aliás, de feliz memória — chamava frequentemente ao Partido Comunista Português «Partido do Sr. Cunhal» e outras coisas no género. Nestes casos, a Mesa intervinha.

Ora, temos estado a assistir nesta Câmara a que, perante a passividade da Mesa, partidos democráticos e a Aliança Democrática — e é assim que ela se designa, pois foi assim que foi constituída — têm sido designados pela bancada do PCP por formas que são incorrectas e que são ofensivas.

Gostaria de saber se a Mesa vai continuar a permitir tal situação. No caso afirmativo, gostaria de saber se a partir daí entramos na «lei da selva» e se também nós poderemos começar a alterar os nomes dos partidos, passando a chamar ao PCP qualquer coisa como, por exemplo, «Partido Estalinista Português» ou «Partido Burocrático Português» ...

*Risos.*

Não me preocupo muito — e já o disse várias vezes — com os insultos que nos dirige o PCP, porque para nós são elogios!

*Risos do PCP.*

Como disse o Presidente do povo mais numeroso da terra, é uma coisa boa quando o nosso inimigo nos ataca, pois o que nos devia preocupar é quando eles não nos atacam, pois é sinal que está consciente e teme a nossa força.

*Risos do PCP.*

De qualquer modo, penso que a Mesa não deve permitir, não por nós, porque nos é perfeitamente indiferente ...

*Risos do PCP.*

... mas pela dignidade desta Casa.

*Risos do PCP.*

Para nós até são elogiosos os vossos insultos! Contudo, a Mesa não devia, perante a dignidade desta Casa e perante o povo português, deixar que nomes de partidos ou alianças que estes constituem sejam deturpadas com insultos.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Pedro Roseta, enquanto os Deputados que usam da palavra não empregarem termos concretamente ofensivos a Mesa não pode intervir, e gostaria que o Sr. Deputado me indicasse a disposição regimental que o permite fazer, a não ser o artigo 102.º do Regimento.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr. Presidente, há disposições regimentais que permitem à Mesa, como tem sido usual — e invoco, além do Regimento, a praxe desta Casa —, sempre que é alterado o nome de um partido político, seja ele qual for, chamar a atenção do orador. A nosso ver é ofensivo chamar à Aliança Democrática «aliança reaccionária» e mais não sei o quê. Mas, mesmo que não fosse, não é legítimo e não tem sido praxe desta Casa a Mesa deixar passar sem um comentário a

alteração de nomes dos partidos, a não ser que eu me sinta autorizado a chamar qualquer coisa aos outros partidos ... E é evidente que não o farei porque os nomes dos partidos são aqueles que os partidos a si próprios se auto-atribuem.

Francamente, esperemos que isto não se prolongue indefinidamente!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Louro.

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas esclarecer o Sr. Deputado Pedro Roseta de que, em meu entender, não há motivos para essa susceptibilidade. Sempre que me referi ao PPD/PSD tratei-o pelo seu nome próprio e sempre que me referi à Aliança Democrática, até tive o cuidado de lhe chamar a autodenominada Aliança Democrática.

Quando caracterizei a sua prática política como reaccionária e como monárquico-reaccionária, etc., estava simplesmente a caracterizar uma prática política e não a chamar qualquer nome diferente aos partidos.

*Risos do Sr. Deputado Carvalho Cardoso (CDS).*

É evidente que se a designação de «aliança reaccionária» encaixou bem, a tal ponto que o Sr. Deputado Pedro Roseta se susceptibilizou, o problema é dele ...

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**O Sr. Teodoro da Silva (PSD):** — Mas os social-fascistas não admitem o mesmo!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta:

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — É evidente que mais uma vez e como é costume o Sr. Deputado Vítor Louro fez uma provocação que não pode ficar sem resposta.

*Risos do PS e do PCP.*

**O Sr. Deputado Vítor Louro** faltou à verdade, o que é costume, quando disse que apenas caracterizou uma prática política de um partido ou de uma aliança, pois não foi isso o que aconteceu.

Em todos os discursos aqui feitos, o PCP tem substituído — até com maiúsculas, como prova de que é falso — a designação da Aliança Democrática por «aliança reaccionária» ou qualquer outra coisa e com outros qualificativos.

Este aspecto não pode passar sem uma chamada de atenção por parte da Mesa. Volto a dizer que essa chamada de atenção não é para nós, pois aquilo que o Partido Comunista diz não se escreve. Há certas vozes que não chegam ao céu ...

*Risos.*

A dignidade desta Assembleia é que não pode ser prostituída com discursos deste tipo. Portanto, aqui fica uma chamada de atenção, uma vez que logo

à tarde, certamente, que outros Deputados do PCP, como dizem sempre a mesma coisa, dirão a mesma coisa e assim sucessivamente.

*Risos do PCP.*

Gostaria que logo à tarde a Mesa estivesse advertida para o facto de ir ouvir a mesma coisa.

*Risos.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta, estou convencido de que o PCP não apelidará o seu partido com nomes que sejam ofensivos. Quando e se o fizerem, peço-lhe que fixe os termos usados de forma a poderem ser avaliados.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Se vocês insistem nisso, passam a ser sistematicamente chamados por «Partido Social-Fascista». Disto podem ter a certeza!

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Vocês fazem coisas piores!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas para uma intervenção.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Joaquim Lourenço): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Era nosso propósito fazer uma exposição sobre os aspectos de política agrária do Programa do Governo, situando-os na perspectiva do território nacional no seu conjunto e da sociedade rural portuguesa na sua globalidade. Daríamos particular relevo às prioridades a estabelecer quanto ao ordenamento do espaço, com vista a aumentar e diversificar o volume da produção, bem como à justificação dos primeiros passos de uma caminhada, sem dúvida longa e árdua, no sentido de uma política socio-cultural, visando a transformação de estruturas agrárias, em ordem a um melhor aproveitamento da terra, com salvaguarda da dignidade e liberdade daqueles que a cultivam. Não destacaríamos apenas as operações fundiárias na zona de intervenção, que, sendo importantes como o são seguramente, não deverão ser empoladas para além da sua verdadeira dimensão, sendo imperioso contribuir para a sua desdramatização, como ainda ontem foi justamente salientado nesta Câmara.

Tivemos, no entanto, de renunciar ao propósito anunciado, porquanto as perguntas dos Srs. Deputados incidiram na sua esmagadora maioria sobre a situação actual na zona de intervenção, perguntas a que temos obrigação de tentar responder durante o tempo disponível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaremos por responder à questão suscitada pelo Sr. Deputado Rui Pena, que desejou saber se o Governo está firmemente empenhado em fazer cumprir a Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária. A resposta é, Sr. Deputado, seguramente afirmativa, como, aliás, já foi dito pela Sr.º Primeiro-Ministro. O Governo aplicará integralmente a lei em vigor, «sem nunca violar nem a liberdade nem a justiça».

Quanto à questão, ainda suscitada pelo mesmo Sr. Deputado, sobre a existência de «mistificações que pretendem confundir o diálogo com todos os interessados com a falta de firmeza do Estado», pensamos

que tal diálogo não é incompatível com a autoridade firme do Estado democrático, nem a põe em causa. Mas, mesmo que assim não pensasse, o Governo nunca poderia eximir-se à audiência e à participação, que tem a obrigação, legal e constitucional, de assegurar neste domínio.

Foi perguntado, pela Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira e pelo Sr. Deputado Braz Pinto, se o Governo suspenderia a atribuição de reservas, até serem promulgadas as alterações à Lei de Bases da Reforma Agrária, aprovadas nesta Assembleia no passado dia 26 de Julho.

A resposta aqui é negativa. O Governo não tem poderes para suspender a referida Lei e, portanto, não pode sustar a utilização do processo de exercício do direito de reserva.

Referiu ainda o Sr. Deputado Braz Pinto, a existência de ilegalidades na atribuição de reservas. Convirá desenvolver um pouco esta questão, mas desde já se afirma que o Governo não pode dar uma resposta genérica, dado existirem variados processos em curso e, consequentemente, situações jurídicas diversas.

O Governo promoverá a tramitação de tais processos com respeito integral pela lei. Nos casos em que se verifique a existência de actos enfermando de vício de violação de lei, como eventualmente serão aqueles a que o Sr. Deputado se referiu, a Administração não poderá deixar de exercer a sua competência revocatória, no prazo legal, ainda que tais actos sejam constitutivos de direitos. Convém, no entanto, salientar que a competência revocatória da Administração é tolhida desde que seja interposto recurso contencioso, o que se verifica actualmente em muitos casos.

Em suma, o Governo actuará no estrito campo da legalidade, acatando as decisões dos tribunais, exercendo a sua competência revocatória quando for caso disso e promovendo a tramitação dos processos com o respeito máximo da lei vigente.

Sobre este último aspecto, cumprirá rigorosamente, não só a legislação sobre a Reforma Agrária, como as normas estabelecidas na lei orgânica do MAP, actuando cada organismo, nomeadamente o Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, dentro da competência que lhes está assinalada, sem qualquer recurso a estruturas paralelas.

Solicitou o Sr. Deputado Manuel Monteiro esclarecimentos quanto a um acordo com o FMI, que depois precisou ter sido estabelecido com o Banco Mundial, apontando-lhe consequências extremamente gravosas para a agricultura portuguesa, o que, a confirmar-se, não poderá ser aceite pelo Governo.

Perguntou ainda o Sr. Deputado se as expropriações previstas na lei se vão iniciar imediatamente.

Esta questão exige algumas considerações.

Em primeiro lugar, a realização de novas expropriações depende dos meios financeiros de que o Governo disponha, matéria sobre a qual o Sr. Ministro das Finanças poderá dar mais esclarecimentos. Depois, por imperativo constitucional (artigo 97.º, n.º 3), as expropriações efectuam-se «segundo o esquema de acção do Plano», Plano que neste momento não temos.

Não pode ainda a questão das expropriações separar-se do estabelecimento de medidas de ordenamento, sujeitas a uma programação prévia, sem a qual será problemático conseguir-se uma equilibrada relação entre o homem e a área de terra disponível.

Se o Governo não pode recusar liminarmente o recurso às expropriações, pois tal corresponderia à não aplicação integral da lei sobre Reforma Agrária, também não pode desencadear tais operações sem primeiro garantir a verificação das condições prévias já referidas.

As expropriações têm sido muito discutidas, como forma de superar a inviabilidade económica de algumas cooperativas de produção agrícola e unidades de exploração colectiva por trabalhadores. Pensamos que, sem recusar esta via de superação, provavelmente necessária em certos casos em zonas deprimidas, a orientação adequada deve ser, não no sentido do alargamento de áreas, mas sim no da intensificação e diversificação culturais, tidos em conta os limites impostos pelo equilíbrio ecológico. Julgamos mesmo que o problema da melhoria do nível de emprego da população agrícola na zona de intervenção encontrará uma via adequada de solução pelo recurso ao alongamento do processo produtivo (a montante e a jusante) e pela transformação de algumas unidades de produção agrícola, em explorações agro-industriais. A terra é um bem raro, particularmente raro entre nós, tudo se devendo fazer para evitar a cultura extensiva, mas é necessário que a austeridade seja suportada por todos os sectores (beneficiários e não beneficiários da Reforma Agrária), o que significará que não podem uns ficar com pouca e outros com muita terra, ou para utilizar uma linguagem que os rurais bem entendem, uns «apertados» e outros «à larga».

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A necessidade de adoptar a via da intensificação implica que o Ministério da Agricultura e Pescas — e aqui responde-se aos Srs. Deputados Carlos Carvalhas e Braz Pinto — deverá congregar todos os esforços para incentivar o investimento, permitindo assim aumentar a formação bruta do capital fixo no sector, que é extremamente reduzida, dando prioridade aos sistemas produtivos que melhorem o nível de emprego, que ampliem o volume de produção e que valorizem os recursos naturais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para estimular a intensificação, é indispensável tornar funcional a política de crédito para o sector, quer de investimento, quer de campanha, nomeadamente estabelecendo orientações e prioridades a observar pelo IFAIDAP. Deste modo, pretende-se dar uma resposta ao Srs. Deputados Carvalho Cardoso e Vítor Louro, que apontaram as deficiências do actual sistema, que são reais.

Perguntou o Sr. Deputado Carlos Carvalhas se o Governo tenciona avançar com o projecto de introdução da beterraba sacarina. A resposta é afirmativa, pelo que prosseguirão as acções tendentes à introdução desta cultura em sistemas de produção intensivos, ao mesmo tempo que o MAP e o Ministério da Indústria definirão os parâmetros da implantação da respectiva indústria transformadora.

O regime jurídico de extração e comercialização da cortiça, suscitado pelos Srs. Deputados Manuel Monteiro e Braz Pinto, deverá ser objecto de profunda análise, com vista à sua revisão. O estabelecimento de

um regime adequado nesta matéria pressupõe contudo a definição do direito de posse útil de terras nacionalizadas ou expropriadas, bem como a fixação das correspondentes contraprestações.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A execução das medidas de política enunciadas nas respostas dadas aos Srs. Deputados, bem como em geral das incluídas no sector da agricultura do Programa do Governo, dependem estreitamente do prosseguimento da reorganização dos serviços do Ministério; dependem ainda da necessária mobilização dos seus técnicos e demais funcionários, designadamente através do estabelecimento do «subsídio de campo» e do «subsídio de isolamento em zonas deprimidas», com vista ao adequado apoio às regiões interiores e mais desfavorecidas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro.

**O Sr. Vítor Louro (POP):** — Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, vou apenas colocar-lhe duas questões.

A primeira é ainda relacionada com as preocupações que manifestei na minha intervenção. Na realidade, ficaram por responder questões que para nós são extremamente importantes, como seja a posição do Ministério da Agricultura e Pescas em relação ao problema dos baldios e às grandes herdades estatais e ao papel que estas podem desenvolver na agricultura nacional, bem como ainda em relação a um vasto e decisivo conjunto de medidas que é necessário tomar, em nosso entender, para salvaguardar o final do corrente ano agrícola e principalmente para preparar em bases novas e diferentes, mas por todos reconhecidas como imprescindíveis, o próximo ano agrícola.

Se assim não for feito, não vemos como se possa mudar o rumo errado que a agricultura tem tomado, principalmente no decurso dos últimos governos.

Uma outra questão que gostaria de focar, para finalizar, está relacionada com um problema que foi desenvolvido de certa forma na sua intervenção: trata-se das dificuldades na efectivação de expropriações. A lei é um todo. Como tal, era boa altura para ela deixar de ser vista apenas naquilo que foi a única razão de ser da chamada «Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária», porque é, isso sim, uma lei de reservas.

Contudo, ela tem algumas disposições sobre crédito, assistência técnica, etc., que nunca foram activadas. Sem querer neste momento entrar na discussão sobre as dificuldades que o MAP sente em relação à realização das expropriações, gostaria que o Sr. Ministro esclarecesse como tenciona harmonizar essas dificuldades com compromissos que o Governo acabe de tomar para com esta Assembleia, através da apresentação do seu Programa, relacionados, por exemplo, com a manutenção e aumento do nível actual do emprego.

Sabendo-se que a atribuição de reservas, principalmente nos termos em que têm vindo a ser feitas e que, caso não haja expropriações, continuarão, diminui fortemente e é responsável pela diminuição do

emprego na agricultura e pela diminuição da produção agrícola, quais as medidas que o Ministério tenta tomar para que, continuando embora a entregar reservas e a sentir dificuldades na realização de expropriações, não afecte o actual nível de emprego e produção das UCP's e cooperativas?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministros da Agricultura e Pescas, V. Ex.<sup>a</sup> deseja responder de imediato à interpelação que lhe acaba de ser feita ou, visto haver mais interpellantes inscritos, prefere responder a todos em conjunto, no fim?

**O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas:** — Responderá no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Nesse caso tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Sr. Ministro, apreciei muito o pragmatismo do seu discurso, o que já esperava, dado o profundo conhecimento que tenho da sua actividade e das suas capacidades.

Todavia, gostava de pedir mais alguns esclarecimentos, uma vez que, apesar do esforço que V. Ex.<sup>a</sup> fez para responder a uma pergunta que fiz ao Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano, não me considero totalmente satisfeito com a sua resposta. Peço-lhe o favor, caso seja possível, de ser agora mais conciso.

A pergunta que fiz ao Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano foi relativamente ao problema do crédito. O Sr. Ministro respondeu-me agora de uma maneira geral, dizendo que iria tomar providências no sentido de repor, porque não existe neste momento em Portugal, o crédito agrícola para o investimento, e o Sr. Deputado Vítor Louro apresentou já os 46 papéis que são necessários para certos investimentos. O problema, penso eu, é que não há uma coordenação eficiente entre a entidade refinanciadora do crédito agrícola, que é o IFADAP, e o Ministério da Agricultura e Pescas que deve ser aquele que define a política agrária deste país. Foi assim que foi legislado nesta Câmara quando se modificou o estatuto do IFADAP e julgo que é assim que deverá ser.

O apelo que faço ao Governo é no sentido de que rapidamente ponha o crédito agrícola em acção, quer de investimento quer de campanha, e que coordene esse crédito, pois só assim é que se pode estabelecer uma política agrícola.

O IFADAP é uma entidade refinanciadora, tal como foi definido pela legislação desta Assembleia, e mais não deve ser. O Governo não deverá montar linhas paralelas de actuação, que, com certeza, entrarão em conflito com o MAP.

O Sr. Ministro sabe perfeitamente que neste momento as cooperativas de transformação e comercialização correm o risco de serem gravemente afectadas e até de desaparecerem. As adegas cooperativas e as cooperativas fruteiras têm uma implantação enorme neste país e representam um papel fundamental e, neste momento, não têm ainda qualquer garantia de financiamento dos habituais abonos aos seus cooperantes, que lhes vão entregar os seus produtos para transformar e comercializar.

Se este problema não for resolvido rapidamente o que acontecerá — e já está a acontecer no Algarve — é que os intermediários irão comprar os produtos aos cooperantes e as cooperativas correrão o risco de serem eliminadas. Este assunto é urgente e, como tal, chamo a atenção do Governo para ele.

Relativamente a um outro ponto do Programa do Governo — e só como complemento, pois parece-me que o que o Governo de gestão terá de fazer é promover o crédito, por ser urgente e prioritário, uma vez que estão em risco milhares de produtores e o interesse nacional —, gostaria que o Sr. Ministro me esclarecesse se na orientação que aponta no Programa do Governo, que é para longos anos e onde se diz que vão estabelecer-se prioridades para orientação das culturas baseadas no ordenamento agrário, que penso ser a doutrina correcta, já dispõe deste ordenamento agrário, para que este Governo, no prazo curto de cem dias, possa definir essa orientação.

Uma outra pergunta é relativa à beterraba. Gostaria aqui de juntar uma sugestão válida, julgo eu, para este problema. Fiquei satisfeito por o Governo dizer que vai continuar com a introdução da cultura da beterraba sacarina em Portugal. Há muito tempo que nesta bancada defendemos essa introdução e durante os sucessivos Programas de Governo — houve um que se esqueceu, mas emendou mais tarde — lutámos por essa cultura, que nos parece indispensável, apesar de haver um excesso de açúcar no Mercado Comum. Mas a própria CEE dá luz verde para uma certa produção de açúcar neste país.

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — A CEE dá luz verde e, como tal, podemos produzir ...

*Risos do PCP.*

**O Orador:** — Se se tratasse do Pacto de Varsóvia era muito pior, pois não seria luz verde, mas sim luz obrigatória!

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Jorge Leite (PCP):** — Belo lapso!

**O Orador:** — A solução, que é construtiva e não demagógica — o PCP pretende que os partidos da oposição são sempre demagógicos, mas não o são —, é a seguinte: em Espanha está-se a aproveitar a capacidade industrial não totalmente ocupada, como nós temos, das fábricas de tomate, etc., para a instalação de pequenas unidades transformadoras, pelo que aproveitam a beterraba sacarina para produzir álcool, álcool que se pensa, e há estudos nesse sentido, se poderá introduzir na gasolina.

Enquanto não se constrói a primeira fábrica para transformação da beterraba em açúcar, sugeria ao Governo — e isso está com certeza dentro das suas possibilidades nos cem dias que governará — que estudasse a possibilidade de aproveitar a capacidade industrial não utilizada para transformar a pequena quantidade de beterraba sacarina que já se vai produzindo sobretudo em álcool que possa vir a ser introduzido na gasolina, embora este problema não pertença ao foro do MAP, mas que tem certamente o maior interesse, aliás, como a CAMPSA em Espanha já o está a fazer.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

**O Sr. Manuel Monteiro (UDP):** — Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, vou fazer um pequeno comentário à sua intervenção.

Considero que a intervenção do Sr. Ministro é uma intervenção legalista, mas que tem um fundo anticonstitucional. Na verdade, a sua intervenção apoia-se na aplicação da Lei Barreto, que, como os trabalhadores sabem, é anticonstitucional.

**Vozes do PS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Bem, é uma opinião. O Partido Socialista, que já se encontra em campanha, adocicou a Lei Barreto para tentar apagar a má imagem que tem no Alentejo.

**Risos do PS.**

Contudo, os trabalhadores têm memória e lembram-se de quem aprovou a Lei Barreto. Desde já devo dizer que o CDS não aprovou esta lei porque estava interessado numa destruição mais radical da Reforma Agrária.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Racional, Sr. Deputado, racional. Com o tempo há-de aprender os termos, Sr. Deputado!

**O Orador:** — Em segundo lugar, considero muito estranho que este Governo, apesar de estar há pouco tempo em funções, não tenha conhecimento de um acordo com o FMI e que foi já há cerca de um mês denunciado por um partido político. Esse acordo está escrito e foi distribuído aos órgãos de informação. Esse acordo foi assinado, em 1978, por Portugal, por Silva Lopes, administrador do Banco de Portugal. É esse acordo que cria o IFADAP, que foi referido pela bancada do CDS, o que demonstra que certos organismos que existem em Portugal são imposições do FMI.

É preciso salientar também que as imposições do acordo estão já contempladas na Lei Barreto. Portanto, sugiro ao Governo que faça um rigoroso inquérito sobre esta questão.

Em terceiro lugar, e quanto à questão das expropriações, não comprehendo como é que o Governo tem dinheiro para montar um aparato militarizado para entregar as terras que pertencem aos trabalhadores aos grandes latifundiários e não tem condições para fazer expropriações de terras que pertencem, por força da própria lei, aos trabalhadores.

Deve dizer-se, inclusivamente, que os próprios governadores civis da zona da Reforma Agrária, pelo menos alguns deles, estão a ser ultrapassados pelos Centros da Reforma Agrária e pela GNR, que, numa ofensiva brutal e em cortejos em que os latifundiários se integram, avançam para as cooperativas para as destruir.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

**O Sr. António Campos (PS):** — Sr. Ministro, estou de acordo com o sentido amplo de Reforma Agrária que o Sr. Ministro acaba de anunciar, isto é, não

só virada para as modificações das estruturas agrárias, mas também para a diversificação e intensificação da produção, tendo em conta o equilíbrio ecológico.

No entanto, um dos problemas graves e que se passa principalmente no Sul do País, bem como no Norte, no que diz respeito à batata, é o problema da política de preços. É sabido que a anterior equipa do MAP procurou liquidar o Alentejo através de uma política de preços para os cereais que, por maior que fosse a produção, ficava sempre muito abaixo dos preços de custo. Era uma maneira de, dentro dos cinco grandes ataques que estavam a ser feitos àquela região, fazer com que a política de preços desempenhasse um papel importante.

O Sr. Ministro não referiu qual a política de preços que vai utilizar, nem tão pouco disse se vai alterar a política que estava a ser executada pelo anterior Ministério.

O segundo aspecto que gostaria de ver esclarecido diz respeito ao crédito agrícola de emergência. Será que este crédito continuará a estar ligado ao movimento cooperativo? Será que o IFADAP passará a ser o órgão de controlo desse crédito agrícola de emergência? Eu não acredito que em relação aos pequenos agricultores haja qualquer possibilidade de se lhes fornecer crédito de campanha, a não ser através do movimento cooperativo, que já tem hoje, felizmente, uma certa organização, principalmente nas zonas minifundiárias.

O terceiro aspecto tem a ver com o facto de hoje toda a legislação da cedência da posse útil estar publicada. Está publicado o valor das contraprestações que os trabalhadores terão de pagar pela utilização da terra. Deu-me a impressão que não vamos fazer cedência da posse útil da terra nos casos onde está e as reservas estão integralmente cumpridas. Penso que é um problema extremamente importante, na medida em que conheço cooperativas que têm dezenas de milhares de contos nos bancos, a juros e a prazo, e que se encontram impossibilitadas de investirem por não terem a garantia de continuarem com a posse útil da terra. Refiro-me a algumas cooperativas que conheço e cujas disponibilidades ascendem a mais de 200 mil contos, que neste momento se encontram em depósito nos bancos. A cedência da posse útil da terra possibilitaria imediatamente o investimento por parte dessas cooperativas. Gostaria de saber se o Sr. Ministro vai fazer a cedência da posse útil da terra de imediato, para se poder recomendar o investimento com o próprio dinheiro das cooperativas.

Outro problema diz respeito ao «subsídio de campo». É conhecido que a equipa de Vaz Portugal pagava aos técnicos que entregavam reservas um subsídio de 4 mil escudos, isto é, dava-lhes um subsídio ilegal, pois não há nenhum despacho nesse sentido e eu vi alguns dos recibos para os técnicos que entregavam reservas. Este subsídio foi ultimamente aumentado consoante o número de reservas, e isto era uma forma de comprar os técnicos e arranjar um certo suporte para as ilegalidades. Gostaria de saber se esse subsídio vai acabar e se todos os técnicos vão ser tratados de igual modo.

Ainda um outro problema que gostaria de ver esclarecido, Sr. Ministro, é o seguinte: é conhecido que existem casos flagrantes de corrupção no seu

Ministério; é conhecido que na zona de intervenção alguns jornais publicam números de reservas que são compradas através de algumas centenas de contos e que, sem terem direito a elas, as recebem. Gostaria, pois, de saber o que é que o Sr. Ministro vai fazer no seu Ministério para obviar a estes casos de corrupção.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho.

**O Sr. Pedro Coelho (PS):** — Sr. Presidente, pretendo dar um esclarecimento à Câmara sugerido pela intervenção do Sr. Deputado Manuel Monteiro, da UDP.

É inexacto que a criação do IFADAP se deva a uma exigência do FMI. De facto, a existência de um instituto com os objectivos do IFADAP foi estudada muito antes das negociações com o FMI começarem. Eu próprio participei em reuniões em que se discutiu a existência de um instituto deste género.

Não devemos confundir algumas reservas que nos podem surgir e que já foram aqui abordadas, aliás neste próprio debate, nas relações entre a intervenção do crédito do Governo e a intervenção do IFADAP — isso sim, merece-nos todas as reservas, não só no campo da agricultura, mas também no campo das pescas e que não foi aqui referido — com as negociações com o FMI e que também apontam para a existência de um instituto deste género.

**O Sr. Presidente:** — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

**O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Certamente que os Srs. Deputados não estranharão que em alguns casos a minha resposta seja muito breve, embora procure esclarecer os que sejam mais obscuros ou que sejam mais controvertidos. Mas desde já me coloco à disposição de todos os Srs. Deputados para desenvolver e esclarecer qualquer dos aspectos relacionados com a actividade do meu Ministério.

Em relação às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Vítor Louro e que foram feitas imediatamente antes da minha intervenção e que, nos pedidos de esclarecimento que me fez, foram reduzidas a duas questões, responderei do seguinte modo: no que respeita aos baldios, a situação neste momento é a que existe. O decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros foi para promulgação para a Presidência da República e o Ministério da Agricultura e Pescas não sabe nada quanto ao resultado dessa formalidade.

Quanto às empresas estatais, também algumas das decisões tomadas não são do conhecimento do próprio Ministro. Muitas vezes os despachos não se encontram e vem a tomar-se conhecimento deles pelo *Diário da República*. Haverá aqui que distinguir em relação a medidas que se possam considerar irreversíveis e as que não se possam considerar como tais e o Ministério da Agricultura e Pescas integrará o problema destas empresas de grande dimensão na política global que foi definida.

Quanto à realização das expropriações e sobre como seria possível harmonizar a viabilidade de algumas empresas sem o recurso às expropriações de imediato e enquanto não estiverem garantidas as suas condições prévias, devo dizer que essas condições de viabilidade se integram naquela perspectiva, que já indi-

quei, de intensificação do alongamento do processo produtivo. Portanto, investimentos e realização de pequenos melhoramentos fundiários. Sublinho que se trata de pequenos melhoramentos, porque me parece que tem sido esta uma das grandes carências no nosso país, como sejam pequenas barragens, actividades agro-industriais de transformação de produtos e até de preparação de factores para a agricultura, tudo investimentos que sejam trabalhos intensivos, que alonguem o processo produtivo e que possam aumentar a capacidade económica da empresa sem exigir o aumento da sua dimensão física. É essa uma orientação que devemos tomar pela necessidade de assegurar o emprego e de o conjugar com a necessidade, igualmente premente, de aumentar o volume de produção. Esta necessidade impõe-se quer a nível nacional, onde somos extremamente dependentes, quer a nível internacional, por uma questão ética, no sentido de contribuir para diminuir o deficit alimentar à escala mundial.

Quanto à pergunta do Sr. Deputado Carvalho Cardoso, que tinha sido formulada inicialmente ao Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano, posso afirmar que o Ministério da Agricultura e Pescas fará todos os esforços — embora seja muito difícil modificar de um momento para o outro todos estes sistemas, pois não dependem apenas do MAP, mas também do Ministério das Finanças e de todo o sistema bancário — no sentido por não deixar destruir uma rede do movimento cooperativo importântissima para este país, a do sector vinícola que, com a do sector leiteiro, constituem os nossos dois ramos onde há uma certa penetração do movimento cooperativo e onde este pode exercer a sua influência, sem ser simbolicamente como acontece noutras sectores. Mas o Ministério da Agricultura e Pescas não pode deixar de ser sensível à preocupação que manifestou.

Agradeço também a sugestão para utilizar as unidades transformadoras da vizinha Espanha ...

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — As nossas, Sr. Ministro, não as de Espanha!

**O Orador:** — Digo, as nossas, para iniciação da nossa cultura de beterraba sacarina.

Respondendo agora ao Sr. Deputado Manuel Monteiro e ainda em relação ao caso controverso do acordo com o FMI, acontece que a minha informação não é muito completa nem muito exaustiva, porque o Sr. Deputado, na sua primeira intervenção, falou de um acordo com o FMI e, na intervenção que fez ontem à tarde, referiu-se ao Banco Mundial. O acordo que existe e que ainda não conheço em toda a sua extensão, embora tenha procurado hoje de manhã e antes de vir para esta Assembleia no MAP elementos sobre o assunto, é com o Banco Mundial. Lendo agora com alguma brevidade as cláusulas respectivas, não estou seguro de que venha a ter as consequências que o Sr. Deputado lhe antevê. Mas se tiver essas consequências gravosas, que são o despedimento de dezenas de milhares de trabalhadores e a marginalização das explorações minifundiárias do Norte, considerando o País como sendo apenas o Alentejo, o Governo não lhe pode dar cumprimento e não será para ele aceitável tal acordo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto às questões suscitadas pelo Sr. Deputado António Campos, bem como pelo Sr. Deputado Vítor Louro, que têm uma certa ênfase sobre o problema dos preços dos produtos agrícolas, penso que o Sr. Ministro do Comércio e Turismo ainda poderá responder, se tiver tempo, à concretização da política de preços.

Em todo o caso, vou informar de um princípio que iremos seguir, dado que a competência nesta matéria é também do Ministério do Comércio e Turismo. Vamos estabelecer uma política de preços à produção para o mais elevado número possível de produtos agrários. Devo dizer que esta posição até é inconstitucional, pois o Governo é obrigado a fazê-lo para todos os produtos. No entanto, este preceito constitucional é demasiado ambicioso e foi aprovado nesta Casa. O Governo sabe que isso é impraticável e tentará fazê-lo para o maior número possível de produtos, tendo em consideração as estruturas económicas e sociais do mundo rural, de forma a nos aproximarmos daquele preceito constitucional. Não o cumpriremos integralmente porque não temos meios e, como tal, não o poderemos fazer.

É, portanto, importante esta perspectiva, na medida em que a política de preços não vai ser uma política de preços neutra em relação à dimensão, nem às condições estruturais dos agricultores que obtêm as respectivas produções.

Vou resumir o mais rapidamente os outros problemas levantados pelo Sr. Deputado António Campos, pois quanto ao crédito já está respondido na resposta dada ao Sr. Deputado Carvalho Cardoso. Quanto à legislação sobre a cedência da posse útil da terra, é evidente que o Ministério vai ver o que pode fazer nessa matéria e se tem o aparelho necessário para tal. Mas devo dizer ao Sr. Deputado que a garantia psicológica dada aos operadores deve ser dada sobretudo pela prática do Ministério e não por meios jurídicos, ou seja, através da entrega de um título de concessão. O MAP pretenderá dar seguimento a esse aspecto o mais rapidamente possível.

Quanto ao «subsídio de campo» e casos de corrupção, tal subsídio não é dessa índole, ou seja, não é para premiar ou gratificar o trabalho mais árduo, mas sim para compensar justamente a situação em que estão os funcionários nas regiões diminuídas e os encargos que têm com as respectivas famílias, numa situação de isolamento.

Quanto à corrupção, há alguns processos entregues à Polícia Judiciária, que, com certeza, seguirão a sua tramitação normal.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro: O momento que estamos a viver é usualmente, na prática parlamentar, aquele em que se estabelecem, por um debate sincero, aberto e profundo, os objectivos e se esclarecem as orientações políticas que, quando aprovadas por esta Casa, constituirão os padrões e as regras de fiscalização a que ficará sujeito o Governo quando aqui vem pedir luz verde para iniciar a sua actividade. E por isso, eminentemente, um momento

de total esclarecimento dos projectos, das intenções e das orientações políticas dos governos que solicitam investidura parlamentar.

Quis, porém, a originalidade portuguesa, que vamos sofrendo, mas à qual não nos habituamos, que agora e aqui se invertesse as posições.

Com efeito, o Sr. Presidente da República, respeitando embora a letra mas forçando o espírito da Constituição, levou esta Assembleia da República a discutir, e eventualmente a aprovar, o Programa de um Governo que, por força da sua dissolução, não poderá vir a fiscalizar. Na linguagem simples que os Portugueses conhecem, significa isto que a este Governo se nos pede que passemos um cheque em branco, pronunciando-se sobre um programa que, sendo, é certo, o mais curto que a esta Assembleia foi apresentado, é também o mais impreciso e ambíguo que algum governo constitucional preparou.

Na lógica das situações infelizes que se têm vindo a criar e que sucessivamente têm destruído o corpo e a alma de Portugal, não andaremos longe da verdade se afirmarmos a nossa convicção de que este acto parlamentar, além de ser contrário ao espírito da Constituição, é também imoral, pois vai facultar os meios necessários para que o Sr. Presidente da República, único verdadeiro responsável pela constituição e funcionamento deste Governo, reparta com os representantes do povo, que hoje aqui estão reunidos, a responsabilidade por todos os actos que este Governo venha a praticar, ao abrigo de um Programa que, já o afirmámos, é suficientemente impreciso e ambíguo para que nele se possam integrar acções dos mais variados matizes políticos.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro: O momento, que deveria ser de clarificação das posições políticas do Governo, tornou-se, por vontade do Sr. Presidente da República, mas, para nós, principalmente em favor do povo que aqui nos enviou, num momento de clarificação das nossas posições próprias, da afirmação, sem ambiguidade e sem imprecisões, das razões que nos motivaram nas atitudes até agora tomadas e naquelas que daqui em diante tomaremos relativamente ao Governo a que V. Ex.º, Sr.º Primeiro-Ministro, preside.

Tem V. Ex.º, Sr.º Primeiro-Ministro, repetidamente solicitado que ao menos lhe seja concedido o «benefício da dúvida». E tal tem sido a sua insistência neste ponto que ao seu pedido outros, provindos de áreas que, como a V. Ex.º, muito respeitamos, ultimamente se têm juntado.

O CDS, ao longo de toda a sua curta mas dura vida, tem sobejamente demonstrado que não admite nem usa o processo de intenção como arma de combate político. É por isso importante que daqui, desta tribuna, que é por exceléncia a tribuna que nos foi oferecida pelo povo, que nos elegeu, para um leal mas sempre firme combate político defendermos os interesses que nos confiou, é importante, dizia, que afirmemos, de forma clara, as razões que nos levam, apesar de todas as suas ambiguidades, a não termos dúvidas sobre a natureza e intenções políticas deste Governo.

Não está em causa, como é evidente, nem a dignidade, nem o valor humano, nem a inteligência e muito menos a honorabilidade de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr.<sup>r</sup> Primeiro-Ministro, nem de nenhum dos restantes membros do Governo a que V. Ex.<sup>a</sup> preside.

Na democracia pluralista por que sempre nos batemos e pela qual alguma coisa já sofremos é normal que coexistam diferentes opções políticas, mas há-de reconhecer-se, até pela experiência que já levamos, que nem todos realizam o objectivo último da acção política, que é a construção de uma sociedade mais justa, mais próspera, mais aberta e por isso mais feliz, a que o povo tem direito e sucessivamente lhe tem vindo, na prática, a ser negada.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr.<sup>r</sup> Primeiro-Ministro, permita-me que lhe diga, em nome do CDS e, estou certo disso, em nome da grande parte do povo português, que o seu Governo nasceu na ambiguidade, na meia verdade, e V. Ex.<sup>a</sup> tem contribuído, pela sua actuação pública, não só para manter como até para agravar esta carga negativa.

Governo de apaziguamento, de conciliação e de desdramatização deveria ser este, na promessa do Sr. Presidente da República e na perspectiva das eleições que se vão realizar, e como Governo de agravamento e confrontamento ele apareceu, desde o princípio, contribuindo para um claro aumento do dramatismo que se respira na sociedade portuguesa.

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Poder-se-ia dizer que V. Ex.<sup>a</sup> é quem é e sempre foi e que não se lhe podem atribuir as culpas da escolha feita pelo Sr. Presidente da República. É verdade, mas não menos verdade é que V. Ex.<sup>a</sup>, voluntariamente, agravou a situação ao fazer a escolha dos seus Ministros e Secretários de Estado, e poderia não o ter feito, a menos que as soluções lhe tenham sido impostas por quem a designou, o que, apesar de tudo, nos recusamos a acreditar. Não poderia V. Ex.<sup>a</sup> ignorar, mesmo que lhe quiséssemos dar o benefício da ingenuidade, o que em política seria criminoso, que estava a construir o Governo porventura mais à esquerda que este País já conheceu, depois do célebre e nefando V Governo Provisório do general Vasco Gonçalves. Não poderia V. Ex.<sup>a</sup> ignorar que estava a construir uma equipa que iria merecer a alvorotada esperança do Partido Comunista Português — expressão esta só usada pelo PCP por altura da investidura do general Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro — e a simpatia do Partido Socialista, aqui expressa pelo Dr. Salgado Zenha...

**Risos do PS e PCP.**

..., mas também a clara condenação e distanciamento dos partidos da Aliança Democrática.

**Vozes do PCP:** — Ah! ...

**O Orador:** — Será isto imparcialidade e apaziguamento?

Merecerá, por este facto, V. Ex.<sup>a</sup> o «benefício da dúvida»?

Mas há mais e pior. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que a Constituição estabelece, em termos claros, a separação entre a Igreja e o Estado e que esta preocupação vai ao ponto de impedir os partidos políticos de usar denominação que contenha expressões directamente relacionadas com quaisquer religiões ou igrejas». Mas ainda que assim o não fosse, V. Ex.<sup>a</sup>, pela força das suas convicções e pelo esclarecimento do seu espírito, tinha a mais estrita obrigação de desmentir de forma imediata, veemente e precisa toda a escandalosa vinculação que as forças e a imprensa de esquerda pretendiam construir da igreja católica ao seu Governo, baseada num encontro seu, que só a título particular se justifica, com um alto representante da hierarquia antes ainda de ser tornada pública a sua designação. E V. Ex.<sup>a</sup> não o fez até hoje.

Como até hoje também não desmentiu que a introdução de algumas personalidades no seu Governo viesse ainda a tornar mais estreita tal vinculação, que, como nós, V. Ex.<sup>a</sup> sabe não poder de forma alguma existir. É certo que V. Ex.<sup>a</sup> pode argumentar que aguardou um desmentido da hierarquia católica, mas tal argumento não colhe, pois qualquer posição que aquela viesse a tomar sobre o assunto imediatamente seria considerada como posição favorável às forças contrárias à maioria de esquerda.

Objectivamente, Sr.<sup>r</sup> Primeiro-Ministro, somos obrigados a considerar que V. Ex.<sup>a</sup>, ofendendo o espírito da Constituição, usou abusivamente do prestígio e da autoridade moral da hierarquia católica para dar cobertura, que sabe não ser legítima e ser mesmo contrária à autonomia do poder temporal, que a Igreja ensina, aos seus actuais e futuros actos políticos.

*Protestos do PS, do PCP e dos Deputados independentes sociais-democratas.*

Merecerá V. Ex.<sup>a</sup>, por este facto, o «benefício da dúvida»?

**O Sr. Francisco Vidal (PS):** — Não são só vocês que são católicos!

**O Orador:** — V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a ideologia que professamos e o combate político que temos travado visam libertar a sociedade portuguesa do veneno marxista que nela foi ilegitimamente instilado contra a vontade, o sentir e a tradição do povo.

**Risos.**

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — E baixo!

**O Orador:** — Sabendo isto, V. Ex.<sup>a</sup> não se coibiu de afirmar, em entrevista concedida aos meios de informação, que «quem em Portugal arvorava o estandarte do antimarxismo ignorava e recusava os ensinamentos do Concílio Vaticano II».

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — A intolerância...

**O Orador:** — A que título e com que autoridade pode V. Ex.<sup>a</sup> proferir tais afirmações?

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

O Orador: — Se o fez como Primeiro-Ministro, concordará connosco em que voluntariamente infringiu as regras de imparcialidade que a si própria se impôs ao proferir o discurso de posse do cargo que está investida. Se o fez como católica, permita-me que lhe diga que mal vai a quem se pretende tornar, sem legitimidade para tanto, intérprete autêntico do pensamento da Igreja. Além do mais, nega, por actos, a humildade que tanto se tem atribuído a si própria.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

*Protestos do PS e do PCP.*

*Risos do PSD.*

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — A Igreja dos ricos ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Ricos é no PS ...

O Orador: — Será por isto que V. Ex.<sup>a</sup> reclama que lhe seja concedido o «benefício da dúvida»? Atenta como tem estado aos problemas portugueses, V. Ex.<sup>a</sup> certamente não ignora que, já no termo desta sessão legislativa, foram apresentados a esta Assembleia dois projectos de lei visando a legalização do aborto. São seus autores o representante da UDP e alguns Deputados do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> Aida Nogueira (PCP): — É falso!

O Orador: — É certamente V. Ex.<sup>a</sup> não ignora que não só nesta Assembleia mas por todo o País se levantaram de imediato, reforçando o sentir do povo português, as vozes autorizadas de muitos bispos e da própria Ordem dos Médicos condenando a legalização do aborto.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Não levante espantalhos, Sr. Deputado ...

O Orador: — Pois V. Ex.<sup>a</sup>, interrogada sobre este assunto, depois de lastimar que ele tivesse assumido grande dramatismo em todo o mundo, disse que o escasso tempo da sua governação não lhe permitiria mexer em tal problema. É legítimo imaginar que quem gostaria de mexer em tal problema, se para tanto lhe sobrasse tempo, é porque pretendia alterar a legislação que nos rege nesta matéria, e que certamente o não faria a favor do sentir profundo do povo português, que ama e respeita a vida desde o seu despontar.

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O Orador: — Será este um indício que merece da nossa parte o «benefício da dúvida»?

Mas vejamos no concreto do Programa que nos apresenta se alguma luz de esperança nos é oferecida que legitimate o «benefício» que nos pede.

A título de exemplo observemos dois parâmetros fundamentais que condicionam a realização pessoal dos cidadãos — a cultura e o desenvolvimento económico.

O povo português sabe que sem uma alteração profunda da organização e do conteúdo do actual sistema de ensino, nomeadamente instituindo e valorizando esquemas profissionalizantes e reestruturando, actualizando e dignificando o ensino do Português, da História e das Ciências Exactas ao longo de toda a vida escolar não estarão criadas as condições necessárias para o grande salto em frente, a caminho do desenvolvimento, que a nossa sociedade terá de dar.

Igualmente sabe que, se não forem criadas as condições necessárias e o clima de confiança e apoio que favorecem o investimento privado, não será possível dar emprego aos seus filhos, nem criar a riqueza que permita tornar a sociedade mais justa, caminhando para novos e mais abertos esquemas de repartição.

Além disso, o povo português não quer ser discriminado na sua própria terra e não aceita, por isso, que os esquemas de apoio e de incentivo ao investimento estrangeiro sejam tão escandalosamente mais favoráveis e generosos do que aqueles que lhe são oferecidos a ele próprio.

Em vão corremos o Programa que nos apresentou procurando as medidas, ou ao menos a filosofia política redentora que nos permitisse encarar o futuro com mais confiança. Nele encontrámos o mesmo espírito que nos conduziu aonde estamos, a mesma preocupação niveladora e incapaz que vai criando cada vez mais analfabetos, para que não mais termine a acção salvadora do Programa Nacional de Alfabetização. Nele encontrámos a mesma preocupação colectivista e anquilosante, que dia a dia nos tem empobrecido, esquecendo que é preciso criar riqueza para que a distribuição seja possível, e toda voltada para distribuir e generalizar cada vez mais a miséria que nos toca pela porta.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Nele encontrámos o mesmo Estado omnisciente e omnipresente que, mesmo quando descentraliza e desconcentra, se preocupa em criar novas redes operacionais que transmitam as decisões tomadas a nível central, como se em Portugal não mais conquistássemos a liberdade de ter nove milhões de cérebros e para sempre estivéssemos condenados a viver sob a batuta e às ordens de meia dúzia de cabeças privilegiadas.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Serão estas as medidas que nos merecem o «benefício da dúvida»?

Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, na apresentação do seu Programa de Governo, nesta Câmara, V. Ex.<sup>a</sup> disse-nos que no fim da sua «marcha dos cem dias», que tudo nos faz julgar serem mais cem dias de penitência ao bom estilo da maioria de esquerda a que o povo português ficará sujeito, estaria «subjectivamente» terminado o seu mandato.

Infeliz ou felizmente, nós não vivemos, recusamo-nos mesmo a viver das suas subjectividades. Queremos factos, queremos certezas objectivas, queremos ter a certeza de que — desculpe-me a dureza da expressão — ao fim dos cem dias estaremos livres do seu Governo e finalmente libertos da mais ou menos encaipotada maioria de esquerda ...

*Vozes do PS e do PCP:* — Não apoiado!

**O Orador:** — ... que tem destroçado e empobrecido este Portugal, que também é nosso, mau grado todas as afirmações de felicidade futura que repetidamente nos têm sido feitas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Porque até sob este aspecto V. Ex.<sup>a</sup> não quis ser clara e precisa, abandonando a ambiguidade e a meia verdade que marcou desde o início o seu Governo. V. Ex.<sup>a</sup> não terá, porque o não mereceu, o benefício da dúvida que nos solicitou.

Para nós é claro que este Governo não é imparcial, não aliviaria o sofrimento do povo português e não promoverá o seu desenvolvimento e felicidade, porque não foi construído sobre a base sólida da verdade, porque pretendeu prolongar e refinar o domínio da maioria de esquerda que nos tem efectivamente governado nos últimos anos.

**Vozes do PS e do PCP:** — Não apoiado!

**Vozes do CDS e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para nós é claro que a verdadeira libertação, em Portugal, só surgirá com a vitória eleitoral da Aliança Democrática, que desejamos, pela qual nos bateremos e que havemos de conquistar nas eleições de Novembro.

*Aplausos do CDS e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

**O Sr. Manuel Monteiro (UDP):** — É para um protesto, em primeiro lugar, contra as ideias retrógradas e medievais que aqui foram expostas ...

*Risos.*

..., reaccionárias no seu conjunto e medievais no que diz respeito à questão do aborto. Toda a sociedade está de acordo com o aborto ...

**Vozes do PSD:** — Em nome de quem fala?!

**Uma voz do CDS:** — Essa é boa!

**O Orador:** — ..., apesar de haver uma diferença muito clara, pois enquanto as mulheres centristas fazem o aborto em grandes clínicas, as mulheres do povo morrem esvaindo-se em sangue.

*Aplausos do PS, dos Deputados independentes sociais-democratas e dos Deputados independentes Brás Pinto, Lopes Cardoso e Carmelinda Pereira.*

Eu digo isto porque sou um operário, já fui camponês e a minha família é quase toda camponesa e operária e tenho casos na minha família em que isto já se verificou e é por isso que eu o digo.

A UDP está de acordo com a luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto e se a Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro estiver disposta a apoiar esta luta a UDP estará com ela.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Está bem acompanhada!

**O Orador:** — É preciso é muito seriadade nestas questões, que não podem estar apenas confinadas a debates parlamentares!

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Faltava a UDP!

**O Orador:** — Democracia foi o que quis o povo!

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Por isso é que vocês queriam acabar com ela!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, é para um protesto, que farei com veemência, tanto mais que, como o Sr. Deputado Nuno Abecasis sabe, tenho por si a maior consideração. Trabalhámos juntos durante esta legislatura da Assembleia com o maior espírito de colaboração e foi por isso mesmo que fiquei profundamente espantada e mesmo profundamente repugnada com o que ouvi da sua intervenção e muito especialmente com considerações de ordem pessoal, subjectivas, que fez relativamente a este Governo e, nomeadamente, à Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro.

Sr. Deputado, muitas vezes nesta Assembleia nós ouvimo-lo, em nome dos seus princípios católicos, defender as suas posições, apresentar protestos, invocar os seus princípios, e ouvimo-lo sempre com muito respeito. Respeitámo-lo sempre, profundamente, ainda que muitas vezes considerássemos que não eram para aqui chamados alguns dos princípios que invocava.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Ora, hoje, o Sr. Deputado fez precisamente o contrário, e desculpe que lhe diga, porque sou mais nova, o Sr. Deputado não aprendeu o respeito mútuo das ideias, sejam elas católicas, ideológicas, políticas ou outras, que cada Deputado deve ter para com cada um.

Por outro lado, o Sr. Deputado não respeitou a liberdade de informação, porque, ao pedir à Sr. Primeiro-Ministro que faça desmentidos de posições que os jornais difundiram — e eles são livres de o fazerem, havendo mesmo a liberdade de fazer asneiras —, o Sr. Deputado pedia que algó fosse feito, pedia, provavelmente, até uma censura ...

Além disto, o Sr. Deputado, quanto a mim, ignora profundamente o espírito do Vaticano II, ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — ... em que se admite e respeita que cada um siga por diferentes caminhos à procura da verdade, e esses caminhos são muito diversos e a verdade não é única.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Aliás, pergunto-lhe ainda, Sr. Deputado, a que título é que V. Ex.<sup>a</sup> julga aqui os princípios católicos invocados, anunciados e demonstrados pela Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro? Em nome de quem? Em

nome de que igreja? Em nome de que grupo de católicos? Ao fazê-lo, o Sr. Deputado fala em nome da igreja católica universal, ou em nome de alguns católicos iluminados?

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Nós é que perguntamos isso ...

A Oradora: — Por último, Sr. Deputado, o meu protesto é tanto maior quanto penso que V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, deu aqui um primeiro passo extremamente negativo que só põe em causa a Aliança ...

Vozes do PSD e do CDS: — Outra vez!!!

A Oradora: — ... conservadora democrática, ou melhor, a Aliança conservadora monárquica, dita democrática. Assim, o Sr. Deputado deu um mau passo, prestou um péssimo serviço à referida Aliança, pois, em vez de iniciar a campanha eleitoral — que foi o que foi a sua intervenção — em ordem à concertação nacional, em ordem ao esclarecimento público, o Sr. Deputado iniciou aqui uma campanha eleitoral que apela à violência, à mentira e à injúria. Por tudo isto eu protesto.

*Aplausos do PS, da UDP, dos Deputados independentes sociais-democratas e de alguns Deputados do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis para responder, se assim o entender.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, se me dá licença, em primeiro lugar queria responder ao Sr. Deputado Manuel Monteiro.

Sr. Deputado Manuel Monteiro, tenho pena que me acuse de retrôgado quando V. Ex.<sup>a</sup> deu prova aqui de que mais retrôgado que o Partido Comunista só o seu Partido porque ainda pensa que a justiça social se faz matando pessoas, mesmo que elas sejam nascituras!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Eu sempre defendi nesta Assembleia que não é assim que se faz justiça social e sempre me revoltei contra as mesmas coisas que o Sr. Deputado se revolta. Simplesmente, considero imoral que uma sociedade não tenha outra solução para resolver os seus problemas se não matar crianças que ainda estão para nascer, e com isso não posso concordar de maneira nenhuma.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. António Arnaut (PS): — Podem-se matar à fome, por exemplo!

O Sr. Manuel Monteiro (UDP): — Isso é demagogia!

O Orador: — Mas como não tenho mais tempo, não lhe direi mais nada,

Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio, devo agradecer-lhe toda a consideração que manifestou por mim, mas devo lastimar, no entanto, que a sua

fúria tivesse sido tão grande que não entendeu absolutamente nada do que eu disse.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Lage (PS): — Entendemos até muito bem!

O Orador: — E o que mais me penaliza é que também não entendam nada da minha actuação parlamentar ao longo destes anos, porque, Sr.<sup>a</sup> Deputada, desafio-a a si ou seja a quem for que esteja nesta Assembleia que diga o dia e apresente o *Diário* em que eu invoquei a Igreja para dar cobertura às minhas posições.

Vozes do CDS: — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

O Sr. Francisco Vidal (PS): — Hoje!

O Orador: — Eu, desde a primeira intervenção que aqui fiz, sempre me afirmei como católico, mas nunca, nem uma única vez, invoquei a Igreja para dar protecção às minhas posições.

*Protestos do PS e do PCP.*

O Sr. Marcelo Curto (PS): — É falso!

O Orador: — Nem hoje o fiz, Srs. Deputados! E se têm dúvidas leiam o que está escrito.

Nunca eu critiquei, nem nunca criticaria, qualquer opção ou qualquer linha de salvação de qualquer católico, e, portanto, não o fiz em relação à Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, nem nunca o faria. E muito me admira que os Srs. Deputados que aqui comigo conviveram pensassem sequer que eu era capaz de o fazer; mas mais me admira ainda que a vossa fúria e desespero sejam tão grandes que nem sequer tenham entendido o que eu disse!

*Risos do PS e do PCP.*

Eu referi exclusivamente factos, e se alguma crítica fiz à Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro foi por ela não ter desmentido uma posição que foi tomada pela imprensa de esquerda — com a qual eu não posso acreditar que ela estivesse de acordo —, pois não posso aceitar que os jornais de esquerda sejam transformados em boletins do Patriarcado, e foi a isto que se assistiu neste passado mais próximo.

Vozes do PCP: — Ah!

O Orador: — E a Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, sabendo que a Igreja não o desmentiria, deveria ter desmentido aquilo que a mim me parece — aliás, como a ela, com certeza — impossível de acontecer.

A Igreja não tem que dar cobertura aos nossos actos políticos. Nós somos autónomos, e a autonomia do poder temporal é isso que significa.

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — Vê-se nas aldeias!

O Orador: — Os cristãos arriscam-se no mundo, mas não têm coberturas, e foi apenas isto que quis dizer na minha intervenção e nada mais.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais uma vez, e perante a passividade da Mesa, estamos perante uma situação pouco agradável, e eu advirto desde já que não voltarei a deixar passar em claro situações desse tipo ...

*Risos do PS e do PCP.*

..., que não voltarei a deixar passar em claro uma tal situação sem que proteste, é claro.

*Vozes do PS e do PCP:* — Ah!...

O Orador: — Mas, como ia dizendo, estamos perante uma situação pouco agradável em que um Deputado de um partido que eu poderia classificar, por exemplo, como um partido que se diz socialista, na senda daquilo a que já nos vem habituando o Partido Comunista, que se diz português — e que voltou a acontecer ainda agora — classificou a Aliança Democrática como a Aliança que se diz democrática ou chamada de democrática.

Nós não admitimos que o Partido Comunista ...

A Sr.º Alda Nogueira (POP): — Outra vez!!!

O Orador: — ... que se diz português, ou o partido que se diz socialista mas que é social-marxista prostituam esta Câmara ...

*Vozes do PS:* — Não apoiado!

O Orador: — ... com insultos desta ordem e que a Mesa o admite, porque se o fizer, nós, a partir de agora, deixaremos também de utilizar os nomes que esses partidos se atribuem.

A Aliança Democrática tem um nome que é público, que é conhecido, não é a Aliança dita democrática, não é a Aliança conservadora não-sei-quê, não é a Aliança reaccionária não-sei-quê...

*Risos do PS e do PCP.*

É lamentável que o Partido Socialista, usando sempre aquela duplicitade que é própria dos marxistas, critique, como acaba de fazer a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, partidos que acusa de calúnias, injúrias, etc., fazendo ele próprio calúnias e injúrias, deturpando até os nomes e as realidades.

*Vozes do PS:* — É falso!

O Orador: — Portanto, eu gostaria que os Srs. Deputados utilizassem melhor o seu tempo...

*Risos do PS e do PCP.*

..., e se deixassem de passar o tempo em insultos e deturpações.

Embora aqui o caso seja um pouco diferente — como eu disse há pouco, e volto a repetir, o que o Partido Comunista diz não se escreve ...

*Vozes do PCP:* — Escreve-se, sim.

O Orador: — ..., nós até agora ainda damos o benefício da dúvida ao Partido Socialista ...

*Risos do PS.*

..., e ainda admitimos que, pelo menos enquanto representar um terço dos Portugueses, ele ainda nos merece um mínimo de respeito. Mas se o Partido Socialista, depois daquilo que já se disse aqui ontem e mesmo esta manhã, vem repetir exactamente, numa cópia servil que nos espanta, aquilo que o Partido Comunista faz, pois então terá de contar com o nosso protesto.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta, há pouco, o Sr. Deputado protestou contra certos termos e palavras que vieram da bancada do Partido Comunista e disse que não se incomodava nada porque o que vinha daquela bancada era um elogio e que lhe era indiferente o que eles afirmavam ...

*Risos do PCP.*

Como é que o Sr. Deputado quer que a Presidência da Mesa tome uma atitude contra indivíduos que usam tais expressões, sendo elas recebidas deste modo?

*Aplausos do PS, do PCP, dos Deputados independentes sociais-democratas e do Deputado independente Brás Pinto.*

O Sr. Deputado Carlos Robalo (CDS): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, efectivamente, penso que compete à Mesa avaliar as expressões que são aqui proferidas; é à Mesa que compete, com objectividade, analisar essas expressões.

O meu partido está dentro de uma Aliança não dita mas na realidade democrática e naturalmente que não lhe agrada que V. Ex.º permita que permanentemente se façam ofensas a uma aliança constituída por partidos representados neste Parlamento.

E faço ainda mais um reparo: lamentamos também que a Mesa permita que em determinadas bancadas, e quando proferem as suas intervenções alguns Deputados, se esteja num permanente *brou-haha*, sem que haja uma chamada de atenção e, em contrapartida, quando isso acontece de outras bancadas, automaticamente se pede aos Srs. Deputados para se calarem, como ainda ontem várias vezes aconteceu, sem se generalizar este comportamento.

O Sr. Severiano Falcão (PCP): — Ciumento!

O Orador: — Não sou ciumento ...

*Risos.*

..., a única coisa que sou é democrático e procuro praticar a democracia. E pode crer no seguinte: não me habituo à ditadura onde se diz quem bate palmas, por quanto tempo e aquilo que se há-de dizer... É a isto que eu não me habituo, às práticas ditatoriais de esquerda ou de direita e devo dizer ainda que considero tão desprezível uma como outra. A ditadura é, para mim, desrespeitadora dos direitos humanos, seja uma ditadura de esquerda ou de direita.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, é de facto desagradável que V. Ex.<sup>a</sup> permita que uma Aliança Democrática, que se constituiu permanentemente, seja apelidada de reaccionária, de conservadora, de monárquica, de não sei que mais ...

*Risos do PS e do PCP.*

Que me conste, Sr. Presidente, nesta Assembleia não têm cabimento Deputados reaccionários...

*Risos do PCP.*

... e que conste, Sr. Presidente, apesar do riso, que não me atrevo a apelidar de alvar, de alguns Srs. Deputados, as pessoas entraram pela mesma porta neste Parlamento!

As pessoas eleitas pelo Partido Comunista, as eleitas pelo Partido Socialista, as eleitas pelo Partido Social-Democrata e as eleitas pelo CDS entraram pela mesma porta ...

**O Sr. João Lima (PS):** — Falta a UDP!

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — Esqueceu-se ...

**O Orador:** — Não. Essas pessoas defendem de facto uma democracia e a grande diferença entre o CDS e o PCP é que o CDS não está ao serviço de ninguém senão do povo que o elegeu e está, de facto, ao serviço da democracia.

Mas, Sr. Presidente, eu desejava interpelar a Mesa e mais directamente a V. Ex.<sup>a</sup> porque V. Ex.<sup>a</sup> nunca ouviu chamar desta bancada à APU qualquer coisa, nunca ouviu chamar ao Partido Socialista senão Partido Socialista e penso que V. Ex.<sup>a</sup> tem ouvido — e eu digo-o pessoalmente — que normalmente me dirijo aos outros Deputados, embora tenha amizade com muitos dos Srs. Deputados, como «Sr. Deputado», e não como Sr. Engenheiro ou como Sr. Doutor ou Sr. Fulano de tal. Procuro utilizar a linguagem que é própria desta Casa e que está estipulada no Regimento, e é essa linguagem que eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> impusesse nesta Câmara.

E devo dizer que lhe faço este pedido não para defesa de uma Aliança Democrática — pois ela não necessita dessas defesas, sabe-se defender —, mas para dignificar esta Câmara ...

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... porque ela não se dignifica com este tipo de insulto barato e soôs, que, efectivamente, não toca a Aliança Democrática, mas que podem ferir a dignidade desta Câmara, e é para V. Ex.<sup>a</sup>.

como Presidente desta Assembleia, como a segunda personalidade na hierarquia portuguesa, que eu apelo para evitar este tipo de procedimentos que não dignifica nada nem ninguém.

**Vozes do CDS e do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Marcelo Curto (PS):** — Não apoiado!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o conceito de ser ou não reaccionário parece-me que não é ofensivo; em meu entender, não é. É-se ou não reaccionário, sentidamente ou porque os outros o chamam, mas isso não ofende ninguém.

*Protestos do PSD.*

O Sr. Deputado, no seu entusiasmo e na defesa do seu ponto de vista, não conseguiu — suponho eu que não conseguiu — evitar falar em «riso alvar» a respeito daqueles que se lhe dirigiam de forma menos agradável para com a sua bancada.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Eu disse «não ouso classificar de riso alvar»!

**O Sr. Marcelo Curto (PS):** — O velho truque ...

**O Sr. Presidente:** — Não ousava, mas foi-o dizendo ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado levantou a suspeita de que o Presidente da Mesa não seria isento.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Exactamente!

**O Sr. Presidente:** — Ora, devo dizer-lhe que tenho procurado sê-lo, e estou convencido de que o tenho sido e quero continuar a sê-lo.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Não parece!

**O Sr. Presidente:** — E queria ainda acrescentar que o Sr. Deputado ao dizer que o Presidente não é isento, como qualquer outro Deputado, faz um juízo de valor próprio, mas no dia em que a Assembleia me disser isso, ainda que seja por uma insignificância de maioria, eu abandonarei este lugar. Até lá, o conceito do Sr. Deputado ou de qualquer outro Deputado poderá ser muito respeitável mas não é vinculativo.

*Aplausos do PS, do PCP, de alguns Deputados independentes sociais-democratas e dos Deputados independentes Lopes Cardoso e Brás Pinto.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, só para facilitar a sua missão e porque sou sensível a alguns argumentos do Sr. Deputado Pedro Roseta, peço que na minha intervenção seja rectificado o seguinte: sempre que falo em Aliança será Aliança Democrática, mas acrescento, no entanto, que nós, socialistas, a consideramos conservadora e monárquica.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Mas como o Sr. Deputado Pedro Roseta invocou este argumento a propósito dos partidos dos quais diz não se poder alterar o nome, queria apenas perguntar se a Aliança já é um partido único.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Emilia de Melo (PS):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Relativamente ao Sr. Deputado Nuno Abecasis, desejaria dizer que nunca me preocupei ou fui chocada pelo facto de o Sr. Deputado invocar os seus princípios de católico sempre que aqui defendeu alguma posição sua, pelo contrário, respeito-os muito e acho que, inclusivamente, se devem divulgar os princípios de cada um.

No entanto, o Sr. Deputado Nuno Abecasis diz que procedeu sempre com independência em relação a esses mesmos argumentos. Nesse caso pergunto por que é que o partido a que pertence se chama democrático-cristão?

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Não se chama não. Chama-se Centro Democrático Social!

**A Oradora:** — Por que é que tem o nome de cristão e não se há-de chamar democrata-centrista, social ou outra coisa no género?

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Temos uma política democrática-cristã, o que é diferente!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta..

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Em primeiro lugar, queria referir-me, porque merece o meu respeito, à segunda intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

Ao contrário do que é costume nesta Câmara, a Sr.<sup>a</sup> Deputada deu, francamente, o dito por não dito, o que agradeço, e admiro a sua coragem.

No entanto, queria dizer que não se apagam as coisas que ficam registadas no *Diário* e, para além de ter alterado a designação desta Aliança de partidos democráticos, o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez de mais grave, na sequência do que tinha sido feito pelo Partido Comunista, foi afirmar que a Aliança era apenas «dita democrática», como se ela não o fosse. E aqui está já a resposta à sua pergunta, pois a Sr.<sup>a</sup> Deputada, tal como o Partido Comunista, arrogou-se — como é costume dentro do pensamento totalizante dos marxistas, para não dizer totalitário — o direito de julgar se a Aliança é ou não democrática e isto é pura e simplesmente inaceitável.

Como já aqui referi várias vezes, nós não aceitamos que nos qualifiquem de democratas ou não! Quem nos pode qualificar é o povo português, e só ele pode dizer se nós somos ou não democráticos.

**Vozes do PS:** — Não são os únicos!

**O Orador:** — Se nós nos submetemos ao sufrágio universal, se nós queremos ser o maior partido português de acordo com o sufrágio universal ...

**Vozes do PS:** — Ah!... Querias!

**O Orador:** — ... é, efectivamente, porque somos um partido democrático e aí é que está a gravidade das afirmações do Partido Comunista e da Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

Portanto, julgo que, pelo facto de ofender dois partidos presentes nesta Câmara, para além de outros e para além do povo português...

#### Risos do PS.

... até se justificaria que o protesto fosse mais veemente porque não ofendeu só um.

Repare, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que aquilo que a nós choca não é propriamente a ofensa à estrutura partidária ...

#### Vozes do PS: — Ah!

**O Orador:** — ...; aquilo que nos choca é saber que, quer os senhores queiram quer não, estes partidos portugueses representam 40 % do povo português, e ao ofenderem estes partidos estão a ofender, a chamar não democráticos aos 40 % do povo português que confiam e isto tem que ficar muito claro.

**Sr. Presidente:** O Sr. Presidente tem nesta parte final, infelizmente, uma graça pesada e infeliz. Eu não sei se o Sr. Presidente quer, propositadamente, confundir a bancada do Partido Comunista com a do Partido Socialista... Nós sabemos que são ambos marxistas, mas eu distingo-os, e se o Sr. Presidente não os distingue é consigo.

#### Protestos do PS.

Eu quando disse há pouco, Sr. Presidente — e quero que isto fique muito claro —, que não me importava com insultos, que aquilo que o Partido Comunista dizia não se escrevia, referia-me, e ficou claro, pode ver-se o *Diário*, exclusivamente ao Partido Comunista, por razões que são evidentes e que eu já várias vezes aqui referi.

**O Sr. Jorge Leite (PCP):** — Pode-se ver no *Diário*!

**O Orador:** — O Sr. Presidente, ao referir isso relativamente ao Partido Socialista, fazendo uma mistura que não fiz, ao aplicar isso a uma Deputada que eu prezo, que foi minha colega na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, tendo nós trabalhado juntos durante anos, cometeu uma injustiça inqualificável.

Quero ainda lembrar que o Sr. Presidente não pode fazer juízos subjectivos sobre os insultos; o Sr. Presidente diz que é isento, até hoje pode-o ter sido, mas hoje não está a sê-lo — é a nossa opinião!

#### Protestos do PS.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Não se exa, tem ...

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço o favor de manterem a calma.

**O Orador:** — Estou a utilizar o meu tempo, não sei se o Partido Socialista quer fazer censura ...

**Vozes do PCP:** — Vocês é que querem fazer censura!

**O Orador:** — Eu utilizo o meu tempo e não admito que tentem calar a boca aqui a partidos que representam 40 % do povo português!

**O Sr. Presidente:** — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** — O Sr. Presidente, neste momento, é volto a frisar, neste momento, não está a ser isento porque, efectivamente, o que interessa é que aqui se insultam partidos chamando-os de não democráticos. E isto aconteceu ontem várias vezes, repetidamente o Sr. Deputado Vítor Louro utilizou esta expressão e a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, hoje, infelizmente ...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, qual é afinal o termo insultuoso? Faz o favor de me dizer qual é o termo que considera que envolve uma ofensa?

**O Orador:** — Sr. Presidente, para nós envolvem ofensa os seguintes termos: chamar à Aliança Democrática aliança autodenominada democrática, aliança que se diz democrática, chamada democrática, reaccionária não sei quê, conservadora não sei quê, tudo isto, para nós, são ofensas e violam uma praxe desta Câmara.

Sr. Presidente, mesmo que tais termos não tenham sido ofensas, invoco a praxe desta Câmara ao longo destes anos, pois, segundo ela, sempre que algum Deputado, fosse ele qual fosse — e eu há bocado invoquei apenas o exemplo do Sr. Deputado Acácio Barreiros, mas foram muitos outros —, alterou, ainda que sem ser a título de insulto, o nome de algum partido ou aliança de partido, ele foi chamado à atenção pela Mesa. A Mesa, se quer manter a sua isenção, tem que evitar que sejam alterados os nomes dos partidos, que sejam alteradas as designações de alianças.

Pois, para o Sr. Presidente não será insulto chamar a Aliança Democrática de aliança reaccionária não sei quê, mas para nós é, e, além disso, é uma modificação do nome dessa aliança, a Aliança Democrática.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, dá-me licença?

**O Orador:** — Com certeza, Srs. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Quando eu ouço aquilo que o Sr. Deputado acabou de referir sobre alterar o nome, eu entendo-o não como uma alteração, mas como uma classificação da posição.

O Sr. Deputado tem a meu respeito o conceito que entender: de avançado, de retrógrado, de reaccionário, de progressista, e eu não lhe posso levar a mal isso, pois é um conceito que o Sr. Deputado tem, ao passo que classificar é outra coisa, e eu parece-me que o que se tem feito é estabelecer conceitos.

**O Orador:** — Mais uma vez o Sr. Presidente se baseia no seu subjectivismo para afirmar coisas que na realidade não são assim.

A verdade é que estes partidos têm denominado a Aliança. Se dissessem que a Aliança Democrática era retrógrada, era reaccionária era uma coisa, mas não é isso, Sr. Presidente, e não vamos escamotear factos, porque isso seria ainda mais grave. Aquilo que se diz é que a Aliança não é democrática — o contrário

do seu nome portanto; aquilo que se diz é que ela se autodenomina de democrática; aquilo que se faz é dar-lhe o nome de Aliança reaccionária marxista.

*Risos do PS e do PCP.*

Isto é a verdade e não é com jogos de palavras que se altera.

Por consequência, e apesar das tentativas de censura, através do barulho da maioria desta Casa — por enquanto maioria —, pois apesar destas tentativas de censura, que demonstram, aliás, a sua boa educação, nós manteremos a nossa posição.

O Sr. Presidente, se quer ser isento, não pode ser isento apenas para metade mais um desta Assembleia, como tem sido até agora: tem que o ser para todos. Nós somos representantes de 40 % do povo português e não podemos deixar, por respeito a esses 40 % e não por nós, que a Aliança Democrática, que neste momento os representa, possa ser assim tão vilmente insultada.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.º Deputada Alda Nogueira.

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha bancada não tem cedido ao fácil desejo de responder às múltiplas provocações que lhe têm sido aqui lançadas com uma única preocupação por detrás dessa decisão: tentar que este debate se trave num clima de sobriedade, num clima de respeito, num clima que prestigie os Deputados, a Assembleia, o País.

Por isso não fizemos ainda qualquer intervenção, mas, entretanto, perante as sucessivas intervenções que tem havido, e particularmente do Sr. Deputado Pedro Roseta, nós sentimos a necessidade de dizer, pura e simplesmente, isto: na Assembleia ou fora dela, no Portugal democrático, nem o Sr. Deputado Pedro Roseta, nem ninguém, tem o direito de tentar impedir, através de insinuações censórias, que um Deputado ou um grupo parlamentar expresse a sua opinião política sobre determinado fenómeno político no nosso país.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado acaba também de fazer, quanto a nós, é, na realidade, uma tentativa de censura que não pode ser tida em conta e que fala por si.

**A Sr.º Amélia de Azevedo (PSD):** — Ai não?...

**A Oradora:** — Quanto a outras intervenções que aqui foram feitas, nós não nos pronunciámos porque achamos que também elas falaram por si e não necessitavam nem mereciam qualquer apreciação da nossa parte.

Desejava ainda dizer quanto às críticas, em forma quase de ataque, que têm sido dirigidas ao Presidente desta Assembleia, que nós não as interpretamos apenas como dirigidas ao Presidente desta Assembleia, mas sim como dirigidas à própria Assembleia da República, dado que o significado da figura do Presidente, da sua função, ao nível desta Assembleia, é encarado por nós deste ângulo.

*Aplausos do PCP, do PS e do Deputado independente Brás Pinto.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista encara com preocupação a deterioração que vem a ser provocada por algumas bancadas no curso dos nossos trabalhos.

Desde o inicio da manhã que temos tido a preocupação de interpelar o Governo, de pôr questões e de dar ao debate um tom produtivo e eficaz. A determinada altura o Sr. Deputado do CDS fez uma intervenção como intolerante, violenta e deformada e por isso mesmo fez um protesto, que tinha o direito de fazer.

A partir daí, tanto a bancada do CDS como a do PPD iniciaram hostilidades contra o Partido Socialista e procuraram dizer que através do vocabulário que o Partido Socialista utilizava estavam a ser insultados, estavam a ser injuriados, estavam a sentir-se ilegitimamente atacados.

Ora nós consideramos que não se verifica naia disto e que os qualificativos que utilizamos para a aliança do PSD e do CDS são perfeitamente correntes no vocabulário político em qualquer país. Chamar-lhes «conservadores» não é com certeza um insulto, porque nalguns países é uma honra para partidos que invocam o conservadorismo, o qual me parece que em Portugal tem também os seus suportes, que são, naturalmente, o PPD e o CDS.

**A Sr.º Amélia de Azevedo (PSD):** — Nós somos sociais-democratas, Sr. Deputado!

**O Orador:** — Por outro lado, têm o PPD e o CDS, sistematicamente, no decurso deste debate, utilizado contra o Partido Socialista a seguinte argumentação: o Partido Socialista faz com o Partido Comunista uma aliança marxista, faz com o Partido Comunista uma aliança de esquerda, trata-se da «sarna marxista» que é preciso eliminar do País e desta Câmara. Isto é: utilizam contra nós qualificativos totalmente falsos, invocam uma aliança que não existe e, perante os nossos protestos, não recuam nesta linguagem; não recuam nesta tática e até têm dito que a vão usar durante a campanha eleitoral.

Duplicidade não se pode chamar se não é este tipo de comportamento, ou seja, não querem ser considerados «conservadores» numa aliança que efectivamente celebraram e invocam alianças que não existem e dão-lhes qualificativos perfeitamente errados, ofensivos e, como toda a gente sabe, falsos!

Era este esclarecimento que queríamos deixar à Câmara e, por outro lado, constatar que o Sr. Deputado Pedro Roseta tem pautado todas a sua intervenção, nas últimas sessões, por um estilo violento, agressivo e provocatório. Evidentemente que isto leva a que as bancadas reajam com apartes, reajam muitas vezes com a gargalhada pelo ridículo de certas situações e de certos comportamentos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto é inevitável e não se pode pedir aos Deputados que tenham um tal autoritarismo e uma tal capacidade «de aguentar» que não se riem das

epateticas» e que ao mesmo tempo não protestem contra os insultos e contra as provocações. Esta é a realidade que se está a passar.

Há Deputados que insistem permanentemente num estilo, numa atitude e num comportamento que não deixam, como é evidente, qualquer cristão impensável e é essa a razão das reacções das bancadas, muitas vezes espontâneas e que aliás nós tentamos, como tem sido visto, serenar.

Por outro lado, queremos também terminar com as seguintes palavras: o Sr. Presidente da Assembleia da República tem pautado o seu comportamento pelo rigor, pela isenção e pela imparcialidade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto é evidente e não merece sequer que estejamos agora a sublinhá-lo, mas perante a distorção, perante a injúria e perante as críticas que lhe têm sido feitas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não podia deixar de manifestar ao Sr. Presidente da Assembleia da República a sua maior solidariedade.

*Aplausos do PS, do PCP e do Deputado Independente Brás Pinto*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando ouço, depois das intervenções que foram aqui produzidas por Deputados do Partido Comunista, por uma Sr.ª Deputada qualificada dessa bancada, dizer que o Partido Comunista defende nesta Assembleia um clima de respeito e de sobriedade, depois de terem insultado de todas as formas e feitos possíveis, sobretudo ao longo destes últimos meses, utilizando expressões de que eu poderia citar várias e que aliás nem foram dedicadas a nós, mas sim a órgãos de soberania, como, por exemplo, «grupo de bandoeiros», «bando de relapsos», quando, depois de nos ter chamado tudo o que é possível, tal como não democratas, fascistas, reacionários, tudo o que lhes venha à cabeça, depois de tudo isto, ouço o Grupo Parlamentar do PCP dizer que zela por um clima de respeito e de sobriedade nos debates é efectivamente o máximo da duplidade, para não dizer outra coisa! .

Não tem efectivamente, Sr.º Deputada, e não falo em si concretamente mas na sua bancada, qualquer autoridade para falar assim do nosso partido e muito menos para querer um clima de respeito e de sobriedade nesta Assembleia quando é o seu partido que pelas suas intervenções provoca as nossas respostas, porque, e eu quero chamar a vossa atenção para o facto, nós estamos apenas a responder a qualificativos que nos foram dirigidos.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos Lage, cujo partido efectivamente tem dito sobre o nosso tudo aquilo que se possa imaginar...

**Risos do PS:**

... em que figuras qualificadas do seu partido chegaram a chamarmos nazis, chamarão gauleiter ao Dr. Salazar, presidente do nosso partido...

**Risos.**

.... chegaram a entrar no pormenor, ao longo desta Legislatura, de fazer apreciações, não sei se erótico-psicanalíticas, sobre o seu nariz...

*Risos.*

...É este o Partido Socialista, o tal dos *gauleiter*, do nariz, que vem agora dar lições de respeito e de sobriedade?!

É este o partido de quem nós ainda agora ouvimos em apartes a própria Deputada Teresa Ambrósio dizer, ou sugerir, pelo menos, que a aliança não era democrática...

O Sr. Ferreira Lima (PS): — É que temos dúvidas...

O Orador: — Sr. Presidente e Sr. Deputado Carlos Laje, sempre foi considerado nesta Casa um insulto dizer-se que um partido não era democrático e sempre a Mesa chamou a atenção para isso. Nós acabamos de ser visados por esse insulto pelas bancadas do Partido Comunista e do Partido Socialista, e estes partidos, apesar de fazerem o mal, ainda se atrevem a vir dizer que nós...

Vozes do PS: — Fazem o mal e a caramunha...

*Risos.*

O Orador: — Fazem o mal e a caramunha, é evidente!

*Risos do PS.*

E ainda se atrevem a dizer que nós é que os provocamos! Isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é efectivamente a fábula do lobo e do cordeiro: aqueles que fazem o mal e que efectivamente querem ser triunfadores!

Diz o Sr. Deputado que nós qualificámos o Partido Socialista e o Partido Comunista como aliança marxista, que lhe demos outras qualificações quaisquer, o que não é verdade. «Sarna marxista» foi palavra que nunca ouviram nem na minha boca nem na de qualquer dos meus companheiros. A única expressão que utilizámos foi a de «partidos marxistas» ou, quando muito, «maioria marxista», o que não quer significar que exista uma aliança, obviamente. Mas o facto de dizermos «partido marxista» julgo que não será um insulto; toda a gente ouvia gritar nos comícios do Partido Socialista: «Partido Socialista — partido marxista.» Consta do vosso programa, aliás. Ou será que agora querem escamotear aquilo que está no vosso programa, na altura das eleições?

Vozes do PS: — E no vosso, não?

O Orador: — Portanto não houve da nossa parte qualquer insulto.

Nós chamamos a atenção da Câmara para o que efectivamente há aqui, e isso já há muito tempo que é uma dupla medida: é que a maioria desta Assembleia quer ser tratada de uma determinada forma e quer que a minoria seja tratada de outra forma. Esta dupla medida é que é inaceitável e é inacreditável da parte do Partido Socialista, que é um partido democrático. E aí está a diferença — e acabo por onde comecei — entre o Partido Socialista e o Partido Comunista: é que a nós bem pouco nos importa o

que este partido diz, como repetidamente aqui temos referido, até porque a credibilidade de 14% que o povo português lhe atribui é muito pouco. Mas há realmente uma diferença: o Partido Socialista era até agora o maior partido português....

A Sr.ª Emilia de Melo (PS): — «Era? Então já houve eleições?»

O Orador: — ...é um partido democrático, nós queremos que efectivamente haja entre partidos democráticos boas relações e não podemos admitir provocações como aquela que começou por ser feita pela Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio e que me levou a esta intervenção.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, já foi ultrapassada a hora regulamentar, mas se, como me parece, VV. Ex.ºs entendem que devemos continuar este assunto, assim se fará e seguiremos a ordem de inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho muita pena de que o Sr. Deputado Carlos Laje já não esteja presente e assim a minha pergunta será dirigida ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Foi dito que as hostilidades nesta Assembleia começaram com a minha intervenção e com as respostas aos esclarecimentos que me foram pedidos. Ora eu penso que a minha intervenção foi perfeitamente correcta pois exprimiu um ponto de vista político legítimo que não ofendeu ninguém, muito menos o Governo, e tive o cuidado de o dizer, como não ofendeu nenhum dos Srs. Deputados interpellantes, e a prova disso é que às minhas respostas não se seguiu qualquer protesto.

Tivemos o cuidado de não interferir nesta longa discussão que se tem vindo a travar e o meu colega Carlos Rebalo limitou-se a dizer que não lhe agradava — mas deixou nas mãos do Sr. Presidente a decisão sobre o que viesse a fazer — que digam que o nosso partido ou qualquer aliança em que estejamos incluídos é uma aliança não democrática. Que digam que é conservadora, não nos afecta nem nos belisca coisíssima nenhuma; não temos qualquer complexo disso.

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — Mas o que gostava de perguntar ao Sr. Deputado Salgado Zenha é se ouviu desta bancada qualquer ofensa ou qualquer indício de hostilidades com o Partido Socialista ou com qualquer outro partido que esteja nesta Assembleia.

Penso que fomos correctos e que nada justificava o que o Sr. Deputado Carlos Laje disse.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas apelar para toda a Câmara para que efectivamente nos ocupássemos do debate do Programa do Governo.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

**O Sr. Carlos Robale (CDS):** — É isso que temos feito!

**O Orador:** — Creio que é isso que nos reúne. E quando nesta Câmara a voz de um Deputado acusou o debate de ser inútil e de se transformar num roubo ao povo era bem importante que tivessem essa consciência e não gastossem tanto tempo com coisas de somenos e com intervenções que apenas servem para disfarçar que não querem efectivamente debater aquilo que é o fulcro deste debate.

*Aplausos do PS, do PCP, dos Deputados independentes sociais-democratas e dos Deputados independentes Brás Pinto e Galvão de Melo.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Como o Sr. Deputado Nuno Abecasis sabe, eu não estava presente quando fez a sua intervenção, mas, por aquilo que ouvi, houve uma Deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que fez um protesto contra a sua intervenção, o qual, em meu entender, foi perfeitamente justificado.

Aliás, não comprehendo de maneira nenhuma que haja tanto alarido pelo facto de uma Deputada socialista ter feito um protesto quanto à sua intervenção,...

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Alarido não, porque nós nem abrimos a boca.

**O Orador:** — ... porque isso é uma prática normal dentro desta Assembleia.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Com certeza.

**O Orador:** — Eu não me posso referir à sua intervenção porque não o ouvi, mas creio que não é muito parlamentar estarmos a fazer referência nas sessões deste Hemiciclo ao que passa fora dele, mas já em várias intervenções aqui feitas por Deputados desta Assembleia nós ouvimos referências, quer à Sr.º Primeiro-Ministro quer ao Chefe do Estado, que consideramos que ultrapassam as regras da cortesia parlamentar!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, este é o meu juízo de valor. É natural que os Deputados do CDS ou do PSD — isto sem querer provocar a ira do Sr. Deputado Pedro Roseta — pensem de modo diverso, mas este é o meu pensamento e se faço efectivamente esta afirmação foi porque ela me foi solicitada pelo Sr. Deputado Nuno Abecasis, porque senão não estava agora com esse tema.

Quanto à intervenção final do Sr. Deputado Pedro Roseta, que ouvi, queria dar só um esclarecimento: nós, Deputados socialistas, não nos consideramos insultados por qualquer afirmação que o Sr. Deputado Pedro Roseta tenha feito ou venha a fazer. Não insulta quem quer, insulta quem pode!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não seremos nós a recusar que seja lamentável que se use o tempo desta Assembleia em discussões como aquelas que têm vindo a ser travadas.

Mas é fundamental que as coisas não sejam torcidas uma vez mais e que aqueles que foram vítimas de intervenções ilegítimas e contrárias a todas as regras morais, que devem existir também em política, venham a ser no fundo os atingidos, ou seja, aqueles que não têm a mínima responsabilidade neste incidente.

Esta Câmara deveria louvar a paciência do PSD...

**Risos do PS e do PCP.**

..., que desde o início deste debate ouviu, tolerante e passivamente, na esperança de que as coisas não se repetissem, afirmações claras e objectivamente ofensivas da sua dignidade de partido e da dignidade dos seus elementos. Não me venha o Sr. Deputado Carlos Laje com os argumentos de que dizer-se que uma pessoa é conservadora não é insulto, que dizer-se que uma pessoa é comunista não é insulto e que dizer-se que uma pessoa é reacionária não é insulto, no que aliás, acompanha o ponto de vista do Sr. Presidente ...

Lamento que estejam a ver as coisas de uma forma tão errada, porque qualquer pessoa se pode ver insultado quando a intenção é de insulto. Na verdade, quanto aos insultos o que interessa e é relevante é a intenção. Creio que não haverá aqui ninguém tão ingênuo que desconheça que o PCP e o PS, ao dirigirem certos qualificativos à Aliança Democrática, ao PSD ou ao CDS, o fazem claramente com a intenção de denegrir, de insultar e de prejudicar. Isto é evidente para qualquer pessoa que tenha um mínimo de conhecimento de como se processam as coisas na vida comum ou na política.

**Vozes do PS e do PCP:** — Claro!

**O Orador:** — Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós ouvimos isto já ontem repetidas vezes e considerámos se deveríamos reagir ou não. Preferimos ficar calados porque não gostámos de provocar incidentes desta natureza nesta Assembleia. Contudo, hoje, perante uma insistência que está de acordo com o slogan de que «as coisas repetidas acabam por entrar no ouvido das pessoas», não será com a nossa passividade, para além do que é razoável, que essas coisas acontecerão.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PSD e eu pessoalmente apoiamos com toda a sinceridade e com todo o vigor as intervenções feitas em defesa do nosso Grupo Parlamentar pelo Sr. Deputado Pedro Roseta e que foram perfeitamente justificadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós não podemos consentir que venham depois certos Deputados com ares moralistas a procurar um objectivo que no fundo não é a serenidade e a dignidade dos debates, mas sim, única e

exclusivamente, para atingir o PSD, por mero despeito de quem devia ter um pouco mais de decoro. Para mim, pelo menos, quando uma pessoa sai sem razão para tal, de um agrupamento em que trabalhou e que até se procurou ajudar a crescer, há um mínimo de decoro que o devia levar a evitar entrar em disputas com esse agrupamento e até a competir com ele.

Se algum dia — e digo-o desde já e publicamente — sair do Partido Social-Democrata, onde me encontro filiado, o que é uma eventualidade possível ...

**Vozes do PS e do PCP:** — Claro ...

**O Orador:** — ... entendo que faltei aos meus deveres de dignidade e de lealdade para com o partido se me utilizar daquilo que soube enquanto estive do lado de dentro para vir atacá-lo cá fora. Esta é, pelo menos, a minha maneira de ver e creio que as pessoas que têm a mania de jogar com conceitos moralistas deviam aplicar a si próprios as regras de moralidade.

*Aplausos do PSD.*

Tivemos a oportunidade há dias de ver o Deputado Acácio Barreiros da UDP partido que do ponto de vista moral nos merece as mais severas críticas e que não comunga de maneira nenhuma dos nossos valores, do qual discordamos profundamente em muitos pontos, tomar uma atitude que não podemos deixar de registar. Aproveito mesmo esta oportunidade para dizer que essa atitude foi digna de ser realçada porque correspondeu exactamente ao que deve ser o respeito por valores e por uma moralidade que deve existir em política: o ex-Deputado Acácio Barreiros entrou em conflito com o seu partido — nem sequer saiu do partido — e pediu a demissão do seu cargo de Deputado, como já outros fizeram e que merecem igualmente o nosso respeito, como António Barreto, Medeiros Ferreira e Godinho de Matos. Estes ex-Deputados merecem o nosso respeito e podem falar em termos de moralidade ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... porque, quando se verificaram circunstâncias que, em termos morais, — não aconselhavam a sua permanência como Deputados, tomaram a atitude digna; perante esta Assembleia, de pedir a renúncia ao seu mandato.

Portanto, não podemos aceitar passivamente que o Sr. Deputado Magalhães Mota, qual patriarca de valores morais ...

*Risos do PSD.*

... venha aqui dar lições ao PSD, partido que se preza de se alimentar, no seu programa e na sua vivência diária em conjunto, como entidade colectiva e na pessoa dos seus militantes, de valores morais que se identificam profundamente com os da sociedade portuguesa e, em particular, com os valores perfilhados pela doutrina cristã e pela doutrina católica. Temos procurado agir sempre assim e temos

entendido sempre que a política exige o respeito por regras de moralidade, coisa em que não temos sido ouvidos e que não temos visto praticar por outros partidos presentes nesta Assembleia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para que não haja mistificações, que fique bem claro que o PSD tolerou até onde podia que nesta Assembleia se usassem terminologias e termos que são claramente ofensivos, objectivamente ofensivos, quer o Sr. Presidente queira quer não e quaisquer que sejam os seus pontos de vista, porque não são eles que interessam, mas sim os seus valores objectivos e como as pessoas o entendem.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — São opiniões ...

**O Orador:** — Nós calámo-nos durante muito tempo para não prejudicarmos estes debates. Mas temos o direito, quando a insistência for excessiva, de reagir e de impedir que as coisas continuem, pelo menos com o nosso silêncio.

**O Sr. Aboim Inglês (PCP):** — Basta!

**O Orador:** — Se o Sr. Presidente não puser cobro a esta situação, o PSD passará, embora seja contra os nossos princípios, a replicar na mesma moeda. Em nome de um princípio de moralidade, temos direito à autodefesa. Se o PCP insistir nas suas designações e se o PS também o fizer, nós passaremos a utilizar designações contra as quais eles, muito justamente, reagiram noutros tempos.

**Vozes do PCP:** — Ah! Também já usaram ...

**O Orador:** — Insisto em que não é insulto chamar-se uma pessoa de conservadora se ela é conservadora; não me admiro, portanto, que o CDS não se importe que lhe chamem conservador.

**Vozes do PS e do PCP:** — Ah!!!

**O Orador:** — Admito até que, porventura, possa conjugar-se com o programa do CDS o qualificativo de conservador.

*Risos do PS.*

Isso não será insulto para quem é conservador. Mas para quem é social-democrata dizer-se que se trata de uma aliança conservadora é um insulto, ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... assim como será um insulto para o PS dizer-se que eles são comunistas, assim como será um insulto para o PCP dizer-se que eles são sociais-democratas. Cada qual é o que é e tem o direito a que o respeitem na sua identidade e na sua qualificação.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, era esta essencialmente a contribuição que queria dar a esta Assembleia. Penso que não devemos condescender com confusões e que temos uma dignidade a defender nesta Casa.

O Sr. Presidente reincidiu há pouco mais uma vez num erro: no facto de o PSD não se importar ele próprio com qualificativos, já que nós não estamos aqui em representação pessoal. Pessoalmente, não me incomodo nem fico nervoso pelo facto de o PCP dizer que somos reaccionários ou o que quer que seja; considero que se trata de um insulto, mas já estou habituado, pois, caso contrário, já não andava metido na política. Mas dizer-se que, pelo facto de nós não nos importarmos, o Sr. Presidente pode tolerar que isso se faça à vontade, Sr. Presidente, isso não é correcto!

Inclusivamente, o meu colega Pedro Roseta disse que não era por nós, mas sim pela dignidade desta Casa e do povo português, a quem nós devemos respeito.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, não dignificamos esta Casa, não respeitamos o povo português, se estivermos a utilizar a linguagem que esses partidos estão a utilizar e contra a qual nós, muito justamente, protestámos. Insisto em que era bom que isto ficasse bem claro, porque, a não serem tomadas em consideração as nossas palavras, seremos obrigados, para maior vergonha desta Assembleia, a utilizar a mesma linguagem numa política de legítima defesa.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, peço apenas que a sessão, após o intervalo que se irá fazer, em vez de recomeçar às 15 horas recomece às 15 horas e 30 minutos, porque temos de realizar determinados trabalhos dentro do nosso grupo parlamentar que nos impedem de dar a nossa anuência a que esse intervalo seja reduzido.

O Sr. Presidente: — Assim se fará, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, ninguém me garante que será só o Sr. Deputado a usar da palavra e temos de fazer o intervalo ...

O Sr. Cunha Leal (Indep.): — Sr. Presidente, foi um insulto pessoal que se fez. O Sr. Deputado Magalhães Mota tem de responder.

O Sr. Presidente: — Poderá responder após o intervalo, se assim o desejar.

Está interrompida a sessão.

*Eram 13 horas e 25 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 55 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes da interrupção destes trabalhos fui nomeado pessoalmente e só por isso respondo na medida em que isso não prejudica o tempo dos trabalhos e nem conta para o tempo útil da nossa discussão.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a intervenção feita há pouco pelo Sr. Deputado Amândio de Azevedo veio confirmar a razão que eu tinha quando sustentava que o tempo que está a ser gasto está a sê-lo inutilmente por não se querer discutir o Programa do Governo. Mas esse é apenas um ponto que só interessa sublinhar — já tinha sido dito —, e também não interessa alongar-me em considerações sobre a triste razão de quem sabe não ter razão ...

Pura e simplesmente, direi, em relação àquilo que me pareceu um certo temor nervoso do Sr. Deputado, que pode estar descansado pois não revelarei aquilo que sei nem com respeito ao meu antigo partido nem de si próprio.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — E acrescentarei que também não discutirei com o Sr. Deputado nenhuma espécie de princípios morais, pois, de algum modo, isso seria admitir a discussão e não o faço.

Contudo, não poderei deixar passar duas coisas que me parecem importantes: o seu ar de ferrabras não me assusta, e portanto pode usar um tom mais calmo e mais moderado pois não tenho quaisquer problemas quanto ao modo como me falam — até sei também gritar, mas não preciso. Pura e simplesmente direi que esta minha intervenção não é um protesto.

Sei pelos jornais que o PSD, em relação à entrada do Sr. Dr. António Barreto nas suas listas, admitia ceder-lhe doze lugares, possivelmente doze dos seus actuais Deputados. Penso, pois, que perante a constatação que temos visto, talvez haja alguma razão para troca ...

*Risos.*

... e isso, pura e simplesmente, não me leva a nenhum protesto, mas apenas a uma manifestação de dô.

*Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas.*

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É o dote de si próprio, coitado! É o fim da carreira política!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria interrogar a Mesa sobre se efectivamente esta declaração do Sr. Deputado Magalhães Mota conta ou não para efeitos de tempo neste debate, e, no caso de não contar, gostaria que me fosse dito porquê.

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): — É ver o Regimento!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, parece-me que o Sr. Deputado Magalhães Mota invocou o artigo 92.º...

Cá estamos no problema de há um bocadinho: vá lá avaliar da intenção das pessoas!

*Risos.*

Até por razões profissionais o Sr. Deputado Amândio de Azevedo sabe como é difícil averiguar do facto e averiguar da intenção. Se não houver oposição à minha interpretação, aceito como boa a declaração do Sr. Deputado Magalhães Mota e, portanto, dou a intervenção dele feita ao abrigo do artigo 92.º

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, discordarei dessa atitude porque evidentemente que não basta as pessoas invocarem um determinado preceito; é necessário que objectivamente haja razões para que esse preceito seja aplicável, pois, de outra maneira, eu dizia ao Sr. Presidente que invocava o mesmo artigo. Aliás, devo dizer-lhe que, se o quisesse invocar, invocava-o com muito mais razão, mas não basta invocar pois é necessário que objectivamente haja razões!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o problema da intenção é um caso subjectivo e não objectivo, de maneira que começamos a estar em campos diferentes ...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, mais uma vez discordo dessa forma de interpretar o Regimento e de conduzir os trabalhos da Assembleia.

Quando há um artigo que diz que no caso de algum Deputado ser ofendido directamente na sua honra pode usar da palavra para defender a sua honra mesmo sem contar para o tempo, têm de se verificar objectivamente os pressupostos sobre o juízo de qualquer Deputado, nomeadamente o Presidente da Mesa, para que esse artigo seja invocável. Não basta, evidentemente, que um Deputado diga: fui ofendido na minha honra e agora vou falar ao abrigo do artigo tal. Para mim, isso é mais do que evidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado, dá-me licença? Só tem uma solução; recorre da minha decisão e está o caso arrumado.

*Vozes do PS e dos Deputados independentes sociais-democratas:* — Muito bem!

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, embora a considere errada, não vou recorrer da decisão de V. Ex.º porque não vale a pena. Considero-a profundamente errada, mas nem sequer vou fazer aquilo que poderia fazer, até porque o meu grupo parlamentar é daqueles que tem utilizado menos tempo neste debate, e devo dizer já à partida, para responder até ao Sr. Deputado Magalhães Mota, que o PSD é um partido que neste debate, salvo a necessidade de se defender de ataques e de ofensas injustas

que lhe foram dirigidas, se tem limitado a debater assuntos relacionados com o debate do Programa do Governo.

*Vozes do PCP:* — Oh! Oh!

O Orador: — Argumento com factos e não atiro palavras para o ar; estão aí os registos a comprovar aquilo que digo.

O Partido Comunista, nas suas intervenções, tem gasto mais tempo a atacar o Governo Mota Pinto, a Aliança Democrática, o PSD e o CDS do que a apreciar o Programa do Governo. O Partido Socialista talvez não tenha ido tão longe como o Partido Comunista, mas navega nas mesmas águas. Quanto ao Partido Social-Democrata, desafio quem quer que seja a ir analisar as intervenções aqui produzidas pelo Deputado Pedro Roseta e pela Deputada Helena Roseta para saber se, efectivamente, nos detivemos ou não 100% na discussão do Programa do Governo em causa nesta Assembleia. Esta é, portanto, uma primeira resposta que gostaria de dar ao Sr. Deputado Magalhães Mota.

Em segundo lugar, devo dizer ao Sr. Deputado Magalhães Mota que não tenho qualquer receio de que revele onde quiser e o que quiser acerca do que sabe de mim próprio.

*Risos dos Deputados independentes sociais-democratas.*

De resto, considero isso uma torpe insinuação e uma insinuação que lhe fica mal a ele mesmo. E desafio-o, porque não tenho receio nem dele nem de ninguém: a minha vida é transparente e pode ser conhecida de toda a gente.

Desafio, pois, o Sr. Deputado Magalhães Mota a dizer aquilo que sabe a meu respeito e que porventura me pode causar o tal nervoso que ele me atribuiu. Não estou nervoso, não estou receoso e pode pôr em plena rua aquilo que sabe de mim porque em nada me envergonham os actos que pratiquei até este momento.

Ao contrário, o Sr. Deputado Magalhães Mota é que devia ter um bocadinho mais de cuidado porque tem tomado atitudes que não honram muito a sua imagem, porque uma pessoa que mete ao bolso ou que rasga compromissos livremente aceites, compromissos de honra, ...

*Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:* — Falso! Falso!

O Orador: — ... não deve meter-se nestes assuntos e referir aspectos da vida de outrem.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Não têm nem moral nem honra!

O Orador: — Gostaria de acrescentar ainda que as insinuações torpes e pretensamente de espírito do Sr. Deputado Magalhães Mota nem me atingem pessoalmente, nem atingem o meu grupo parlamentar.

A insinuação de que os Deputados que aqui estão neste grupo parlamentar são ignorantes, estúpidos ou coisa parecida, já vem depois de essas palavras terem sido proferidas abertamente pelas mesmas pessoas. Não nos importamos com isso, pois é manifestamente a opinião dos Srs. Deputados dissidentes do PSD, que são as competências, as sumidades deste país, e o País ficará feliz quando eles tiverem oportunidade de dirigir os seus destinos. Só lhes peço que realmente apressem as operações de legalização do partido que querem constituir, que se apresentem ao eleitorado, porque terei muito prazer em reconhecer o meu erro quando vir que eles obtêm a maioria dos votos ...

#### Risos do PSD.

... e o País vai ser feliz sob a sua governação. Aliás, nunca terei atitudes de despeito como a que eles tiveram ...

Se algum dia vier a ser derrotado nas minhas opiniões, fiquem descansados, Sr. Deputado Magalhães Mota e os restantes Deputados independentes sociais-democratas, que não agirei como eles agem: reconhecerei o meu erro, a superioridade do meu adversário e, depois de ter saído de um partido, sendo derrotado internamente nas deliberações das suas posições, não será com atitudes dessas, de crítica e de fuga, quando não se demonstra a razão que se pretende ter, que actuarei e responderei a qualquer outro agrupamento político.

Já agora tenho que fazer um desmentido formal de que haja qualquer número de lugares de Deputados que estejam garantidos a quem quer que seja. O Partido Social-Democrata e o PPM, com quem concorrerá em alguns círculos eleitorais, têm nos seus quadros valores mais do que suficientes para defenderem o seu programa e os seus pontos de vista. E se porventura vierem a incluir nas suas listas alguns Deputados independentes, isso não altera em nada aquilo que sempre foi a prática deste partido. Inclusivamente, nas eleições anteriores foi incluído um Deputado independente nas listas deste partido e, portanto, o princípio poder-se-á manter se, na realidade, ponderadas devidamente as situações e os pontos de vista dessas pessoas e do partido, vier a entender-se que é essa a melhor solução. Quanto ao número, tudo o que se diga é mera especulação, tudo o que se diga não tem o mínimo fundamento.

Portanto, lamento que o Sr. Deputado Magalhães Mota, com as suas declarações, que podiam ter sido um bocadinho mais serenas e mais ponderadas, depois de ter duas horas de reflexão na hora do almoço, venha, afinal de contas, a agravar aquilo que já foi grave e lamentável nesta Assembleia: em primeiro lugar, fazendo insinuações torpes acerca da minha pessoa, que desafio a pôr aqui a claro, porque não receio nada acerca de mim próprio; em segundo lugar, fazendo insinuações torpes em relação ao meu grupo parlamentar e ao meu partido, dizendo que não terá pessoas com qualificação suficiente para incluir nas suas listas e que precisará, por isso, de recorrer aos independentes ou aos reformadores. Isto é que é torpe, isto é que é baixo, isto

é que não significa esta Assembleia nem respeita o povo português!

#### Aplausos do PSD.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Está desmascarada a moral do Sr. Mota.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Galvão de Melo, para uma intervenção.

O Sr. Galvão de Melo (Indep.): — Se fosse desconfiado, diria que o que se passa nesta Assembleia desde as 12 horas e 30 minutos era sabotagem à minha intervenção, mas têm que acabar por ouvi-la ... Contudo, não sou desconfiado.

#### Risos.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Não apoiado! Temos muito gosto em ouvir o Sr. Deputado.

O Orador: — Srs. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Mais uma vez o Plenário da Assembleia da República está reunido para discutir — e no final reprovar, aprovar ou, simplesmente, deixar passar — mais um Programa de uma um governo.

Tenho ouvido e tenho lido que com tanto mudar de governo nunca mais os Portugueses chegarão a parte alguma!

Não estou de acordo. A virtude essencial da democracia é exactamente o poderem-se substituir governos sempre que o bem dos povos o exija. A virtude da democracia reside no facto de os políticos, em particular, e a Nação, no todo, estarem preparados para resolver as questões nacionais pelo diálogo inteligente, e não usando, unilateralmente, a força bruta.

Progresso é inteligência; força é estagnação, quando não é retrocesso.

A mim nada me preocupa assistir à mudança de governos e de governantes. É esta alternância, afinal, testemunho de que, mau grado certas intenções que os grupos políticos reciprocamente se atribuem, continuamos a tentar viver em democracia.

Eu disse que não me preocupavam as sucessivas e frequentes substituições de governo. E é verdade. Mas faltou acrescentar «em si mesmas». De facto, preocupa-me, e muito, a inutilidade dessas substituições. Os governantes tem-se sucedido nos bancos desta Assembleia cheios de bons propósitos, contudo os problemas fundamentais da Nação continuam por resolver!

Por culpas desses governos?

Em consequência das suas ideologias?

Resultado de incompetências pessoais?

Longe de mim afirmá-lo com relação a qualquer dos cinco governos constitucionais.

Para um governo, qualquer governo, exercer o mandato com eficácia necessário é dispor de Ministros competentes, mas tão ou mais necessário é que antes lhe tenham sido criadas as condições mínimas de êxito. É indispensável que outros órgãos de soberania, por natureza mais estáveis, e, em consequência, mais responsáveis, se definam e justifiquem a si próprios definindo e justificando a política que

pretendem seguir. Não basta, no plano interno, dizer-se que se é pela «democracia pluralista»; como não é bastante, no campo internacional, dizer-se que «estamos abertos a todos os povos, quaisquer que sejam as suas formas de governo.»

Isto dizer é o mesmo que nada dizer. É, quando muito, esconder intenções ou incapacidades, ou ambas as coisas. Adentro das fronteiras, no largo horizonte democrático, temos de escolher o destino a cumprir e determinar o rumo a percorrer. Além-fronteiras, dentro da geral abertura de princípio, é indispensável privilegiar certas ligações. A política não é romântica, é eficaz ou ineficaz. Não há amizades entre Estados: há interesses convergentes ou divergentes.

Falar de presidencialismo no caso português é sugerir incompetências que procuram refúgio no excesso de autoridade. Apregoar terceiro-mundismo é caminhar às avessas. O certo, e eles sabem-no, é o Terceiro Mundo aproximar-se dos mundos que o precederam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta Assembleia da República não é culpada de tudo o que está acontecendo. Outros serão mais responsáveis do que nós. O Conselho da Revolução, não sendo democrático é fatalmente elemento perturbador da democracia.

O Sr. Gualter Basílio (PS): — Não apoiado!

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não é democrático interpretado no todo nacional e ainda o é menos quando analisado de um ponto de vista político-militar.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Presidente da República não é o homem em que os Portugueses votaram. Fortemente contestado pelos partidos que apoiaram a sua candidatura — os sociais-democratas, os socialistas e os democratas-cristãos —, só não sofre, hoje, a crítica dos comunistas. O Presidente da República continua, aparentemente, a não saber o que quer. A menos que, sabendo-o, não o diga. O que seria mais grave.

Entre outros, estes são exemplos autênticos de contradição. Estas são causas autênticas, alheias aos sucessivos governos e alheias a esta Câmara, que têm impedido, e continuarão a impedir, a correcta administração do País.

Tenho pena de que não esteja presente a Sr.ª D. Maria de Lurdes Pintasilgo...

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — A Sr.ª Primeiro-Ministro!

O Orador: — ... para lhe dizer que vou terminar sem quase nada referir o seu Governo e para lhe pedir que não conclua desta omissão que a estou a considerar menos e às pessoas que a rodeiam. Não. É que, para mim, repito, a resolução dos graves problemas que, cada dia mais, afectam o viver dos Portugueses não depende desde já do Governo aqui presente: Depende, antes do mais, de uma definição clara da

política nacional, isto é, de definição de uma política que tenha em conta os reais interesses dos Portugueses e não outros.

De qualquer modo, faço votos para que os cem dias não venham a terminar em um Waterloo português. Seria catastrófico. Mas, ainda nessas circunstâncias, a responsabilidade não caberia, em exclusivo, ao actual Governo.

Mais uma vez, tenho a pena de que não esteja presente a Sr.ª D. Maria de Lurdes Pintasilgo...

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — A Sr.ª Primeiro-Ministro...

O Orador: — ... para lhe desejar pessoalmente as maiores felicidades no cargo de Primeiro-Ministro.

*Aplausos do CDS e de alguns deputados do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bento de Azevedo.

O Sr. Bento de Azevedo (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa do Governo, agora em debate, refere muito resumidamente o cooperativismo, as cooperativas e as associações de consumidores. Porém, o pouco que é referido merece-nos algumas breves reflexões antes dos esclarecimentos que vamos solicitar e que desejamos ver clarificados.

É indiscutível a importância fundamental que o cooperativismo poderá ter na solução de muitos dos nossos problemas económicos, no desenvolvimento de sectores primários, como a agricultura e a pesca, na grave crise habitacional, no sector industrial, na problemática do desemprego, na moralização de circuitos comerciais e na defesa do consumidor. É reconhecida a acção importantíssima que o cooperativismo desempenhou nos fins do século passado e principalmente no nosso século, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento espectacular de alguns países, não só no sector económico, mas também nos sectores social e cultural.

Temos insistido na necessidade urgente de fomentar, desenvolver e consolidar o cooperativismo em Portugal, porque o cooperativismo é uma chave ao nosso alcance para consolidar a democracia, congregar vontades, solucionar alguns problemas que já referi e rasgar horizontes muito mais vastos para as futuras gerações. Chave que tem estado ao nosso alcance após o 25 de Abril. Para a obtermos, apenas são necessários dois dados essenciais: solidariedade e responsabilidade por parte dos cooperadores e que por parte do Estado sejam cumpridos, sem sofismas, os preceitos constitucionais e respeitados os ideais cooperativos.

Citando uma frase inserida no Programa deste Governo: «[...] exortar os Portugueses a desenvolverem a capacidade de se situarem criadoramente face à História que lhes é dado viver», diríamos que não basta somente «exortá-los», mas proporcionar-lhes os meios para desenvolverem a sua indesmentida criatividade e qualidades de trabalho — aliás elogiadas em todo o mundo —, por forma a recuperarem décadas de estagnação e atraso e a colocarem-se «[...] criadoramente face à história que lhes é dado viver».

Apesar dos seus escassos 89 mil quilómetros quadrados e das ilhas da Madeira e dos Açores, Portugal tem um potencial de riquezas marítimas e terrestres que pode permitir o seu abastecimento. Desde um clima temperado, que nos favorece, às extensas águas territoriais, recheadas de variada e abundante fauna marítima; desde a riqueza florestal, mal explorada e preservada, até a uma agricultura favorecida em grande percentagem, por bons solos, e até somos favorecidos por um subsolo praticamente inexplorado, mas que contém algumas riquezas minerais.

Do sol ao carvão — fontes de energia —, aos minérios de ferro, ao volfrâmio e estanho, até à mica, ao quartzo, ao feldspato, ao granito e ao mármore, das pirites até à prata, ao ouro e ao urânio, tudo possuímos. Umas coisas, mais; outras, menos. Mas possuímos.

O que é que, então, nos falta? Capacidade de organização e trabalho em comum. Do que necessitamos é de cultura e civismo; de trabalho em comum, responsável, sem explorações. O que nos falta é ter confiança no futuro e saber que o nosso destino está nas nossas mãos e nas dos nossos filhos; é ter a coragem de repudiar tudo o que sempre nos escravizou.

Se os planeamentos regionais corrigirem as desigualdades, segundo critério de correção justo, se for despertada a eficaz e desejada participação popular, a qual deverá ser estimulada em acções que visem a organização, o associativismo e o cooperativismo, a gestão democrática, acreditamos que este país sairá a médio prazo da longa hibernação a que foi sujeito por obra e graça daqueles que pensavam e pensam mais em si do que nos outros e que, actualmente, sob a capa protectora da democracia, procuram entravar tudo que lhes pareça lesivo ou que, por um conservadorismo doentio e retrógrado, rejeitam tudo que possa traduzir progresso social, cultural e económico.

#### Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — Em termos significativos, foi com o advento da Revolução de Abril que muitos milhares de portugueses se empenharam em fomentar e criar cooperativas de base.

A experiência cooperativa está aí, nos campos, nas fábricas, intrometida nos canais de consumo, da pesca e da habitação.

O Partido Socialista sempre apoiou o desenvolvimento cooperativo português e, muito expressamente, aponta no documento «Dez anos para mudar Portugal», aprovado no seu último congresso, as medidas para incentivar e consolidar o movimento cooperativo nos anos 80. Quando Governo, destacamos três iniciativas importantes: a criação do Instituto de António Sérgio, a nomeação de uma comissão de estudos e financiamento às cooperativas, e a iniciativa para a criação de um fundo de 100 mil contos para créditos bonificados às cooperativas.

Mas perante o surto entusiástico da criação de cooperativas após o 25 de Abril, qual foi a atitude dos responsáveis dos dois últimos governos, ditos constitucionais, e, muito principalmente, do IV Governo? Poderemos afirmar que predominou um ostracismo deliberado, pesem embora algumas palavras e promessas referidas nos programas apresentados a este órgão de soberania. Mas, mais grave ainda, foi a

intenção subjacente de o estrangular, cerceando ao movimento cooperativo a concessão de algumas isenções fiscais, créditos bonificados e apoio técnico. E, ironicamente, concedeu, em contrapartida, facilidades legais para a obtenção de créditos bonificados até 300 mil contos para pseudocooperativas de comerciantes, segundo uma das últimas deliberações, em Conselho de Ministros, já como Governo demitido.

Tentou-se, assim, sofismar grosseiramente os ideais e conceitos cooperativos em favor de conceitos que nada têm que ver com o cooperativismo. Também em 1933 o ditador Salazar mandou promulgar o Decreto-Lei n.º 22 513 — mais conhecido pela «lei do garrote», que mereceu o seguinte comentário do Prof. Raul Tamagnini, que passo a citar: [...] nota-se com verdadeira estranheza que, no relatório que precede o decreto, se continua a laborar no erro grosseiro que resulta da confusão do cooperativismo com comércio, quando nele se diz no segundo período [...] aliviado da concorrência das cooperativas, o restante comércio. Pois então os homens que fazem as leis no nosso país ainda não sabem que as cooperativas não fazem comércio porque não procuram obter lucros?»

Feitas estas breves considerações, eis as perguntas que gostaria de formular: a primeira, é dirigida ao Sr. Ministro do Comércio: campeiam neste país os oportunistas, os açambarcadores e especuladores sem escrúpulo, alguns organizados em autênticas *mafias*. Tenciona o Sr. Ministro aplicar o artigo 109.º da Constituição Portuguesa, que diz no seu n.º 1: «O Estado intervém na formação e no controlo dos preços, incumbindo-lhe racionalizar os circuitos de distribuição e eliminar os desnecessários?»

Se a resposta for positiva, como esperamos, e é afirmado no Programa, que medidas concretas e urgentes pensa o Governo tomar, tendo em conta a marcha implacável dos cem dias?

As restantes perguntas são dirigidas ainda ao Sr. Ministro do Comércio e ao Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica:

O cidadão português, estupefacto, vai sofrendo inúmeros atropelos à sua saúde e a autênticos assaltos à sua bolsa, sem a mínima viabilidade de defesa perante esta fauna parasitária que faz fortuna à sua custa. Defesa que lhe é legítima como produtor e, essencialmente, como consumidor que é.

Perguntamos: compromete-se este Governo a aplicar o artigo 81.º da Constituição, que passo a citar: «Proteger o consumidor, designadamente através do apoio à criação de cooperativas e associações de consumidores?»

E muito embora, no capítulo IV do Programa, este Governo se proponha «a manutenção do poder de compra dos consumidores e a garantia quanto ao normal abastecimento e à qualidade dos produtos alimentares e de outros bens de consumo», gostaríamos de saber quais as medidas que o Governo tenciona adoptar a curto prazo e se vai ou não garantir estímulos à constituição de cooperativas de consumo e facilitar-lhes apoios concludentes, visto que o Programa apresentado a esta Assembleia não se refere uma só vez, a este tipo de cooperativas?

Não serão as cooperativas de consumo essenciais para moralizar os circuitos comerciais, os preços e a qualidade dos produtos alimentares?

Não será essa uma das suas principais funções?

No mesmo capítulo IV do Programa em debate, afirma-se: «No sentido de orientar e proteger os consumidores, realizar-se-ão campanhas informativas junto do público, permitindo assim que aqueles, individualmente e através de associações que os representem, exerçam uma acção fiscalizadora subsidiária da que incumbe aos serviços competentes nesta matéria.»

O Partido Socialista apoia a intenção manifestada e congratula-se muito especialmente pelo reconhecimento da acção importante que as associações de consumidores podem ter na defesa e protecção dos cidadãos. Em quase todos os países civilizados é preponderante o papel e a acção das associações de consumidores, as quais «devem ser apoiadas e reconhecidas pelos governos, sendo ouvidas sobre as leis, regulamentações, serviços de administração e de consulta destinados aos consumidores», conforme estipula a *Carta dos Direitos do Consumidor*, adoptada em Maio de 1973 pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Infelizmente, em Portugal estamos ainda «entre-gues à bicharada». Não temos um código alimentar; não temos protecção jurídica conveniente; não existe ainda legislação que responsabilize os fabricantes pela qualidade e quantidade dos produtos que lançam no mercado; a lei dos pesos e medidas é anacrónica e prejudica o consumidor; os laboratórios oficiais não estão vocacionados para despistar produtos tóxicos e perigosos ou impedir importações de matérias-primas impróprias; etc.

Perante esta situação, perguntamos, com redobrada curiosidade: como tenciona o Governo actuar no que acabamos de referir? Tenciona apoiar decisivamente as associações de consumidores, já, senão não terá tempo?

A última questão que desejamos colocar à Sr.º Primeiro-Ministro e que para nós, cooperativistas, é extremamente importante, é a seguinte: sendo o conceito cooperativo antagónico do conceito comercial pergunta-se: é este Governo favorável à autonomia do direito cooperativo em relação ao direito comercial? Que medidas vai tomar nesse sentido? Tenciona este Governo corrigir ou até anular certas arbitrariedades do IV Governo em matéria de financiamentos a sociedades comerciais caracterizadas erradamente como cooperativas?

Agradecemos desde já respostas tão concretas e concisas quanto possível às questões levantadas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Sousa Franco): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do Governo relativo à política financeira procurou pautar-se por três critérios fundamentais. Foi o primeiro deles o do realismo. Visou-se assim garantir uma administração pública regular, a estabilidade dos mercados monetários, financeiros e cambiais e o controle da gestão dos recursos do sector público. Apesar dos indícios de recuperação nestes domínios — resultantes da contenção do consumo, do aumento do desemprego e da baixa dos salários reais, impos-

tos pela política seguida desde 1978 —, não se esqueceu que as finanças públicas revelam certa tendência para a indisciplina desde meados do presente ano e que a crise internacional sofreu novo agravamento, ao qual outros poderão seguir-se depois da recente alta dos preços do petróleo. Nem se esqueceu que a entrada num novo e contínuo período eleitoral, por mais calmo e construtivo que o queiram os Portugueses e o procure o Governo, é, entre nós como em toda a parte, factor de desconfiança, de retracção do investimento, de evasão fiscal, de fuga ou desvio de capitais, que importa combater. Na crise duradoura que nos é imposta e na austeridade que foi politicamente escolhida, o período em que vamos entrar gera uma crise dentro da crise, que não pode escamotear-se.

Outro dos critérios foi a da continuidade: um Governo com curto horizonte de vida e vinculado a executar instrumentos já aprovados — designadamente o Orçamento Geral do Estado — pode desbloquear certos factores de crise ou atraso, mas causaria graves prejuízos ao País se se propusesse grandes reflexões de uma política económica de estabilização, que, programada em 1978 para um horizonte de dois a três anos, produziu já resultados significativos, embora dolorosos.

O terceiro dos critérios orientadores foi o da preparação de uma mudança — definida, mas aberta às opções de quem nos suceder — no sentido de realizar mais afiadamente objectivos estruturais que só a relativa redução do deficit da balança de pagamentos e alguma — embora insuficiente — estabilidade interna permitem tornar realidade. Mudança que aponte para a reposição de alguma justiça social, domínio em que tanto se degrediu nos últimos tempos, que vise a deterioração contínua dos salários reais e da participação decrescente do trabalho, do rendimento nacional, já a níveis do final dos anos 60 e de início de 70, respectivamente. Mudança traduzida na possível aceleração do investimento, que contrarie a tendência negativa do seu crescimento que se nota este ano, que sem uma acção enérgica será difícil modificar, incentivando sectores prioritários de elevada propensão para investir rápida resposta ao investimento e acentuada criação de postos de trabalho, como a construção civil. Mudança que principie o começo de uma política de redução do desemprego, que se agravou drasticamente em 1978 e 1979, e que a médio prazo se julga constituirá objectivo prioritário de qualquer economia que, sem preconceitos ideológicos, pela redução do desemprego, pretenda colocar-se ao serviço do homem.

Estes três critérios, inspiradores das medidas esboçadas no Programa de Governo, aplicam-se numa situação económica e financeira que, em todos os seus aspectos, pode bem qualificar-se de grave. O êxito espectacular da política de estabilização, que há-de manter-se como pilar de qualquer forma sólida de desenvolvimento e justiça social, permite prever que, dado o crescimento em termos reais das remessas de emigrantes e dos gastos de turismo e dado o crescimento relativo das exportações (mais 40% em dólares, no primeiro semestre de 1979), o deficit da balança de transacções correntes seja inferior, mesmo ao admitido no Plano. Todavia, se no domínio externo as coisas melhoraram muito, o preço interno é elevado: o crescimento da produção nacio-

nal poderá não se afastar dos 2,8 % previstos no Plano, a produção industrial poderá crescer apenas a taxa baixa, semelhante à do ano passado (6,8 %), enquanto a agricultura poderá estagnar mais uma vez, o turismo crescerá pouco mais do que em 1978 e a construção manifesta uma tendência de paragem que é imperioso contrariar. A produção continua a ser estimulada sobretudo pela procura externa e pelo consumo público e sofre de carências graves, designadamente de uma limitada, decrescente e insegura propensão para investir. Neste quadro, sofremos ainda uma taxa de inflação que, sem atingir os níveis de 1977, excederá por certo a do ano passado, excedendo a prevista no plano para este ano, pois foi no 1.º semestre de 23,9 % e deverá crescer, porventura até cerca de 25%, para o final do ano. Ao mesmo tempo, o desemprego tem continuado a aumentar, embora em ritmo menos célebre do que no ano passado. Neste panorama, que é de continuação da crise com melhoria significativa da balança de pagamentos, quatro questões fundamentais devem ser colocadas no âmbito da política financeira que o Governo encara para este curto período.

A primeira tem que ver com as finanças do Estado.

O desregramento das finanças do Estado é uma das causas principais desta situação. E as perspectivas que se nos deparam para este ano, embora esperadas, são particularmente sombrias, mais negativas mesmo do que seria de esperar há dois ou três meses. Dele resulta, aliás, em boa parte, a inflação latente, que o Governo terá de combater, sob pena de no final deste ano e no início de 1980 assistirmos à possibilidade de uma acelerada subida de preços que prejudicaria enormemente todo o esforço que o povo português vem suportando. Desde logo, pelo agravamento sensível do deficit orçamental, que pode já detectar-se nesta altura: perderam-se receitas devido ao atraso na aprovação do Orçamento e à promulgação da sua legislação complementar — cerca de 6 milhões de contos relativamente a Abril. Se os impostos subiram ligeiramente, as previsões de despesas insuficientemente dotadas atingem montantes muito elevados, de tal forma que bastará que o Governo queira cumprir, e quer porque é sua obrigação, as leis que determinaram recentes aumentos do funcionalismo público, manter a regularidade dos serviços de saúde, viabilizar o Fundo de Abastecimento depois da crise do petróleo, pagar os juros da dívida pública e manter os subsídios a empresas públicas no simples nível nominal de 1978 — bastam estes singelos propósitos que dificilmente se vê como possam ser recusados — para que o deficit orçamental aumente previsivelmente de cerca de 20 milhões de contos (ou seja, para 121 milhões de contos, numa primeira revisão). E muito sacrifício será necessário, muita disciplina e contenção orçamental se imporá, para que ele suba apenas até este nível, que representa cerca de 12 % do produto interno, subindo 2 % do produto em relação ao ano passado e alcançando valores que, na Europa, apenas a Itália e a Turquia conhecem ou conhecem. Perante uma perspectiva de não crescimento das despesas correntes e da impossibilidade de agravamento da carga fiscal, sem um estudo cuidadoso das suas condições de justiça e de eficácia, que nos últimos tempos

têm sido progressivamente postas de lado, perante a impossibilidade de o Governo alterar a Lei do Orçamento e o facto de não poder garantir a manutenção do seu deficit ao nível, já excessivo, previsto na sua segunda votação nesta Assembleia da Lei Orçamental, dado o volume dos encargos legais já contraídos — cumpre pôr frontalmente a esta Assembleia o problema de saber como se vai, durante este período de dissolução, adaptar a gestão orçamental a tais factos — porque factos são —, que a todos cumpre assumir, com transparência e verdade. A não execução de algumas autorizações legislativas contidas na Lei Orçamental, a insuficiência das previsões de despesa, a falta de autorização parlamentar para a cobertura do deficit, eis matérias em que o Governo prepara soluções, mas à Assembleia caberá, em última instância, resolver em consciência, adoptando a melhor solução, no quadro da pré-dissolução que o Sr. Presidente da República anunciou.

Uma segunda questão: a situação crítica não se limita ao Orçamento Geral do Estado, nem a zonas particularmente débeis do sector administrativo, como o Fundo de Abastecimento, para só dar um exemplo gritante. Muitas empresas públicas — designadamente as do sector industrial — têm revelado significativas melhorias de gestão e apresentam resultados positivos, capacidade de autofinanciamento, começos de são equilíbrio financeiro. A situação hoje já não é a de 1975/1976. Não obstante, as que se situam no domínio energético sofreram um agravamento sensível dos custos imputados, designadamente depois da alta das ramas do petróleo. Outras, como as do sector dos transportes, laboram em condições que impõem revisões estruturais, sem prejuízo de se assegurar a sua sobrevivência com um mínimo de erros, mas em obediência a regras de viabilidade. Quer isto dizer que o sector público está mudando para melhor, mas necessita de uma política que não seja deliberadamente orientada para o estrangular. Todas elas, quer as sólidas quer as de precário equilíbrio, viram este ano agravados os seus custos e não sofreram as necessárias actualizações de preços. Daí o desequilíbrio financeiro, mesmo das que denotavam solidez, pois, ao passo que a generalidade das empresas privadas vive hoje em regime de preços livres, as empresas públicas actuam, em regra, com preços tarifados, que o Governo tem mantido congelados desde há um ano ou mais. Milhões de contos perdidos, um evidente contributo inflacionista, por via dos subsídios ou do recurso ao endividamento das empresas, o enfraquecimento do sector público produtivo, é este o custo de se ter dito — e dito muito mal — que a evidente necessidade de reestruturar as empresas públicas permitia dispensar a elevação dos preços tarifários. Há que reestruturar as empresas públicas, mas há que manter em cada exercício as condições para que a sua exploração ou gestão financeira se processe em condições de equilíbrio equiparáveis às das empresas privadas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Basta pensar na alta dos preços petrolíferos e numa inflação entre 22 e 25 %, para ver

bem que assim é. O povo português terá de pagar tal atraso com elevações de preços superiores às que decorreriam de decisões tomadas no seu devido tempo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas o Governo não recuará perante a necessidade de viabilizar empresas de interesse colectivo, de repor em bases sãs a sua exploração e gestão financeira, designadamente pela alteração dos rátios subsídios — dotações de capital —, mesmo que isso seja impopular. O povo português sabe bem suportar sacrifícios quando eles têm sentido. A demagogia não se recusa com palavras, mas sim com actos firmes e concretos.

No domínio da política monetária, financeira e cambial, a orientação restritiva que vem sendo seguida também deverá ser mantida, mas com adequada selectividade e flexibilidade. Até ao final do ano, a defesa da competitividade da nossa economia e a necessidade de evitar um agravamento do custo de vida, já patente na alta dos preços dos produtos alimentares nos últimos meses, particularmente os importados, levarão a manter o actual sistema de desvalorização por degraus do escudo, não sendo de prever um aumento da taxa mensal de desvalorização, dada a estabilização da situação cambial. Embora sem poder comprometer-se por longo prazo, o Governo encara, por outro lado, favoravelmente, a hipótese de uma redução da taxa de redesconto, acompanhada de uma revisão ajustada das taxas de juro de operações activas e passivas que permita regularizar os circuitos e as instituições financeiras e estimular o investimento. Sem fazer promessas de bonificações ou favores para que de todo nos faltam os meios, e porque não basta decretar nas páginas do *Diário da República* para serem atribuídas, procurar-se-á todavia estudar uma incentivação expedita e segura dos sectores mais carecidos do recurso ao crédito para investimento.

Ao mesmo tempo se estimulará assim o investimento e se canalizará para aplicações produtivas a liquidez que existe em excesso e sem alternativas de aplicação no nosso sistema bancário.

Por último — era este o quarto ponto que queria abordar —, pensa o Governo começar e reforçar uma política de estímulo ao investimento. Essa preocupação prioritária foi já acentuada pelo meu colega Correia Gago. A criação de um mercado de capitais que não temos e de novos instrumentos financeiros que permitam captar as poupanças que encharcam de liquidez improdutiva o sistema de crédito, a dinamização das instituições financeiras, a programação do investimento público para 1980 à custa da redução do consumo público, são objectivos para os quais se tomarão as medidas adequadas e possíveis. Sem investimento não haverá aumento da produção, não haverá justiça na distribuição de rendimentos efectivos — pois não há justiça na miséria —, não haverá criação de novos postos de trabalho. Por isso, o Governo, ao empenhar-se neste curto espaço de tempo em dinamizar o processo das indemnizações e ao tentar o início do seu efectivo pagamento, pensa em criar, através das indemnizações e pela regulamentação das condições de mobilização dos títulos, um poderoso estímulo ao investi-

mento para criação de novos meios de produção e novos empregos, pela mobilização para o investimento produtivo das poupanças que vão ser criadas, ou devolvidas, pela atribuição dos títulos a tantos pequenos e médios aforradores. Por esta via, pela do crédito e pela preparação de um efectivo mercado de capitais, o Governo pensa concretamente na iniciativa pública como na iniciativa privada ou na iniciativa cooperativa, pois a todas julga imprescindíveis para viabilizar uma economia mista e pluralista, na interdependência de todos os sectores e na sua efectiva igualdade de condições, sem prejuízo do predominio do interesse comum, da justiça social e da prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas.

Ao fazê-lo, o Governo pensa sobretudo nos trabalhadores e na satisfação do seu direito ao trabalho, que sem investimento efectivo não existiria, pois só o investimento cria postos de trabalho, só o investimento permite lutar contra o desemprego.

A concluir, diria apenas que vivemos num contexto nacional difícil, em conjuntura de crise duradoura nos países que nos são mais próximos. A política financeira do Governo apenas pode ser, neste curto espaço de tempo, um exercício penoso de gestão de recursos escassos, tentando travar o endividamento crescente e reduzir o desperdício, tentando relançar o investimento e criar condições para uma melhor actuação dos agentes económicos, autónomos, privados, cooperativos ou públicos. A prioridade às acções de expansão da produção, primeiro, pela melhoria da produtividade e da organização, depois, pelo investimento reprodutivo e criador de emprego, decorre harmoniosamente da consolidação da estabilidade externa. Sem os sacrifícios do povo português estariam hoje bem pior do que estamos. É nesse espírito que o Governo encara a possibilidade de continuar os contactos com o Fundo Monetário Internacional, que poderão proporcionar-nos o acesso a novos recursos externos e confirmar o nosso bom crédito nos mercados financeiros mundiais, sem quebra da autonomia de decisão e da independência nacional. Sem exclusivismos, sem dissolver a independência na interdependência, a associação ao nosso desenvolvimento de parceiros como os da Europa, com os quais temos relações históricas profundas, não pode excluir a inserção do esforço de desenvolvimento nacional num contexto multilateral. É, afinal, a simples aplicação do espírito e da linha de acção deste Governo que justifica a continuação de uma negociação autónoma com o FMI, a cujos resultados curaremos de associar os Portugueses pelas formas de participação adequadas.

Estou convicto de que só do desenvolvimento, pelo diálogo e pela participação, pode nascer para os Portugueses uma esperança nova. Ao abandonar querelas velhas, ao propor a todos a pacificação e o esforço da solidariedade nas tarefas comuns, mesmo enquanto decorre uma campanha eleitoral, ao entender que a mera gestão rotineira num país degradado seria afinal resignação e cumplicidade com o deteriorar acentuado de uma situação de pobreza e injustiça, o Governo propõe-se uma missão de serviço: procurará valorizar e preservar quanto nos une, sem ignorar nem ocultar o que nos divide. É também este o espírito que presidirá à gestão financeira, preparando o

grande esforço de estabilização interna e o começo de um novo desenvolvimento que, com mais tempo e outros poderes, os futuros governos hão-de saber prosseguir. Vimos apenas preparar os caminhos que serão trilhados por quem o povo quiser, à luz das leis que nos regem e das opções expressas do povo português. Vimos semear e não colher. Estou certo de que, sobretudo quando tivermos de pedir sacrifícios, o povo, por isso, nos compreenderá.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro das Finanças: Ouvimos com natural interesse a sua intervenção, já pela relevância da matéria que abordou, já porque se tornou hábito nosso ouvi-lo com interesse e atenção durante a convivência que aqui tivemos em três anos de trabalho conjunto.

Apreciámos o diagnóstico que nos apresentou da situação e pareceu-nos realista em muitos aspectos, particularmente nos traços muito vivos das consequências na vida dos Portugueses do plano de estabilização, isto é, das exigências e imposições do Fundo Monetário Internacional.

Evidentemente que não partilhamos dos seus pontos de vista relativamente às questões do Fundo Monetário Internacional, como também não partilhamos, como sabe, dos seus pontos de vista em relação às indemnizações. Porém, falando do FMI, fazia-lhe uma primeira pergunta, que consiste no seguinte: o Sr. Ministro falou de novos contactos, pelo que lhe pergunto se está prevista alguma data para o recomeço das negociações e em caso afirmativo, qual.

Também gostaria de ver respondida esta minha pergunta. Sei que o Governo tem muito pouco tempo e sei até que é um tanto abusiva esta minha pergunta. É pena, de resto, que assim seja, e se isso dependesse de nós dar-lhe-íamos bastante mais tempo para o efeito. Mas seria interessante termos esclarecidos quais, de modo mais detalhado, os propósitos do Governo para as negociações que se avizinham, a avaliar pelas palavras que o Sr. Ministro utilizou.

Também apreciámos a maneira como se referiu às empresas públicas e nesse sentido lhe dirigímos uma segunda e última pergunta. Como é sabido, há planos e programas de investimentos das empresas públicas que estão entravados nos Ministérios. Assim, gostava de saber se o Governo tenta desbloquear essa situação, de modo que possa ser acelerado o investimento das empresas públicas.

Era só isto, Sr. Ministro. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro das Finanças pretende responder já ou no fim?

**O Sr. Ministro das Finanças:** — No fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira.

**O Sr. Macedo Pereira (CDS):** — Sr. Ministro Sousa Franco: A sua intervenção leva-me a colocar algu-

mas questões que entroncarão mormente no facto de V. Ex.<sup>a</sup> ter sido um Deputado, nosso colega nesta Câmara, e, aquando da discussão dos diversos Orçamentos ter sido dos Deputados que apoiou a Lei das Indemnizações que, recordo-me, foi um diploma aprovado em comissão na altura em que V. Ex.<sup>a</sup> integrava o Grupo Parlamentar do PPD/PSD. Assim, iria perguntar-lhe o que entende concretamente por dinamizar o processo das indemnizações. Concretamente, V. Ex.<sup>a</sup> entende que os valores provisórios que já foram publicados são, eles sim, significativos por forma a levar os empreendedores, potenciais investidores, a incrementar o volume de investimentos e, por consequência, a contribuir assim para o desenvolvimento cabal da nossa economia?

Recordo-me que o então Deputado Sousa Franco, até há bem poucos dias, tinha um projecto de lei sobre as remunerações dos Fundos Fides. Será que o Ministro Sousa Franco mantém, enquanto governante, o espírito de filosofia que presidiu à elaboração do seu projecto de lei, que na Comissão de Economia, Finanças e Plano seria considerado pródigo, face às poucas possibilidades financeiras do Estado?

Uma outra questão era sistematicamente abordada por V. Ex.<sup>a</sup>, aliás correctamente — até porque a minha bancada e eu próprio não desconhecemos o valor de V. Ex.<sup>a</sup> como perito nesta matéria —, e refere-se ao sistema fiscal. Nos curtos cem dias em que V. Ex.<sup>a</sup> vai estar no Executivo, que medidas irá tomar para finalmente incrementar, ou não, os trabalhos sobre o imposto único sobre o rendimento e, concretamente, se estará nas suas preocupações atenuar a distorção da carga fiscal — refiro-me à carga indirecta face à directa e também aos níveis da carga directa, que atingem valores que pessoas insuspeitas como Mazgrey terão já acentuado terem atingido valores bem significativos no nosso país?

A terminar, uma outra ordem de perguntas: o Sr. Ministro referiu-se a medidas de política monetária e a minha bancada interroga-se sobre se irá informar o País com uma política de verdade. Por exemplo, teríamos vários aspectos a abordar quanto às numerosas verbas — e V. Ex.<sup>a</sup> quando era Deputado do PPD/PSD, e não sei se também quando independente, abordou esse tema — que a banca nacionalizada, a fundo perdido, utilizou em determinados domínios, quicá os da Reforma Agrária?

Em cem dias o que poderá ser feito no domínio financeiro quanto a medidas muito concretas para dinamizar, por exemplo, a construção civil?

Que medidas se tomarão para dinamizar e promover a criação de novos empreendimentos no domínio turístico?

Sr. Ministro, queira desculpar-me pela forma rápida como fiz as perguntas, mas os simples quatro minutos de que disponho não me permitiram falar mais devagar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Meneses Pimentel.

**O Sr. Meneses Pimentel (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em particular Sr. Ministro das Finanças: Tanto quanto me foi possível seguir este debate do Programa do Governo, tem constituído uma das magnas questões o saber-se como é que este Governo poderá governar com a Assembleia dissolvida. Essa

questão foi posta logo no inicio à Sr.º Primeiro-Ministro, que, no entanto, se limitou, salvo erro, a dizer que havia três soluções possíveis e que, de acordo com o Sr. Presidente da República, se haveria de encontrar uma saída.

No entanto, o Sr. Ministro das Finanças, para além de exemplificar com alguns casos em que haveria necessidade da participação desta Assembleia para que a actividade governativa fosse profícua, adiantou, ou pareceu-me querer adiantar, uma hipótese no quadro daquilo a que chamou uma situação de pré-dissolução, e agora adianto o que subentendi, isto é, que antes de esta Câmara ser dissolvida haveria necessidade de aprovar alguns diplomas.

Muito concretamente, perguntava ao Sr. Ministro das Finanças se o Governo já suscitou este problema ao Sr. Presidente da República, em que termos, com que amplitude, a fim de que o povo português, através de nós, tenha um conhecimento preciso sobre se as eleições se chegarão a realizar em tempo útil.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

**O Sr. Ministro das Finanças:** — Srs. Deputados, vou ter de ser muito breve nas respostas visto que o Governo não dispõe de muito tempo.

Sr. Deputado Carlos Brito, quanto à questão dos contactos com o Fundo Monetário Internacional, como se sabe, existe normalmente uma via de contacto que funciona quase permanentemente — a Comissão Negociadora Portuguesa —, que tem acompanhado a execução da primeira Carta de Intenções e as posteriores análises conjuntas que têm sido feitas, com a visão da Europa e os técnicos responsáveis do Fundo Monetário Internacional. Para além desses contactos permanentes é evidente que, havendo da parte do Governo a intenção de ter novos contactos, se utilizará essa via na altura própria para assegurar uma nova análise da situação. Mas neste momento, enquanto o Programa do Governo está pendente na Assembleia, é evidente que não seria correcto da nossa parte que dinamizássemos esses contactos. Esperamos portanto que o Programa do Governo passe ou seja rejeitado na Assembleia para depois nos empenharmos em executá-lo.

Quanto aos propósitos para as negociações, naturalmente que não me irei alongar muito nessa resposta e, por isso mesmo, diria que nos parece possível, desde já, assegurar uma menor restrição, quer no domínio financeiro quer no domínio cambial. Desejámos, por outro lado e como linha de princípio, que a capacidade de elaboração das prioridades da política económica portuguesa claramente fosse aceite, sobretudo no que se refere aos sectores e áreas prioritárias e à necessidade de estimular o investimento. Quer dizer: compreendemos que, por uma primeira razão que é de ordem técnica, o Fundo se preocupe sobretudo com considerações financeiras; por outras razões que podem ser mais fundas e que não interessará agora analisar, a visão exclusivamente financeira do Fundo possibilita receitas adequadas a conseguir objectivos restritos, no caso o controlo da inflação ou a redução do deficit dos pagamentos com o exterior. Mas entendemos também que o interesse da defesa da capacidade de investimento da economia

portuguesa e da reposição da justiça social que já sofreu bastante, não apenas em termos salariais, como também por exemplo, pela incidência do sistema fiscal, que é efectivamente muito superior sobre os rendimentos de trabalho, em que a evasão não se dá, e designadamente sobre os rendimentos de trabalho por conta de outrem, em relação a outros rendimentos que estão fortemente sujeitos a evasão. Tudo o que se refira portanto a prioridades de política interna, designadamente prioridades de investimento, prioridades de justiça social, é evidente que será uma matéria em que o Governo não poderá transigir. Creio que, para além disto, seria inconveniente e inoportuno da minha parte avançar mais.

Quanto às empresas públicas, diria que, manifestamente melhor do que eu, está vocacionado para responder a esta pergunta o Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano, assim como outros colegas, visto que a decisão terá de ser colegial. Mas a minha opinião pessoal é que efectivamente se deve proceder a uma análise de planos e programas de investimento das empresas públicas, tendo, no entanto, em conta que os recursos financeiros são escassos e que, em relação a muitas dessas empresas, a capacidade de endividamento é reduzida, e tendo, por outro lado, em conta que alguns grandes projectos necessitam de ser repensados, sobretudo à luz da escassez de recursos financeiros hoje existentes, que não existiu porventura no momento em que foram pensados, e também da inviabilização, por razões de execução ou por se ter verificado o contexto em que tinham sido concebidos, como é o caso evidente do projecto integrado de Sines. Mas eu diria, pela minha parte, embora esteja a meter foice em seara alheia, que, com aquilo que já se avançou, me pareceria criminoso parar com um projecto que representou tanto de capital e de trabalho e esforço dos Portugueses. Parece-me que os erros que foram cometidos no passado justificam uma revisão, mas justificam que se faça o possível para rentabilizar um projecto já em execução.

Quanto a projectos novos, aí naturalmente seria muito mais cuidadoso e ponderaria o interesse nacional e as capacidades financeiras, que não justificam que só pelo facto de um projecto ser apresentado por uma empresa pública ele venha a ser financiado. Isso seria privilegiar indevidamente um sector que deve ser defendido, mas não deve ser uma carga para os outros sectores produtivos.

Sr. Deputado Macedo Pereira, é evidente que dinamizar a execução das Lei das Indemnizações significa acelerar quer a regulamentação quer as operações administrativas necessárias à atribuição efectiva dos títulos que são as indemnizações. Aceleração que, devo dizer, vim encontrar num estádio bastante mais atrasado do que pensava.

Quanto aos valores provisórios, como sabe, a minha opinião pessoal é a de que são meros valores provisórios. Também sabe qual é a minha opinião pessoal acerca da lei, mas o Governo a que pertenço não tem competência legislativa, designadamente em matéria da Lei das Indemnizações. É evidente que se tentará avançar para a fixação dos valores definitivos, mas, em todo o caso, até agora, os interessados não têm reclamado, tanto quanto seria de esperar, da fixação de valores; têm-se queixado em abstrato, mas não em concreto, o que talvez dê a entender que

eles não são, apesar de tudo, tão maus como isso. De resto, a fixação de valores definitivos possibilitará a atribuição efectiva de indemnizações aos titulares desse direito. Creio que é isto a dinamização. Não gostaria de fazer promessa nenhuma porque é bem possível que, no período de mandato deste Governo, não seja viável a entrega material de títulos a alguns desses titulares. Mas se o fosse, eu, pessoalmente, ficaria muito satisfeito.

Quanto aos Fundos FIDES/FIA, é evidente que mantendo as posições que aqui tomei, mas tomei-as aqui porque a matéria era de competência exclusiva da Assembleia da República. No Governo terei de executar as leis que foram aprovadas e que estão em vigor.

Quanto ao sistema fiscal, naturalmente que seria motivo para uma conversa longa e proveitosa, que poderemos ter quando o Sr. Deputado quiser. Parece-me, todavia, evidente que, para além da criação de uma nova comissão de reforma fiscal, dotada de mais meios de actuação do que as instituições que até agora têm preparado a reforma, será certamente importante que já na proposta de lei do Orçamento, que, esperemos, o futuro governo apresentará para 1980, seja possível eliminar algumas das distorções mais gritantes. Está mais do que provado que as taxas fiscais nominais excessivamente elevadas não são factores de justiça, mas de evasão, e está mais do que provado que, designadamente em relação a quadros, a dissiação fiscal é uma das causas que limita a sua contribuição positiva para a economia portuguesa. Está também mais do que provado de que, não obstante, a evasão fiscal incide sobretudo nas classes não trabalhadoras e em níveis assustadores. Talvez em parte também porque as taxas dos impostos são rigorosa e psicologicamente incompatíveis. É um todo que não se pode mudar em cem dias, mas, a partir destes princípios, talvez seja possível uma redução ou uma atenuação das taxas mais elevadas, que, julgo, longe de provocar quebra de receitas, poderá provocar, além de um aumento de justiça, também aumento das receitas.

«Política de verdade e de transparéncia» é uma expressão de que gosto. E naturalmente não apenas em relação a créditos a fundo perdido, mas em relação a muitos outros aspectos discutíveis da actuação da nossa administração pública, e segui-la-emos sempre que necessário.

Não vou naturalmente dizer agora como é que pensamos — e não vou porque não queria gastar o escasso tempo do Governo — dinamizar a construção civil. Pensamos que também nesse domínio este Governo poderá semear e não colher, mas é fundamental não esquecer que o estudo e a tomada de algumas medidas que se tomem neste sector podem ser fundamentais para o relançamento da economia no ano de 1980. E há medidas que podem tomar-se sem cair na demagogia imediata de prometer bonificações de juros que talvez não fosse possível financiar.

No domínio turístico, parece-me que há dois problemas: o de incentivar novos empreendimentos, que também merecem uma consideração especial, e a tomada de medidas porventura erradas que nos últimos tempos têm sido postas em prática, e, ao mesmo tempo, o da valorização da construção civil turística, que em muitos casos, especialmente no Algarve, ainda

se encontra numa situação de depredação ou não utilização de patrimónios que poderiam ser fundamentais para a expansão da nossa oferta turística em número de camas. Mas, naturalmente, também me parece que neste momento não sou eu a pessoa indicada para dizer mais do que aquilo que disse.

E concluía com uma resposta à pergunta do Sr. Deputado Meneres Pimentel. Sr. Deputado Meneres Pimentel, o problema que colocou é claramente o das autorizações legislativas, autorizações financeiras e a eventual alteração da Lei do Orçamento. Esse é também um daqueles problemas que demonstram que seria praticamente impossível a um governo governar com respeito pela Constituição se a dissolução tivesse sido imediata.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É o facto de a dissolução não ter sido imediata que, apesar de tudo, nos permite estar aqui a discutir qual é a maneira de resolver este problema, sem paralisar o País, mas respeitando a Constituição.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas e do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — É verdade!

**O Orador:** — Em segundo lugar, diria que me parece que, neste momento, o Governo já tem uma ideia muito precisa daqueles factos previsíveis que condicionam necessariamente a gestão corrente e dependem de autorizações legislativas, e poderá formalizá-la pela forma devida quando for oportuno. Mas entendo, como foi dito aqui pela Sr.º Primeiro-Ministro, que a questão é fundamentalmente desta Assembleia da República, visto que é ela que está em exercício de funções e é à competência legislativa reservada da Assembleia da República que, de algum modo, o Governo está a fazer apelo porque precisa dela, e do Sr. Presidente da República, que tomou — ele sabe em que termos e em que circunstâncias — a decisão de dissolução. Não sei, e ainda que soubesse não o revelaria porque isso não me competiria, que contactos terá havido sobre esta matéria entre a Sr.º Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente da República.

Em suma: o Governo sabe o que quer quanto àquilo que pode prever, sabe também que podem surgir situações imprevisíveis ou situações que agora não são passíveis de quantificação, mas que, porventura durante o período da dissolução, podem criar gravíssimos estrangulamentos se não houver um meio concertado com os partidos aqui representados para as resolver na legalidade. O Governo sabe que essas situações podem verificar-se, mas naturalmente que não tem o dom da profecia e não pode dizer agora como se configurarão se vierem a ocorrer.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas e do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aquelas que são previsíveis, nós temos detectadas, quantificadas e são objecto de propostas de resolução.

Entendemos que o sistema de dissolução que foi seguido possibilita precisamente que os dois Órgãos

de Soberania de que dependemos — o Sr. Presidente da República e a Assembleia da República — definam a sua posição a respeito.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gusmão.

**O Sr. Manuel Gusmão (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No que designa por área cultural, o Programa deste Governo manifesta, o que é facto a sublinhar, uma concepção explícita de cultura. Uma concepção integradora da qual diremos, em síntese, que é democrática, e que, por ser constitucional, não é conservadora.

Analisa-se tal concepção no próprio facto de se reunir nessa área os problemas da educação, da ciência, da comunicação social e da cultura em sentido estrito; no facto de se querer participativa e de visar o incentivo da criatividade individual e colectiva; no facto de pretender quebrar as tradicionais separações entre cultura erudita, de massa e popular, entre património adquirido e criação cultural contemporânea; no facto, enfim, de não confundir identidade cultural com isolacionismo.

**O Sr. Domingos Abrantes (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sublinharei ainda como positivo que, recebendo a lição constitucional, o Programa compreenda que, para além do seu valor em si, da sua autonomia específica, a política educativa e cultural tem um valor de instrumento na realização de uma vida e de uma sociedade verdadeiramente democráticas.

Entretanto, duas questões há desde já a pôr: a primeira é a de se saber qual o grau de consciência de que, para atingir os objectivos mencionados, é necessária em muitos casos uma rigorosa inflexão em relação à prática que tem sido seguida pelos últimos governos, e sobretudo pelo Governo Mota Pinto; a segunda é a de que, sobretudo no que a medidas diz respeito, o Programa utiliza muitas formulações genéricas que, se em princípio podem merecer o nosso acordo, colocam entretanto a necessidade de precisões sobre o seu conteúdo, os critérios, as soluções concretas.

Pela sua acuidade no curto prazo e as incidências políticas instantes sobre o próximo acto eleitoral, começarei por abordar, face a estas duas questões, o problema da comunicação social.

A exigência de isenção e imparcialidade, neste terreno, é um propósito que o Governo enuncia, mas não é possível realizá-lo sem repor a legalidade democrática e constitucional num sector que foi violentamente atacado pelo Governo Mota Pinto/PPD/CDS. Esse assalto, que foi mais escandaloso na RDP, mas que atingiu o sector desde a RTP aos actos de censura no *Diário Popular*, traduziu-se, por um lado, na marginalização, suspensão e mesmo afastamento de profissionais competentes e respeitados pela opinião pública democrática e, por outro lado, na sua substituição e na entrada indiscriminada de pessoas que em muitos casos não tinham qualquer experiência do tipo de trabalho a que eram chamadas e que eram,

sempre ou quase sempre, oriundas da direita e mesmo da direita mais reaccionária. Este assalto realizou-se instalando um clima de prepotência, discriminação e surdez grosseira e arrogante às deliberações dos Conselhos de Informação e aos protestos da Assembleia da República.

Tal operação produziu uma prodigiosa mistura de incompetência e de manipulação. Manipulação que foi ao ponto de tornar indistinta a notícia e o seu comentário, com a agravante de ser este predominantemente feito por citações de órgãos de imprensa da direita, ou mesmo por dirigentes políticos dessa mesma direita. Que foi ao ponto de várias vezes se fazerem na RTP pseudo-amostragens de opinião pública, de forma a fazer crer que a maioria da população portuguesa não quer saber de política, está descrente da democracia, do sistema de partidos, da Assembleia da República, etc., etc.

Entretanto, os Conselhos de Informação deliberaram contra este estado de coisas, esta Assembleia aprovou leis sobre a comunicação social, existe a Constituição da República. Assim, para poder cumprir a sua tarefa de assegurar que as eleições se realizem em condições de isenção e imparcialidade, tem o Governo na Constituição, nas leis da Assembleia, nos pareceres dos Conselhos de Informação, os meios para pôr termo a tal situação de ilegalidade e de abuso antidemocrático.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Prosseguindo na mesma metodologia de análise do Programa deste Governo, é importante sublinhar a preocupação de «progressiva integração do sistema de ensino numa perspectiva de educação permanente», a particular valorização das acções no campo da alfabetização, da educação pré-escolar e da educação especial. Tão importante e positivo, quanto é certo que, havendo sobre estas matérias, nomeadamente sobre alfabetização e educação infantil, leis desta Assembleia, é já grande a nossa experiência da falta de vontade política para actuar nestas zonas. Quanto à educação especial, há uma lei recentemente aprovada que deve ser orientação para o Governo.

É positivo que explicitamente se anuncie a vontade de iniciar o próximo ano lectivo em tempo e que se procure o empenhamento dos interessados, sobretudo, porque é um problema que afecta de perto centenas de milhar de pessoas, e porque entre esses interessados, que podem responsávelmente participar na sua resolução, estão os Conselhos directivos das escolas, cuja acção tão obstaculizada tem sido. Mas que ideias há sobre a colocação de professores e sobre o fornecimento a tempo de indicações e material pedagógico? Uma política que privilegie «o espírito crítico, a iniciativa, a solidariedade social», é coisa altamente deseável. Mas que pensa então o Governo fazer quanto às alterações de programas e os projectos mota-pintas de eliminação de disciplinas que podem precisamente propiciar tal prática?

Quanto ao ensino superior, reparamos na atenção posta nas suas novas modalidades. O PCP tem apoiado a inovação, a descentralização e a regionalização, também nesta matéria. Demos provas disso na elaboração dos textos finais sobre os Institutos Universitários de Trás-os-Montes e Alto Douro e da

**Beira Interior.** Mas temos colocado quatro exigências: que se procure também por este meio a atenuação da discriminação de classe no acesso a este grau de ensino; a sua adequação às necessidades nacionais e das grandes regiões do País; a necessidade de trânsito vertical e horizontal entre o ensino superior de curta duração e o ensino universitário; a não discriminação quanto ao estatuto dos docentes.

Mas se assim nos temos pronunciado, temos também afirmado que esta opção não pode deixar de ter em conta as Universidades tradicionais e a articulação com elas. Para o que nestas há de inadequado, caduco e carenciado, há que procurar soluções de transformação e não boicotar o seu desenvolvimento.

Algumas questões ainda sobre pontos omissos e que são importantes ou sobre os quais temos fundadas dúvidas: que, pensa fazer o Governo em relação ao estatuto da carreira docente do ensino superior? E sobre o apoio aos trabalhadores-estudantes? Que pensa poder fazer ou preparar quanto a uma questão gravíssima do nosso sistema escolar que é o não cumprimento da escolaridade obrigatória (embora só ainda de seis anos) e que se traduz no abandono de cerca de 20 % das crianças entre o 4.º ano do ensino primário e o 1.º do ciclo preparatório?

A actividade da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos durante o III e IV Governos, da mesma responsabilidade que actualmente, não favoreceu a democratização da cultura física e do desporto. A regulamentação por nós já exigida no IND (Instituto Nacional de Desportos), e a definição das relações entre o Estado e os organismos não governamentais de carácter desportivo, são matérias em que receamos legitimamente soluções burocráticas, centralizadoras e redutoras.

Na mesma ordem de ponderação entre o acordo possível a certas formulações gerais e a necessidade de precisões complementares; se são positivos os objectivos de adaptar a política de investigação às necessidades reais do nosso país; de coordenar os recursos existentes e as actividades científica e tecnológica; se apoiamos a intenção de reforçar as nossas capacidades na matéria e a intervenção do Estado no processo de importação de tecnologia de modo a garantir uma efectiva transferência de conhecimentos; será útil que o Governo possa referir quais os mecanismos que julgue adequados, qual o papel da Secretaria de Estado criada para a ciéncia, o que pensa fazer quanto ao decreto-lei aprovado pelo Governo Mota Pinto, no seu frenético estertor final, criando o Comissariado para a Investigação Científica, que foi rejeitado pela maioria da comunidade científica; e como encara o Governo a necessidade de serem participados os órgãos de coordenação em que pensa?

No domínio específico da Secretaria de Estado da Cultura, para além dos objectivos gerais cujo acordo já referi da nossa parte, há questões concretas, que, compatíveis com a curta duração deste Governo e sem exigirem a entrada em conflito de competências com a Assembleia da República, exigem estudo e soluções que não sejam proteladas. É conhecido o estado do nosso património cultural, quer quanto à sua salvaguarda, quer quanto à divulgação que permita à grande maioria do nosso povo usufruir dele de forma activa. Muito há aqui que exige o médio

prazo, mas também há problemas como os da formação de técnicos de conservação e restauro e da definição do seu estatuto. Também há a necessidade de se reflectir e actuar quanto à situação do artesão criador de arte, e à protecção e sistemática organização do património etnográfico desde os instrumentos de trabalho, quer rural, quer industrial, até à arte popular com o trabalho relacionada.

Não é também demasiado cedo para encarar a definição das regras de atribuição de subsídios ao teatro designado por independente e de descentralização, e das normas a que deverá obedecer o plano de produção cinematográfica para 1980. E, sobretudo, para ter em conta que um modo, de ao mesmo tempo moralizar a atribuição dos recursos financeiros do Estado, e de conseguir potenciar estas duas actividades artísticas, uma pujante, embora carenciada (o teatro), outra continuamente ameaçada e débil (o cinema), é o da consulta institucionalizada dos interessados e das suas organizações representativas. Esta é, aliás, uma exigência válida para todos os aspectos de uma acção governativa democrática.

**Sr.º Primeiro-Ministro,** no seu discurso de posse citou dois grandes poetas portugueses contemporâneos. Ao citar um deles, caracterizou a sua luta como a acção de «empurrar o tempo ao encontro das cidades futuras». Nós, comunistas, dissemos já aqui, em debate anterior, que na educação e na cultura se joga também o futuro. Mas há também que dizer de novo: que não há futuro sem a participação criadora, sem a energia democrática e revolucionária dos trabalhadores; ...

**A Sr.º Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!**

**O Orador:** — ... que não há «desenvolvimento cultural» (e usei uma expressão do Programa do seu Governo) sem respeitar, sem atender às necessidades e direitos fundamentais das massas populares em movimento; que não há política cultural «participativa, globalizante e inovadora» (e usei de novo expressões do Programa) sem estancar a repressão, o revisionismo, a ofensiva retrógrada contra a Reforma Agrária e os seus obreiros, contra as transformações económicas e sociais do Portugal de Abril.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, convoco os presidentes dos grupos parlamentares, bem como o Governo, para uma reunião no meu gabinete, que se torna necessária.

Se os Srs. Deputados não virem inconveniente, faremos essa reunião durante o intervalo, que se iniciaria agora e que iria até às 18 horas.

*Pausa.*

Visto não haver objecções, a sessão está interrompida até às 18 horas.

*Eram 17 horas e 25 minutos.*

*A seguir ao intervalo, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 15 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Informo a Câmara de que na reunião efectuada pelos *leaders* dos grupos parlamentares foi decidido conceder mais meia hora ao Governo, mais dez minutos ao PS e, é evidente, dentro deste critério, se alguns dos restantes partidos necessitar de mais alguns minutos — nomeadamente o CDS colocou a hipótese de vir a necessitar de mais algum tempo —, ser-lhe-ão concedidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta, suponho que para se pronunciar sobre este assunto.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uso da palavra para dizer que já antes de essa reunião se ter realizado — à qual, como todos sabem, nós não estivemos presentes por razões mais que divulgadas — nós, contactados por um dos secretários da Mesa, informámos da nossa posição.

Entendemos que há precedentes — um, dois ou mesmo três — em anteriores debates de programas de governo e que o Governo deve ter mais a meia hora que o Sr. Presidente referiu, até porque estamos interessados em ouvir o que ele tem a dizer e, já que mais não seja, para contestar, como temos feito, a utilidade deste debate.

Mas com o que não podemos de forma nenhuma estar de acordo é que partidos, como aqui se viu durante esta manhã, além de debaterem o Programa do Governo, utilizem grande parte do seu tempo — mal, ao que se vê, porque agora querem mais — em críticas ou qualificações em relação à Aliança Democrática, que não estava aqui em causa, em apreciações de história passada do Governo — Mota Pinto e outros e que agora venham pedir mais tempo! É lamentável que não tenham sabido administrar o seu tempo ...

Esta decisão da reunião dos grupos parlamentares não tem, portanto, o nosso acordo. Os Deputados, independentes ou não, tinham estabelecido o seu programa de acordo com determinados limites de tempo, e, aliás, há um princípio fundamental de que os pactos são para ser cumpridos — já os latinos diziam.

Efectivamente, não podemos concordar com estas violações de última hora daquilo que estava estabelecido e publicado. No entanto, queria informar de que não vamos recorrer para o Plenário para impugnar essa decisão, porque, embora lamentando-a, criticando-a e não concordando com ela, não queremos demorar mais os trabalhos desta Assembleia.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Coordenação Cultural e da Cultura e da Ciência para uma intervenção.

**O Sr. Ministro da Coordenação Cultural e Ministro da Cultura e da Ciência (Sedas Nunes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe-me a tarefa de, em escassos minutos, expor a esta Câmara o sentido fundamental da acção que o Governo se propõe desenvolver na área da coordenação cultural. Como é do vosso conhecimento, esta área abrange três sectores: a educação, a cultura e ciência e a comunicação social. Dado que o último destes sectores já foi objecto de uma intervenção e dos esclarecimentos complementares por parte do meu colega

da respectiva pasta, poderei limitar-me, no que se segue, a referir problemas e orientações atinentes apenas aos sectores da educação e da cultura e ciência.

Nestes sectores, as directrizes dos projectos governamentais poderiam ter-se pautado sobretudo pelo critério das acções pontuais, eventualmente fáceis e eventualmente de cunho experimental, susceptíveis até, pelo menos em muitos casos, de beneficiar do duvidoso mérito de serem espectaculares. Mas o propósito que anima toda a acção do Governo é outro, como já foi aqui repetidamente afirmado. Trata-se, para um Governo de horizonte temporal singularmente limitado, de «abrir caminhos» que possam ser trilhados, num sentido ou outro, pelos Executivos que a este se sucedem. Esta perspectiva impõe uma opção essencial na área da governação a que me reporto: opção que se traduz na decisão de enfrentar a tarefa, efectivamente prioritária e só aparentemente «mais modesta», de rever e criar estruturas, através de um esforço que me permitirão que caracterize, recorrendo a uma expressão, popular, como sendo basicamente um «arrumar da casa». Há, em suma, que dotar as estruturas da Administração dos dispositivos legais e institucionais que permitam uma maior eficácia e racionalidade na prossecução de uma política de valorização cultural do País, quer no tocante ao apoio e incentivo a manifestações culturais, sob todas as suas formas e nos seus diversos níveis, dentro de um princípio de articulação orgânica numa cultura nacional, concebida como o conjunto dinâmico e inter-relacionado dessas manifestações; quer no que concerne à integração sistemática das actividades científicas no processo de desenvolvimento económico e social, integração a realizar, fundamentalmente, através do estímulo à investigação, à invenção e à inovação internas e à capacidade de adaptação dos conhecimentos provenientes do exterior às nossas realidades, segundo ritmos e tempos apropriados; quer ainda no que respeita à acção educativa, relativamente à qual há que tomar consciência, com toda a clareza, de que, ao pretender-se enunciar hoje a sua finalidade última, o saber fazer, mesmo quando humanizado pelo saber ser, não basta já para uma sociedade em profunda transformação e que se deseja cada vez mais aberta ao contacto e à interacção com outros povos e outras culturas; é, numa sociedade assim, o saber evoluir que importa basicamente desenvolver.

No âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o «arrumar da casa» a que me referi terá de lidar com problemas que eu diria não só primordiais, mas até muito simplesmente elementares. Estou a pensar, designadamente, na necessidade básica de que sejam, finalmente, elaborados e publicados os diplomas orgânicos e os decretos regulamentadores dos serviços mais importantes, com base em estudos e projectos existentes e com vista à obtenção de meios funcionais adequados à prossecução de uma política com objectivos claramente definidos e coerentes e à garantia dos direitos dos funcionários e agentes culturais, de modo a assegurar-se um clima de confiança e activa intercolaboração, necessário a uma maior eficiência e criatividade. De modo especial, torna-se indispensável — e é mesmo premen-

te — reestruturar e adaptar os serviços e iniciativas de inventariação e defesa do património (entendido este não só numa acepção estática, mas também no seu conteúdo dinâmico), articulando-se com diferente realidade sócio-económica do País decorrente da nova situação das autarquias locais, criada nomeadamente pela Lei das Finanças Locais. Aqui abordo um ponto de orientação que é crucial. Com efeito, a política cultural tem de ser forçosamente descentralizadora, o que implica ser sustentada e servida por estruturas que a determinem nesse sentido, seja visando desfazer a falsa e perniciosa dicotomia entre cultura popular e cultura erudita, seja procurando articular a conservação e defesa do património estático e dinâmico com a produção cultural actual. Nesta mesma linha e complementarmente, importará que se lancem, ou ao menos se aperfeiçoem, em colaboração nomeadamente, com o sistema escolar e com entidades locais, oficiais e particulares, estruturas que propiciem a criação ou o reforço de pólos de acção cultural nas diversas regiões do País, de modo que se permita e incentive o intercâmbio das suas actividades, levando em conta, naturalmente, as diferenciações culturais e específicas que se verificam entre as zonas urbanas e as zonas rurais. Tudo isto pressupõe um esforço dirigido no sentido de fortalecer e incentivar a formação e a actualização técnica dos agentes da acção cultural, quer na área patrimonial, quer na da criação, quer na da administração.

Na esfera da Secretaria de Estado da Ciência, o que antes de mais importa realçar é que, com a criação deste departamento do Estado, se estabeleceu pela primeira vez no nosso país a condição basilar para que se possa definir e implementar uma política de coordenação e planeamento globais das actividades científicas e técnicas, sem que isso, todavia, signifique a centralização num mesmo Ministério dos órgãos sectoriais de execução da investigação e desenvolvimento, que continuarão naturalmente tutelados, como de resto sucede em muitos outros países, pelos Ministérios em que a sua actividade logicamente se enquadra, embora dentro de um princípio de duplo financiamento. Mas há uma dinâmica que se pretende desencadear, a qual terá de ser orientada segundo uma estratégia baseada numa correcta avaliação dos recursos nacionais e adequada às exigências do processo de desenvolvimento do País, no seu sentido mais amplo: económico, social e cultural. Como é do conhecimento de VV. Ex.<sup>as</sup>, o elemento humano representa, nesta dinâmica e neste processo, um factor da maior relevância.

Por outro lado, a política científica (e, direi também tecnológica) terá de ser equacionada de modo a orientar, coordenar e promover a produção, difusão, transferência e utilização dos conhecimentos científicos e técnicos. Os objectivos, instrumentos legais e institucionais e os programas de acção fixados no seu âmbito pressupõem uma concertação de vários agentes envolvidos em actividades; de ciência e tecnologia, incluindo unidades de investigação, departamentos do Estado, empresas públicas e privadas e serviços de consultoria.

Mais concretamente, o que o Governo, através da Secretaria de Estado da Ciência, se propõe rea-

lizar pode exprimir-se, resumidamente no seguinte: lançar os alicerces de uma infra-estrutura institucional que torne possível e realize efectivamente uma definição de prioridades nacionais em matéria de investigação e desenvolvimento; definir — ou redefinir — áreas de acção e atribuições de um certo número de grandes organismos interligados nestas actividades, nomeadamente a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, o Instituto Nacional de Investigação Científica e a Junta de Investigações Científicas do Ultramar; implementar, como já disse, uma correcta mecânica de planeamento e coordenação das actividades científicas e técnicas nacionais, com base no reforço das capacidades de actuação do órgão central do sistema científico e técnico português, tendo em vista uma eficaz gestão dos recursos afectos ao sector, numa perspectiva de desenvolvimento não só económico-social mas cultural e com propósitos de reduzir a dependência externa do País; instaurar, no que respeita à informação científica e técnica, uma coordenação eficaz que ultrapasse concepções parcelares e até certo ponto contraditórias que neste domínio se defrontam e que ponha inteiramente ao serviço do sistema científico e técnico este precioso instrumento das suas actividades; rever, no sentido de os aperfeiçoar, os actuais mecanismos e estruturas estatais de atribuição de bolsas de pós-graduação e de especialização; finalmente, tentar ainda, na vigência deste Governo, o lançamento, a partir de unidades de investigação já existentes e em articulação com a política do ensino superior, de institutos de investigação e pós-graduação dotados das necessárias autonomias e tendo por finalidade a promoção e execução de programas e projectos de investigação e desenvolvimento em áreas económica ou culturalmente prioritárias e a formação, a nível de pós-graduação, de investigadores, docentes e profissionais de diversos ramos de conhecimento.

No sector da educação, os problemas são, como VV. Ex.<sup>as</sup> bem o sabem, extraordinariamente abundantes e complexos, e situam-se nas mais diversas áreas e níveis. Não é possível, nesta breve intervenção, enumerá-los todos — não é sequer possível abordar todos os principais. Mas eu quereria chamar a vossa atenção para que o facto de, no Programa do Governo, se anunciar o propósito e todos os esforços necessários para que o início do próximo ano lectivo se realize em tempo normal, o que só por si é bem revelador de até que ponto as mais legítimas, as mais básicas e as mais modestas expectativas em relação ao sistema escolar têm vindo a ser frustradas. E, no entanto, mesmo neste ponto tão elementar, a acção do Ministério da Educação depara com dificuldades — que já está de resto, a procurar resolver —, designadamente no tocante à capacidade de acolhimento de novos alunos por parte de certas escolas secundárias, dificuldades que só poderão ser cabalmente ultrapassadas com a colaboração do Ministério da Habitação e Obras Públicas.

Aliás, toda a situação — nomeadamente no que se refere às estruturas curriculares — do ensino básico e secundário é fonte de grandes preocupações. Um ponto que merece especial atenção diz respeito à forma, a nosso ver precipitada, de como foi posta

em prática a fusão dos antigos ensino técnico-profissional e liceal — fusão que deu lugar a estruturas curriculares e a efeitos sobre as carreiras escolares dos estudantes que merecem ser atentamente reconsiderados. Por isso mesmo se declara, no Programa do Governo, que «os estudos de avaliação do ensino básico e secundário continuarão a ser devidamente apoiados». O Governo propõe-se, com efeito, incentivar ou lançar estudos de avaliação das estruturas curriculares (nomeadamente do ensino secundário, geral e complementar) e dos programas das diferentes disciplinas.

Simultaneamente, o Governo propõe-se também, de acordo com o que está inscrito no seu Programa, estudar, numa perspectiva de actuação interministerial, esquemas de iniciação e formação profissional, que os «cem dias» não lho permitirão evidentemente levar à prática, mas que espera deixar preparados para o Executivo que lhe suceda. Esse estudo visará, essencialmente, a definição de níveis de intervenção para a iniciação profissional (após o 9.º ano de escolaridade — antigo 5.º ano — e mesmo, mas apenas conjunturalmente, após o ensino preparatório), bem como a estruturação da formação profissional subsequente ao curso complementar do ensino secundário e ainda, numa perspectiva experimentalista e gradualista, a realização de experiências-piloto de iniciação e formação profissional através da colaboração entre o Ministério da Educação e outros Ministérios.

Outra preocupação fundamental que norteia a acção a desenvolver no sector da educação traduz-se num propósito de estudar e, se possível, lançar um processo de descentralização e desconcentração da administração do sistema escolar. Neste campo, o Governo encontra-se já perante projectos que remeteriam a educação pré-escolar e o ensino básico para o âmbito local, sem prejuízo de agrupamentos concelhios para efeitos de administração conjunta, que situariam o ensino secundário em âmbito regional e que apenas manteriam em âmbito nacional o ensino superior, apoiado na autonomia de cada estabelecimento. Estes projectos estão a ser objecto de estudo cuidadoso, o que não exclui, todavia, o eventual lançamento, em regime experimental, de alguns serviços locais e regionais.

Propositadamente, deixo para o fim uma orientação que se me afigura do máximo relevo e que, no Programa do Governo, se encontra expressa nos termos seguintes: «A política educativa orientar-se-á, fundamentalmente, por uma progressiva integração do sistema de ensino numa perspectiva de educação permanente.»

O conceito de educação permanente é aqui entendido como global, coerente, contínuo e flexível. Global, porque deve abranger todo o tempo de vida do indivíduo; coerente, porque se deve determinar por objectivos escalonados e integrados no tempo; contínuo, porque não deve comportar separação entre momentos estanques; flexível, porque se deve adaptar ao devir das situações e das ideias.

Minimizam-se, deste modo, as dicotomias tradicionais entre «educação de jovens» e «educação de adultos», entre «educação escolar» e «educação pós-escolar», entre «educação escolar» e «educação extra-escolar».

Evidentemente, não pode pretender-se a eliminação imediata de tais dicotomias, nem sequer romper abruptamente com um sistema que as tem criado e mantido. O que se deseja afirmar é que, no plano da concepção e do preenchimento dos espaços de conteúdo, sobretudo a educação dos jovens e dos adultos têm de ser entendidas e equacionadas conjuntamente, como partes integrantes de um «todo» educacional a criar progressivamente.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora, esta posição implica transformações profundas nos modelos das «escolas tradicionais», no plano das estruturas como no dos métodos, para não falar já dos próprios fins, que necessitam obviamente de ser repensados. Algo que desde logo se afasta é a ideia de uma preparação de base com traçado definitivo. Ao mesmo tempo, define-se como objectivo essencial da educação o despertar nos jovens de um profundo e persistente desejo de prosseguir para além dos limites da «escola tradicional», o seu processo de formação, através de um aprender e re-aprender constantemente renovado.

Dir-se-á: perspectivas de longo alcance que se não coadunam com um prazo de «cem dias». Decerto. Mas o importante é que elas definem um rumo — o rumo de uma acção a desenvolver por etapas, uma das quais podem ser precisamente os «cem dias».

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Nesta breve intervenção, não me foi possível mais do que aflorar um certo número de questões básicas. E não posso deixar de acentuar que, sobretudo em matéria de educação, o que me foi possível expor-vos pouco mais representa do que uma gota no oceano.

Mas o propósito essencial é claro, nítido, transparente: «abrir caminhos» a quem nos suceda no duro encargo de governar. E se o Governo, no termo do seu mandato, tiver efectivamente — como espera — conseguido criar condições que persistam no que lhe seguir, seja ele qual for, conseguir realizar muito mais e revelar uma eficácia muito maior, então os «cem dias» terão valido inteiramente a pena.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Ministro, entre as questões do seu Ministério relativas à Universidade há dois problemas acerca dos quais importa obter esclarecimento.

Um deles diz respeito ao Estatuto da Carreira Docente Universitária. Sabe-se ou suspeita-se do processo atribulado que esse Estatuto tem tido. Anunciada a sua aprovação há vários meses pelo Governo Mota Pinto, o que é certo é que tal Estatuto não veio ainda à luz do dia, pelo que é de crer que venha a ser reapreciado pelo actual Governo.

Sabe-se, no entanto, que na redacção que lhe foi dada pelo Governo Mota Pinto esse estatuto tem suscitado reservas e críticas fundamentadas por parte das escolas e de sectores importantes de docentes. A pergunta que se impõe é pois a de se saber se o Governo está na disposição de aprovar ou reaprovar o Estatuto da Carreira Docente Universitária e se o vai aprovar na forma que lhe foi dada pelo Governo Mota Pinto ou se pensa introduzir-lhe alterações, e,

no caso positivo, que alterações ou pelo menos em que sentido.

E o que se diz do Estatuto que referi diz-se do Estatuto da Carreira de Investigador, que hoje é igualmente reclamada não só na Universidade, mas também nos restantes institutos de investigação existentes no País.

A segunda questão é relativa ao Conselho Nacional do Ensino Superior, também aprovado pelo Governo Mota Pinto e publicado em decreto-lei sujeito, aliás, a ratificação a pedido do Grupo Parlamentar do PCP, não tendo sido essa ratificação sujeita a discussão.

Em todo o caso, o Conselho Nacional do Ensino Superior é composto, na forma que lhe foi dada pelo Governo Mota Pinto, exclusivamente por membros designados directa ou indirectamente pelo Executivo, o que, importa dizer-lhe, fica aquém da própria proposta que antes do 25 de Abril o Ministro Veiga Simão propunha para um órgão idêntico, sem quaisquer representantes, ao fim e ao cabo, dos docentes e dos estudantes do ensino superior. A pergunta que gostaria de colocar é no sentido de saber se o Governo pensa montar o Conselho Nacional do Ensino Superior tal como foi instituído pelo Governo Mota Pinto ou se pensa reformulá-lo no sentido das exigências que vêm sendo feitas não só por sectores docentes mas também, exclusivamente, por reitores de universidades portuguesas.

Uma terceira questão, que, a meu ver, só diz parcialmente respeito ao Ministério da Educação mas que, em todo o caso, lhe diz respeito, está relacionada com o Instituto Nacional de Administração, também criado pelo Governo Mota Pinto. Esse decreto-lei também foi sujeito a ratificação da Assembleia a pedido do Grupo Parlamentar do CDS, se não estou em erro, mas não foi sujeito a discussão. Em todo o caso, conhece-se que há um largo consenso no sentido de que esse instituto ou essa escola de administração não deva ser montada nos termos em que foi instituído pelo Governo Mota Pinto.

Também aqui se põe o problema de se saber se o Governo vai organizar esse instituto tal como foi criado pelo Governo Mota Pinto ou se vai introduzir-lhe alterações, tendo em conta as objecções, as reservas e as críticas que foram dirigidas contra o respectivo decreto-lei.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Ministro, em primeiro lugar, queria congratular-me com o facto de o Programa do Governo ser extremamente claro no que diz respeito à execução de uma lei desta Assembleia — o Plano Nacional de Alfabetização, para a educação básica de adultos — e, portanto, não é sobre isso que lhe iria colocar duas breves questões.

As questões relacionam-se, sim, com o que diz respeito ao ensino superior. Nomeadamente, fala-se no Programa do Governo, na página 33, quando se refere ao ensino superior, ao qual aqui chama politécnico — expressão introduzida pelo Governo Mota Pinto e que numa lei da Assembleia se chama de ensino superior curto — de «intensificação dos esforços no que se refere ao arranque do ensino superior politécnico». Ora, é sabido — e creio que largamente

— que tem havido quase direi uma questão entre a Comissão de Educação, Ciéncia e Cultura, o nosso partido e o Governo Mota Pinto no que diz respeito à forma como estava a ser criado e como estava a ser dada execução à lei que criou o ensino superior curto. A questão que queria colocar era esta: se, como no Programa do Governo se fala de «intensificação dos esforços do arranque do ensino superior politécnico», o Sr. Ministro pensa rever posições que o anterior Governo vinha tomando e que eram largamente contestadas pelos estudantes, professores e outros sectores muito atingidos por esse plano, ou se pensa seguir nos moldes em que o anterior governo vinha prosseguindo a sua acção neste campo.

A segunda questão diz respeito a uma outra fase do Programa, situada na mesma página que citei anteriormente, que fala na racionalização da dimensão, âmbito e condições de funcionamento de alguns estabelecimentos de ensino superior. Eu perguntava: quais, Sr. Ministro? E se, nestas alterações ou nesta racionalização, pensa ter em conta a autonomia dessas escolas e os seus órgãos democráticos de gestão, os seus conselhos de gestão e outras estruturas que democraticamente gerem essas escolas.

Como é sabido, tem sido prática dos anteriores governos alterar e atingir — às vezes quase mortalmente — algumas escolas superiores deste país sem, na realidade, ter em conta ou ouvir sequer o seu corpo docente, os seus estudantes ou os seus profissionais, que já saíram dessas escolas e que hoje exercem a sua profissão.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — S. Ministro Sedas Nunes, da sua intervenção e da leitura do Programa do Governo sobressai o peso que este mesmo Governo deseja dar ao sector da investigação. E, tanto quanto se depreende, a investigação aparece paralelamente à intenção, na ordem económica do desenvolvimento, do aproveitamento dos recursos naturais e do próprio investimento.

Creamos que a orientação é bastante aceitável, desejável e louvável. Simplesmente, em Portugal carecemos de uma política científica e de desenvolvimento tecnológico; carecemos de um certo conhecimento do potencial científico existente. De certa maneira, não está ainda definido o modelo de desenvolvimento tecnológico do País e, evidentemente, não existe o planeamento nem a coordenação que permita a execução dessa mesma política. Esta introdução serve apenas para fazer uma pergunta, na medida em que o Sr. Ministro falou na intenção do Governo de criar institutos de investigação e de pós-graduação. Conhecemos alguns já existentes, nomeadamente no domínio da construção civil e no domínio da investigação industrial. Pressupomos, por outro lado, que um dos domínios em que é provavelmente fundamental a criação desses novos departamentos de investigação será o domínio das ciências sociais.

E o que eu desejava perguntar ao Sr. Ministro Sedas Nunes é o seguinte: há realmente intenção, neste momento, de coordenar os esforços que existem na área das ciências sociais no País, através da criação de algum departamento que os coordene? Ou existe,

antes, a intenção de, provavelmente, fortalecer esses centros de investigação, não os retirando, porém, das universidades onde estão integrados? Creio que esta área é muito importante e cem dias seriam suficientes para se fazer algo neste domínio.

Por último, gostaria de saber se o Sr. Ministro Sedas Nunes deseja rever o Estatuto da Carreira do Docente Universitário em paralelo com a definição de uma carreira de investigador.

**O Sr. Presidente:** -- Tem a palavra o Sr. Ministro Sedas Nunes para responder, se assim o desejar.

**O Sr. Ministro da Coordenação Cultural e Ministro da Cultura e da Ciência:** -- A primeira pergunta do Sr. Deputado Vital Moreira incide sobre o Estatuto da Carreira do Docente Universitário. Esse Estatuto foi efectivamente aprovado numa determinada forma pelo anterior Governo e tem, como o Sr. Deputado Vital Moreira acentuou, suscitado reservas e críticas de vários sectores.

Aquilo que direi é que o decreto que define o Estatuto da Carreira do Docente Universitário pode vir a ser reconsiderado por este Governo. Isto é, se o Sr. Presidente da República o reenviar ao Governo, ele será, efectivamente, reapreciado, exactamente para levar em conta essas críticas e observações e toda essa discussão de que tem sido objecto.

Quanto à segunda pergunta do Sr. Deputado Vital Moreira, respeitante ao Conselho Nacional do Ensino Superior, esse órgão já foi criado por um decreto que eu não sabia, sequer, que tinha sido chamado a esta Câmara. Pessoalmente, posso afirmar que não concordo, de modo algum, com a sua estrutura e composição nem com as suas atribuições.

Entendo que se trata de um ressuscitar da Junta Nacional de Educação, de péssima memória, que funcionou como órgão burocrático e burocratizante de toda uma série de decisões fundamentais em matéria de ensino superior durante longuíssimos anos e corremos o risco, se este órgão começasse a funcionar nos termos em que está constituído, de ver reaparecer uma acção desse tipo. Penso, portanto, que o Governo irá rever esse diploma.

Quanto ao Instituto Nacional de Administração, como o Sr. Deputado sabe ele não foi criado no âmbito do Ministério da Educação Nacional e está regulamentado em determinados termos que suscitaron também observações e críticas de várias partes. Naturalmente que essas críticas e observações terão eco no Governo e é provável que, em função disso, se possa proceder a uma revisão das suas orientações e estruturas e da sua própria concepção, embora não o possa garantir, na medida em que é um problema sobre o qual ainda não me foi possível debruçar.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra pôs-me um problema respeitante ao ensino superior politécnico. Devo dizer que tenho a este respeito um certo número de ideias que se coadunam, de facto, inteiramente mal com a maneira como este ensino está actualmente concebido.

Penso que nos termos actuais ele implica uma discriminação social e representa para os estudantes que nele entram um bloqueamento em carreiras sem saída, o que implica toda uma série de problemas que exigem efectiva revisão e que exigem que se encontre

a solução justa para a situação criada aos estudantes desses institutos.

**O Sr. Gomes Fernandes (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto à segunda questão que me foi posta pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra e em relação às rationalizações que se venham a efectuar em alguns estabelecimentos de ensino superior, designadamente universitários, é claro que se levarão em conta nas intervenções que se fizerem as estruturas democráticas das escolas.

Quanto à pergunta que me foi posta pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio respeitante aos institutos de investigação e pós-graduação que eu referi, mais designadamente no âmbito das ciências sociais, quero exprimir que naturalmente, até por formação própria, não posso deixar de ter sentido uma grande satisfação ao ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada falar desse sector da ciência e da investigação, que tão abandonado, tão escassamente dotado e tão marginalizado tem estado no nosso país. Mas é evidente que quando falei em institutos de investigação e de pós-graduação não tinha apenas em vista as ciências sociais. Esse será talvez um dos sectores a contemplar, mas neste momento o que posso afirmar é que se está a estudar exactamente em que sectores é que se hão-de lançar estes institutos. É evidente que esse lançamento obedecerá a critérios de prioridade, simultaneamente para o desenvolvimento económico e social do País e para o desenvolvimento cultural do País.

**O Sr. António Macedo (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Porque eu penso que a investigação científica, designadamente a pós-graduação e toda a actividade que se desenvolve neste domínio, não pode ser exclusivamente submetida a exigências de carácter económico, até porque tem uma finalidade científica e cultural própria e portanto tem também uma prioridade que é preciso respeitar.

Parece-me que não me resta responder a mais nenhum problema porque a segunda questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio me pôs foi a do Estatuto da Carreira Docente, e quanto a este, já dei, suponho eu, o esclarecimento conveniente.

**O Sr. Presidente:** — Também para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmelinda Pereira.

**A Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Discute-se nesta Assembleia da República o Programa do novo Governo do Sr. General Ramalho Eanes. Esta Assembleia, onde o povo trabalhador pôs em maioria o PS e o PCP, deveria, pois, deixar passar o novo Governo e o seu Programa. Mas o conteúdo do Programa deste Governo resume-se à dissolução desta Assembleia, à concretização do último dos actos do Sr. General Ramalho Eanes contra a vontade democrática do povo português. Depois de ter querido, contra os resultados do voto popular e contra os sentimentos e aspirações da maioria do povo, impor a presença das forças da reacção nos governos — e governos que ninguém elegeu — com o objectivo de fazer «cair» a revolução, o Sr. General Eanes viu cair os seus sucessivos gover-

nos, do Governo com o CDS aos Governos Nobre da Costa e Mota Pinto e de secretários de Salazar, enquanto a revolução continua de pé.

Em democracia, normalmente, o General Eanes deveria cair. É isso que o povo trabalhador deste País sente e exige. É essa a responsabilidade que deveriam assumir aqueles que o povo trabalhador elegeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa deste Governo resume-se à concretização de um acto provocador levado a cabo contra a vontade democrática do povo português. Depois de ter visto cair os seus sucessivos governos, o General Eanes decide «fazer cair» esta Assembleia, onde o povo trabalhador pôs em maioria o PS e o PCP. É evidente para toda a gente que a apresentação pelo PS e pelo PCP, maioria absoluta desta Assembleia, de uma moção de rejeição ao acto antidemocrático do General Eanes implicaria a sua queda, uma derrota estrondosa da direita e abriria o caminho a um governo PS/PCP e à resolução dos problemas do povo trabalhador deste País.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Já o tem, já o tem...

A Oradora: — Mas os dirigentes do PS e do PCP, contra a vontade dos trabalhadores que os elegeram, estão empenhados não na defesa dos interesses dos trabalhadores mas na protecção e defesa do Sr. General Eanes.

É certo que, com a excepção do PS, o CDS e o PPD, o PCP, a UEDS e a UDP vinham pedindo ao Sr. General Eanes o acto que ele acaba de cometer e que cada um deles, à sua maneira, agora saúda e protege.

#### Risos do PCP.

Mas o que nunca se esperaria ver era a profunda unidade com que todos eles agora, acompanhados com entusiasmo pela direcção do PS, proclamam aos quatro ventos a excelência do novo Governo da Sr.<sup>a</sup> Engenheira Pintasilgo, não hesitando em considerá-lo de esquerda. O CDS e o PPD seguros de que o Governo da Sr.<sup>a</sup> Engenheira Pintasilgo passará nesta Assembleia, proclamam por toda a parte que é um Governo de esquerda. O CDS e o PPD, em vésperas de eleições, sabem que a Sr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo vai proceder, conforme anuncia no seu Programa, a um novo aumento dos preços dos produtos de consumo.

O CDS e o PPD, seguros das posições do PS e do PCP, iniciam a sua campanha eleitoral. Como não há perigo de o Governo cair, então eles apresentam uma moção de rejeição! ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo é todo um programa. De esquerda?

A Sr.<sup>a</sup> Engenheira Lurdes Pintasilgo já considerou, em entrevista dada a um jornal francês, como injuriosa a acusação de «marxista».

O Sr. Manuel da Costa (PS): — E tu não és!

A Oradora: — A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo era ainda no dia 24 de Abril de 1974 uma das principais figuras da Câmara Corporativa fascista, uma discípula directa do ditador Marcelo Caetano, em relação a quem ela acaba de reafir-

mar, numa entrevista a um jornal estrangeiro, a sua consideração e respeito. Segundo Maria de Lurdes Pintasilgo, «o ditador Marcelo Caetano só é criticável por ter sido demasiado 'brando'».

#### Risos.

O Sr. António Macedo (PS): — Diz outra vez!...

A Oradora: — Mas talvez Maria de Lurdes Pintasilgo se tivesse convertido, por inspiração do General Eanes, à defesa dos interesses dos trabalhadores!

Mas quem são aqueles que Maria de Lurdes Pintasilgo escolheu para o Governo que o General Eanes acaba de empossar no processo de dissolução da Assembleia da República? Doze ministros e secretários de Estado do Governo Mota Pinto, quatro do Governo Nobre da Costa e os restantes todos ligados à hierarquia militar, à hierarquia da Igreja e ao capital financeiro, muitos deles tendo ocupado postos de responsabilidade no regime fascista.

De «esquerda» o General Eanes?

De «esquerda» os membros da Câmara Corporativa?

De «esquerda» os ministros e secretários dos Governos de Nobre da Costa e Mota Pinto?

De «esquerda» os ex-PPD e a hierarquia militar?

De «esquerda» aqueles que mandam a GNR atirar a matar contra os trabalhadores alentejanos e se preparam para aumentar ainda mais os preços?

Vozes do PS: — Outra vez!...

A Oradora: — Quem se pretende enganar?

O Sr. Anatónio Vasconcelos (PSD): — A esquerda!

A Oradora: — Os trabalhadores e militantes que decidiram constituir o Partido Operário de Unidade Socialista têm razão quando afirmam que a crise em que o País está mergulhado, a subida dos preços, os despedimentos, os ataques às conquistas da Revolução, derivam unicamente do facto de os dirigentes do PS e do PCP recusarem cumprir o mandato que lhes deu o povo trabalhador; recusam romper com o General Eanes, com a reacção, com o grande capital; recusam constituir o Governo PS/PCP, sem representantes da burguesia: Sim, é tempo de os trabalhadores fazerem cumprir a sua vontade! A dócil aceitação pela maioria desta Assembleia de um acto antidemocrático de um Presidente da República completamente isolado e odiado pelo povo não é expressão de uma qualquer docilidade dos trabalhadores portugueses.

A revolução está de pé!

Os inúmeros esforços e *complots* feitos para a fazer cair não conseguiram até hoje destruí-la.

Os trabalhadores e a Revolução estão de pé!

Outros governos cairão!

O General Eanes cairá!

«Fora com o General Eanes» é o que o povo grita!

Fora com os PPD.

Fora com os CDS.

A Revolução portuguesa saberá abrir o caminho do futuro porque este pertence aos trabalhadores portugueses.

Vozes do PSD: — Fora!...

**O Sr. Severiano Falcão (PCP):** — Nunca mais tem juízo! ...

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Arnaut.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Não vou propriamente fazer uma intervenção de fundo por a julgar desnecessária. Vou apenas fazer em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista algumas perguntas claras e concretas ao Governo, esperando dele também respostas concretas e claras. Farei, porém, algumas considerações preliminares.

O Programa do Governo na área da saúde e da segurança social reflecte, apesar de alguma vaguidade — desculpável num Executivo de transição que deverá durar apenas cem dias —, os princípios consagrados nos artigos 63.<sup>º</sup> e 64.<sup>º</sup> da Constituição da República.

De facto, a resposta aos direitos sociais é considerada pelo Governo de carácter prioritário, visando um correcto equilíbrio com os direitos individuais, na perspectiva de se alcançar maior justiça social, pela satisfação das necessidades básicas das camadas da população mais carenciada: o pão, a saúde, a habitação e a cultura.

O PS congratula-se pelas preocupações sociais do Governo, pela sua proclamada fidelidade ao espírito do 25 de Abril, e expressa mais uma vez à Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, a Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, que já desempenhou, aliás, o cargo do Ministro dos Assuntos Sociais e que considero pessoa extremamente sensível a esta problemática, a sua simpatia e solidariedade. Também espera do Ministro Bruto da Costa — cuja ausência, certamente justificada, lamenta —, igualmente ligado ao sector social, pois desde há quatro anos vinha exercendo o cargo de provedor da Misericórdia de Lisboa, onde essas questões se põem diariamente com pungente dramatismo, o maior empenhamento na resolução dos problemas que afectam os idosos e reformados pobres, as crianças desvalidas, enfim, os que têm fome e sede de justiça e precisam de ser saciados, porque não podem por mais tempo conformar-se com meras promessas e viver de meras esperanças ...

É no sector social que mais duramente se sente a herança do fascismo, é neste sector, de que os velhos e degradados hospitais, a Mitra de Lisboa e o Albergue de Alcobaça são símbolos negros, que se aquilitarão das boas intenções do Governo e que se fará a prova entre o prometido e o devido.

Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, acredito nas suas boas intenções e por isso faço ao Governo as seguintes perguntas:

Conhece o Governo a situação infra-humana em que vivem na Mitra cerca de mil pessoas, desde crianças de tenra idade a homens, mulheres, desequilibrados sociais e mentais?

Conhece o Governo as medidas tomadas pelo II Governo Constitucional a que tive a honra de pertencer no final do seu exercício, no sentido de reconverter aquela instituição?

Vai este Governo, finalmente, concretizar essas medidas ou tomar outras com vista a fazer desaparecer essa chaga social que nos envergonha a todos

e só não envergonha aqueles que a não têm ou que são insensíveis às dores e misérias alheias?

No sector da saúde — agora particularmente em foco por causa da ilegal, imoral e gritantemente injusta greve decretada pela direcção da Ordem dos Médicos —

*Aplausos do PS e do PCP.*

e considera ou não o Governo que esta greve selvagem e desumana não tem, a qualquer título, a menor justificação, sem embargo de algumas reivindicações justas e de a classe ter direito a um estatuto, no respeito escrupuloso pela Constituição, pela Lei do Serviço Nacional de Saúde e sobretudo pelos superiores interesses do nosso povo?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Considera ou não o Governo que nas actuais circunstâncias tal greve, é assim e apenas, uma manobra política de desestabilização das instituições democráticas, contra os próprio Governo e o Presidente da República, visando subverter ou dificultar a aplicação do Serviço Nacional de Saúde aprovado nesta Assembleia e que aguarda apenas a promulgação pelo Sr. Presidente da República para entrar em vigor?

Que medidas vai o Governo tomar, e que já tardam, para pôr termo à greve da Ordem — que não dos médicos, acentue-se, pois ainda há muitos, felizmente, que souberam assumir as suas responsabilidades, éticas e deontológicas — e salvaguardar a saúde do povo português?

Vai o Governo aprovar o Estatuto dos Médicos antes da regulamentação, anunciada no seu Programa, da Lei do Serviço Nacional de Saúde, sabido que a elaboração dos estatutos dos profissionais da saúde — e não apenas o dos médicos — é uma consequência imperativa daquela lei e de nenhum modo a deve preceder?

Por que é que o Governo não designou até agora o Secretário de Estado da Saúde?

Finalmente, que pensa o Governo sobre a questão dos medicamentos, designadamente quanto ao imposto dos 5 % que o Executivo Mota Pinto, contrariamente à lei expressa do II Governo, fez repercutir sobre o preço dos medicamentos, favorecendo escandalosamente a indústria do sector?

São apenas estas, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, as perguntas que tinha de fazer. E, como disse há pouco, espero de VV. Ex.<sup>as</sup> respostas claras e concretas, visto que o Partido Socialista tem muito interesse em saber qual é a posição do Governo relativamente a estas questões.

*Aplausos do PS e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa.

**O Sr. António Rebelo de Sousa (Indep.):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Um primeiro aspecto a considerar no Programa do Governo que a Assembleia da República tem vindo a debater consiste no facto de nele se encontrarem objectivos gerais bem

definidos, pondo-se logo de início em destaque a imperiosidade de se contribuir para a consolidação das instituições democráticas, bem como para a revitalização dos mecanismos participativos da vida colectiva nacional, evitando-se desta forma descontinuidades que impliquem graves custos para a democracia e para o País.

Mas, para além desta primeira e porventura superficial ideia que nos é transmitida pelo Programa do Governo em apreciação, importa, sobretudo, salientar o que este apresenta de essencialmente inovador: uma conceção globalizante do que deverá ser uma actuação eficaz e consequente do Executivo, o que se prende, por sua vez, com uma conceção de desenvolvimento integral, que, por isso mesmo, não se traduz num economismo ou num tecnocratismo estreitos, antes situando no mesmo plano o social, o cultural, o económico e o político.

Subjacente a este mesmo Programa está, de alguma forma, um projecto de sociedade do futuro em que não se pretende iludir a questão da mutação dos valores civilizacionais a que vamos gradualmente assistindo, sendo ainda de realçar a aposta num modelo de desenvolvimento descentralizado, bem como a importância relativa reconhecida aos aspectos de índole cultural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pondo-se de parte as considerações introdutórias e o capítulo respeitante à preparação de eleições intercalares, o qual se apresenta, de uma maneira geral, satisfatório, torna-se possível considerar três partes fundamentais em que se subdivide o Programa do Governo, as quais respeitam às perspectivas globais da acção governativa, aos objectivos por áreas de problemas e às medidas sectoriais.

Quanto à primeira, importa desde já referir que se nos afiguram correctos os termos em que se pretende situar a questão relativa ao clima a que deverá presidir a realização das eleições e das garantias de respeito integral pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais da pessoa humana. Paralelamente, afigura-se-nos não menos positiva a defesa de uma política de produção de riqueza cuja distribuição seja subordinada à satisfação das necessidades que condicionam o dia a dia da vida nacional, bem como a opção por uma crescente descentralização político-administrativa.

Todavia, a pretensão, porventura excessivamente ambiciosa, de se procurar apresentar um programa que assenta numa inter-relação permanente de domínios e espaços diversos faz, de alguma forma, aumentar o risco de uma relativa perda de eficácia decorrente de uma nem sempre clara hierarquização de objectivos.

No atinente à segunda e terceira partes fundamentais do Programa do Governo e tendo-se sobretudo em vista uma análise integrada e tão objectiva quanto possível das traves mestras em que o mesmo assenta, podemos subdividi-las em cinco áreas ou domínios fundamentais: a da política económico-financeira global a adoptar no futuro; a da política agrícola; a da indústria, política energética e comércio externo; a da política do trabalho e dos assuntos sociais, em geral; a da política educacional e cultural.

No respeitante à primeira área considerada, convém desde já salientar que o modelo de estabilização global previsto (embora em termos gerais e não se

procedendo, como, aliás, se afigura natural, à sua caracterização detalhada) se apresenta equilibrado e realista, sendo, sobretudo, de salientar, no domínio da política financeira, o acento tónico posto na defesa e consolidação da estabilidade financeira interna e externa, bem como na necessidade de se assegurar a gestão adequada e funcional dos mecanismos monetários essenciais.

Note-se, a este propósito, que a importância relativa da política monetária restritiva, ou melhor, de tipo contraccionista, tem de alguma forma que ver com uma situação de estagflação, para que se tende graças à desvalorização do escudo e aos seus efeitos indutores negativos no nível geral dos preços, através da componente importações, sendo, ainda, de destacar a acção conjugada da deterioração das razões de troca, das quebras registadas nos fluxos emigratórios e do aumento populacional decorrente do processo de descolonização no agravamento dos desequilíbrios económicos externos. Por outro lado, o acompanhamento imediato (e não com um gap temporal mínimo) da desvalorização do escudo por medidas restritivas levou a um não aproveitamento maximizado das novas possibilidades e potencialidades em termos de redução do deficit da balança de transacções correntes, já que, numa primeira fase, a desvalorização deveria, até, ser acompanhada de medidas de maior incentivo à expansão da actividade económica para, numa segunda fase, volvidos dois ou três trimestres, se aplicarem medidas de tipo contraccionista.

Um outro domínio a considerar — que, aliás, se prende com a preocupação dominante da procura da melhoria das condições de vida dos que não chegam sequer a ascender aos níveis mínimos de subsistência — consiste precisamente na problemática agrária.

De facto, é no sector agrícola que se encontram os mais baixos níveis de rendimento, sendo ainda de referir que só através de uma acção governativa tendo por objectivo prioritário o desenvolvimento agrícola se tornará possível enveredar pelos caminhos de um salutar progresso e bem-estar económico. Deste modo, cumpre-nos a nós, sociais-democratas independentes, perguntar se o Governo está ou não efectivamente empenhado no lançamento das bases de um planeamento agrícola, isto é, na definição de uma política agrícola coerente e equilibrada, ou se, pelo contrário, se deixará ficar, tal como os anteriores, pela apresentação de algumas medidas mais ou menos isoladas, sem criar as condições para uma actuação que vá mais longe e que viabilize o nosso esforço de progressiva integração na Comunidade Económica Europeia.

O Sr. Cunha Rodrigues (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Se apenas procedêssemos a uma leitura superficial e menos cuidada do Programa, poderíamos porventura pensar estarmos perante a segunda alternativa, já que se privilegia a enumeração de medidas bastante positivas, tais como a criação do estatuto da agricultura de grupo, dos centros de gestão e do fomento da fixação de jovens na actividade agrícola, sendo, todavia, o Programa do Governo omisso quanto aos mecanismos que se encontram ao dispor do Ministério da Agricultura para a prossecução das prioridades que avança, bem como quanto a aspectos relacionados com a política de crédito agri-

cola, com a política de preços e com os diversos organismos com autonomia administrativa e que influenciam os próprios níveis de produção.

Porém, radica-se em nós a ideia de que só a necessidade de se proceder a uma síntese das linhas de acção governativa no sector em questão levou às omissões atrás referidas, tudo indicando estar o Governo empenhado em privilegiar as zonas rurais menos desenvolvidas, bem como numa política que permita um correcto dimensionamento das unidades de exploração agrícola, para o que, aliás, importaria uma nova política de subsídios, de incentivos fiscais e de progressivo estabelecimento de preços garantia e de preços indicativos.

É ainda nossa convicção, aliás reforçada pela esclarecedora intervenção do Sr. Ministro da Agricultura, que o Governo não pretende dedicar-se em exclusivo à questão da política a ser prosseguida na zona de intervenção da Reforma Agrária, optando, clara e decididamente, não apenas por uma efectiva reestruturação fundiária, como também por uma progressiva modernização e racionalização das empresas agrícolas e valorizando toda a gama de aspectos sociais e culturais que a esta problemática estão associados.

Note-se também que uma política agrícola correcta e equilibrada deverá não só assentar no objectivo de redução do que, muitas vezes, se designa de «deficit alimentar», bem como na obtenção de aumentos de produtividade, no pressuposto da progressiva europeização da nossa economia, na prossecução de uma política de redução das assimetrias regionais e numa progressiva transferência de mão-de-obra do sector tradicional para o moderno da economia.

No concernente à indústria, política energética e comércio externo, seria conveniente que o Governo fornecesse mais alguns elementos relativos ao papel a desempenhar no futuro pelo IAPMEI, bem como quanto à impossibilidade da criação de novas indústrias (de forma articulada com a execução ou, pelo menos, a definição das bases de uma nova política energética), ficando-se, ainda, por se saber o que pensa o novo Executivo acerca de um conjunto de medidas de austeridade recentemente anunciadas pelo IV Governo antes de ter chegado ao fim do seu período de governação do País.

Por outro lado, seria ainda conveniente que o Governo adiantasse alguns critérios gerais a que deverá obedecer a revisão do «cabaz de compras», bem como as prioridades a seguir em matéria de política de exportações, as intenções que pretende vir a concretizar no respeitante à evolução próxima das negociações com a CEE.

Um quarto domínio essencial a abordar consiste no da política de trabalho e, de uma maneira geral, nos assuntos sociais. Há também aqui algumas lacunas a registar, tornando-se conveniente o esclarecimento do Governo relativamente a certas questões.

Assim, e para além de problemas que, dada a natureza transitória do Governo poderão não vir sequer a colocar-se (tais como a regulamentação do Serviço Nacional de Saúde e a definição de mecanismos atinentes a uma política adequada de preços e salários), conviria que o Executivo esclarecesse qual a posição que tenciona adoptar relativamente às seguintes questões: estratégia de resolução dos processos de regulamentação colectiva pendentes no Ministério do Tra-

balho; critérios em que deverá assentar a «actualização e a sistematização da legislação laboral»; medidas a adoptar eventualmente tendo em vista a obtenção de um acordo social tripartido; medidas concretas a executar tendo como objectivo apoiar as várias iniciativas destinadas à criação e manutenção de postos de trabalho.

No atinente à política educacional e cultural proposta pelo Governo, importa reconhecer que a mesma se apresenta, de uma maneira geral, positiva e inovadora, apontando para a integração do sistema de ensino numa perspectiva de educação permanente. Tarefa ingente esta, se se traduzir em algo que ultrapasse o simples voto piedoso. Tarefa nobre se privilegiar a capacidade de iniciativa, o espírito crítico e a solidariedade social, princípios estes que viabilizariam a criação, em Portugal, de uma escola viva e, por isso mesmo, eminentemente formativa.

Conviria, todavia, que o Governo esclarecesse se tenciona e como tenciona acelerar o programa de construções escolares, como pretende fomentar o desporto escolar e se considera ou não prioritário proceder ao alargamento dos quadros de docentes no ensino básico e secundário. Conviria ainda que fosse devidamente tida em linha de conta a questão das habilitações dos docentes, a necessidade de se proceder a uma adequada ocupação dos tempos livres, bem como a imperiosidade de uma crescente articulação de uma nova política cultural com uma política informativa isenta e propiciadora de uma livre e fértil confrontação de ideias.

Finalmente, e já que o Governo refere expressamente o objectivo de «preservação e reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses e manifestando o seu empenhamento na «concretização da autonomia dos Açores e da Madeira, no seguimento dos princípios constitucionais, em estreita cooperação com os órgãos de governos regionais», conviria ainda que o Governo explicitasse em que moldes concebe e pretende contribuir para a concretização dessa mesma autonomia das regiões, bem como qual a sua posição quanto à regulamentação da zona de exploração marítima das 200 milhas e quanto à imperiosidade de se procurar acautelar os interesses daquelas mesmas regiões em termos de integração europeia.

O Sr. Américo Sequeira (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De uma maneira geral, o Programa do Governo apresenta-se, apesar de ambicioso, relativamente equilibrado e inovador, não se descortinando, também a este nível, razões que conduzam à inviabilização do V Governo.

Mas para além de uma análise séria e profunda do Programa do Governo, importa sobretudo analisar o que está, hoje em dia, verdadeiramente em causa para Portugal e para o povo português. E a este propósito lembrai, aqui e agora, uma afirmação lapidar que consta de uma declaração de voto da Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro relativamente ao IV Plano do Fomento, na subsecção de Ciéncias e Letras da Secção de Interesses de Ordem Cultural da Câmara Corporativa (declaração de voto essa em que se justificava o voto de vencido, numa atitude de coragem digna do nosso respeito, mal-grado a estranha convergência de crí-

ticas que, a este propósito, têm vindo a lume). Afirma, então, a Sr.ª Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo que «quando um país encara o seu futuro, faz as perguntas que o seu momento histórico lhe sugere». E logo adiantava, em 1973, que «ao nível ideológico, recuso que a vida de um país seja determinada pelo incentivo da competição», antes apontando para «um modelo global que «unifique os diversos aspectos da realidade de uma sociedade, dinamizando-a para a tornar capaz de tomar nas mãos a sua própria evolução histórica» e atribuindo «um carácter envolvente e integral» ao factor humano ou antropológico, no seu enraizamento sociológico, histórico e religioso.

Quais, então, as perguntas que o momento histórico nos sugere?

Uma primeira pergunta consiste em se saber se o que está em causa é ou não a opção entre a economia do mercado e o colectivismo ou entre o modelo ocidental e o modelo característico das sociedades do Leste europeu.

Ora, só a mais profunda e cretina ignorância poderá levar a tal conclusão. De facto, essa opção, a opção entre o modelo de tipo ocidental como matriz caracterizadora de partida e o modelo colectivista radical, fez-se no dia 25 de Novembro. Poder-se-á dizer que não se levou essa opção até ao que se considerava ser a clarificação desejável ou até ao modelo liberal puro do tipo concentracionista que alguns pretendem e pretendem. Mas conviria, isso sim, não passar por cima de algo que se aprende nos tratados mais elementares de ciência política.

A tentativa de recondução das opções possíveis ao liberalismo e ao colectivismo, ao capitalismo concentracionista e ao comunismo constitui lamentável erro reducionista, dado que, na obsessão da divisão de tudo e de todos entre «massas brancas e massas pretas», «traidores à Pátria» e «salvadores iluminados», nalguns casos ex-defensores da acção armada apressadamente convertidos às virtualidades de um projecto «purificador» deste vale de lágrimas à beira-mar plantado, acaba-se por se esquecer que não existem apenas dois únicos e radicalizados projectos de sociedade e que entre o liberalismo e o colectivismo existe a aposta num modelo de economia mista, em que o poder económico se subordina ao poder político, democraticamente constituído, sem que se atabafe a liberdade de iniciativa privada.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esquecem-se os conservadores de que não é pelo regresso ao liberalismo puro e à ortodoxia de certos modelos neoclássicos que se solucionam os problemas de fundo, antes que se restaurando as condições propiciadoras de novas crises cíclicas, que, mal ou bem, o keynesianismo soube atenuar. Esquecem-se ainda os conservadores de que os mesmos que procedem à desnacionalização de empresas públicas rentáveis — como ainda recentemente sucedeu em Inglaterra — são os mesmos que, simultaneamente, criticam o peso morto que é o sector público, situação essa para que, aliás, contribuem quando o concebem como algo que apenas deverá corresponder às

actividades pelas quais a iniciativa privada não apresenta qualquer interesse.

E da mesma forma que se esquecem de tudo isto, pretendem também ignorar que entre o projecto de sociedade burocrático — centralizador dos comunistas e o projecto social-democrata existem divergências radicais, constituindo, por assim dizer, alternativas inconciliáveis em termos de objectivos a concretizar a prazo, antes se verificando, isso sim, uma estranha convergência entre conservadores e comunistas no propósito reducionista de reconduzir o campo das opções à luta contra o que alguns designam de reacção e outros de social-marxismo mais ou menos «alar-gados», consoante as conveniências de ocasião.

Também o que está em causa não é simplesmente o estar-se por ou contra a Europa. Até porque o ser-se pela Europa sem se procurar concretizar o que se entende por integração europeia, sem se explicitar se o que se pretende é a «Europa das pátrias» de que nos falava De Gaulle ou a concepção federalista e, por isso mesmo, supranacional de construção europeia é algo que, só por si, não chega para influenciar de forma determinante a escolha de qualquer eleitorado.

O que está em causa, isso sim, é a crença no gradualismo, na capacidade de auto-reforma do sistema, sem quaisquer roturas institucionais. O que está em causa é a própria capacidade de afirmação de um projecto reformista, projecto reformista esse que, para o ser verdadeiramente, tem de se apresentar reformista em relação à própria Constituição, ao próprio Presidente da República e aos órgãos de soberania em geral.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — E a quem já desesperou da própria Pátria, a quem já fugiu às suas responsabilidades de cidadão, a quem coloca sistematicamente interesses pessoais ou de grupo acima do interesse nacional, não se pode reconhecer autoridade moral para praticar a crítica sistemática em todas as direcções e sentidos.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como também não faz sentido que uma direita tão terceiro-mundista, como, por vezes, parece ser a portuguesa, quando é a primeira a rejeitar a própria integração europeia e a preferir os hábitos de intolerância vividos na periferia de alguma América Latina distante ao diálogo franco e aberto praticado numa Europa evoluída e civilizada, seja tão contundente nas críticas que dirige a uma sociedade africanista, descoberta que irá, certamente, abrillantar os anais da nossa História, já que se nos afigura não existir até ao momento qualquer modelo de sociedade socialista, militarista, africanista, para mais de conciliação com a Internacional Socialista e a social-democracia internacional e, ainda, com a convivência de elementos comprometidos com o anterior Governo de Mota Pinto e com um projecto, claro está, presidencialista radical.

Mas é claro que tudo isto se afigura de uma inegável simplicidade, já que certos políticos parecem mais

preocupados com a elaboração de listagens de adversários políticos, improvisando, logo de seguida, um projecto por si só explicativo de um *complot* organizado contra uma nova vanguarda iluminada ... Mas o que interessa, isso sim, é a aposta no diálogo sério e construtivo, na colaboração permanente no esforço de consolidação da democracia, no progresso e no bem-estar económico e social dos Portugueses.

O Sr. Armando Bacelar (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nós, sociais-democratas independentes, não nos sentimos obrigados a optar entre a Constituição e a democracia, entre o liberalismo e a colectivização, entre a ruptura e o situacionismo acomodatício, entre os «bons» e os «maus» ou entre o reino da pretensa socialização em ditadura e o reino da pretensa liberdade na desigualdade.

O Sr. Armando Bacelar (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nós, sociais-democratas, porque temos o nosso próprio projecto, porque temos a nossa própria via, optamos pela democracia e pelo respeito da Constituição, pela mudança gradualista, pelas reformas, pelo diálogo, que é tolerância e fermento de novas ideias.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas: — Muito bem!

O Orador: — Para nós, sociais-democratas independentes, não faz sentido reconduzir toda a nossa actuação (fazendo dela depender toda a nossa existência individual e colectiva) à obtenção de metas fixas e predeterminadas, sejam elas a destruição de umas classes por outras ou a reconquista do Poder a todo o custo, mais para dele se servir uma nova camada dirigente do que para a sua vonversão em instrumento de progresso e de bem-estar.

O Sr. António Sequeira (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Para nós, a verdadeira revolução «não é o gosto do fim, é o gosto do começo; não é a conclusão, mas sim a invenção», sem cortes radicais com o que está para trás, mas sempre no respeito de todos e de cada um, sem julgar antecipadamente um réu a quem não é reconhecido sequer o direito à defesa, mas antes reconhecendo as suas próprias limitações.

E é tudo isto — a tolerância, o gradualismo e o arrojo das soluções novas e avançadas, o que está em causa.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas e da Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Muito bem!

O Orador: — E com isso o futuro de uma comunidade que pretendemos em desenvolvimento permanente.

Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas, do Deputado Vasco da Gama Fernandes (Indep.) e da Deputada Teresa Ambrósio (PS).

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Ministro Bruto da Costa.

A Sr.º Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, o Sr. Ministro Bruto da Costa, por razões imperiosas, não pode estar presente neste momento.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Aboim Inglês para uma intervenção,

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Cerca de três meses e três meses em que a tónica dominante da governação, além da gestão corrente, há-de ser a criação das melhores condições para a realização das eleições intercalares, são certamente horizonte curto para alterações de fundo em matérias que, como é o caso da política externa, se acham, mormente entre nós, fortemente condicionadas pela continuidade. Continuidade que neste caso é ainda sublinhada, para além do texto programático, pela manutenção dos antigos titulares à testa dos Ministérios que se prendem com este domínio.

Não nos podem pois confundir a nós as fantasmagóricas elocubrações com que o Sr. Deputado Amaro da Costa a este propósito quis assustar a direita. Atrás dos seus fantasmas apenas *realmente* vemos o rosto do reaccionarismo insatisfeito com que os nossos «falcões» de trazer por casa se querem apresentar como «mais papistas que o papa»...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se, esquecendo o horizonte real dos três meses que se seguem, nos propussemos discutir aqui a matéria de política externa constante do Programa do Governo, decerto haveríamos de ter em conta as eventuais *nuances* relativamente a outros anteriores e, quiçá, valorizar positivamente aquelas que traduzissem uma apreciação mais conforme à realidade do mundo e aos interesses nacionais. Mas "decento" teríamos também de sublinhar as contradições que existem entre alguns propósitos afirmados, e entre estes e os actos efectivos, e sobretudo teríamos de pôr em relevo a nossa discordância quanto às continuidades de fundo que se mantêm de facto. É conhecida a posição crítica do meu Partido em relação a questões como, por exemplo, a NATO e a CEE, ou quanto ao papel privilegiado de «ponte» que a Portugal caberia entre os países independentes de África e as antigas potências coloniais e outras. Essas nossas posições podem considerar-se substancialmente de pé perante este Programa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Este Programa é praticamente omisso quanto à problemática da emigração — apesar de algumas referências de fundo, e nomeadamente o 3.º «vector determinante» da política externa, parecer dever recomendar outra coisa.

Não queríamos ter de repetir agora o que tivemos de dizer aqui em Dezembro passado, a propósito do programa Mota Pinto: que o programa do Governo «dá muito pouco importância aos problemas, e ao problema nacional, dos emigrantes portugueses».

E, contudo, há razões para ficar perplexo perante o facto de inclusive na denominação dos titulares

das pastas Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros desaparecer a referência à Emigração — ficando-se sem saber sequer se os serviços respectivos subsistem nesse Ministério e com que estatuto orgânico, para não falar já da melhoria que há muito se impunha do seu funcionamento.

Há oito meses chamámos aqui a atenção para o grave problema nacional que o é também já pessoal para muitos milhares de emigrantes que é colocado pelas ameaças e pressões que se fazem para um retorno massivo dos nossos emigrantes. Considerámos que a gravidade do problema exigia urgente análise por parte do nosso Governo e indicação de perspectivas e medidas a tomar, comprometendo-se a uma energética defesa dos interesses dos nossos emigrantes e de Portugal, em vez de atitudes de capitulação. Já depois disso, em declaração política aqui produzida em 22 de Dezembro, e noutras oportunidades, o PCP insistiu nesta questão. Que ela é momentosa e tem implicações gravíssimas para dezenas ou mesmo centenas de milhares de trabalhadores portugueses emigrados e para o nosso país — ai estão os próprios representantes dos emigrantes a declará-lo publicamente em conferência de imprensa há dias realizada, tal como, aliás, expuseram em entrevista com o nosso Grupo Parlamentar. Nele se referem, particular e documentadamente, às perspectivas que se desenham com a eventual aprovação, no próximo Outono, em França, dos projectos de lei Barre-Bonnet e Boulin-Stolein que visam a expulsão de 200 mil imigrados por ano, durante cinco anos consecutivos, o que tem determinado justificados protestos dos trabalhadores emigrantes e das principais organizações sindicais francesas. O patronato e os seus governos dos países da CEE serviram-se da mão-de-obra estrangeira, nomeadamente portuguesa, para engordar mais no tempo das «vacas gordas», e pretendem agora, quando para a crise económica que os mina desde 74 se não vislumbra saída, alijar esses trabalhadores como se fossem coisas usadas e sem préstimo.

Esse será o «culto da pessoa humana» e o «respeito pelos direitos do Homem» que caracteriza efectivamente os capitalistas.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas os trabalhadores emigrantes e o Governo de Portugal não se podem conformar com tal entendimento e devem agir com determinação, e usando o poder de que efectivamente dispõem no mundo de hoje, para que tais perspectivas se não concretizem.

Pensamos que o Governo, em cujo horizonte de três meses se perfila a ameaça referida, não poderá deixar de agir, não com afirmações retóricas ou platónicas, nem ao embalo de ilusões acerca da CEE (pois inclusive trabalhadores italianos estão sofrendo já problemas idênticos noutros países do Mercado Comum), mas sim com uma acção pragmática, intensa e decidida, em todas as frentes. É isso que sinceramente esperamos, em nome dos interesses nacionais e dos legítimos interesses de centenas de milhares de trabalhadores portugueses emigrados.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Ministros:** O Partido Comunista Por-

tuguês tem tido ocasião, nesta Assembleia e fora dela, de se fazer eco dos muitos e sérios problemas que afligem os nossos emigrantes das suas aspirações mais sentidas. Não poderei aqui falar de novo deles, longamente, nem por esta tribuna se dizerem muitas coisas que mais se faz. Mas antes de terminar não poderia deixar de relembrar que esperamos que este Governo não deixe de fazer avançar algo de útil em domínios onde necessariamente aqueles problemas se lhe vão deparar.

Será com efeito, no período de vigência deste Governo que, nomeadamente, se irá iniciar um novo ano lectivo nos países onde vivem centenas de milhares de crianças e jovens portugueses filhos de emigrantes. Só em França calculam-se em 300 000 as crianças portuguesas em idade escolar, e cálculos talvez optimistas indicam que apenas 50 000 frequentam cursos de português. Isto coloca a curto prazo a necessidade de tudo fazer para conseguir, em particular, responder mais amplamente às necessidades de professores de português e cultura portuguesa no estrangeiro e dar apoio e incentivo mais eficaz e desinteressado às iniciativas que nesse domínio são e podem ser tomadas pelas variadas associações dos nossos emigrantes.

Será também no período de actuação deste Governo que de novo se irão colocar os agudos problemas do transporte e acolhimento dos nossos emigrantes que virão à pátria no Natal. O que se passou no período de férias do Verão que está a terminar mostra que continuam a verificar-se carencias gritantes neste domínio, que urge e é possível remediar.

Será ainda até ao fim deste ano que haverá que elaborar a necessária regulamentação da lei que cria as comissões consulares de emigrantes, proposta pelo PCP e que veio a ser aprovada recentemente por esta Assembleia. Estamos confiantes em que, publicada a Lei, o Governo nela encontrará um útil instrumento para a melhoria das suas relações com os emigrantes, tal como os emigrantes têm nela um instrumento precioso para melhor alcançarem a defesa dos seus direitos e legítimos interesses. Somos dos que acreditam na eficácia da participação democrática dos interessados na resolução dos problemas que os afectam e esperamos que este Governo não fique espartilhado neste caso pelo peso de burocracias tão antidemocráticas como ineficazes.

Será finalmente também no período de actuação deste Governo que se terão de intensificar as negociações de acordos, nomeadamente com a RFA, já em fase de negociação e com projecto entregue pela parte de Portugal, ou com o Luxemburgo, que se encontra ainda numa fase incipiente de protocolo. Esperamos igualmente que este Governo não só auscute e atenda as opiniões dos portugueses emigrantes e as suas organizações, que vivem nesses países e melhor conhecem sem dúvida a sua problemática, como nessa oportunidade empenhe a nossa diplomacia na salvaguarda dos interesses dos nossos emigrantes e de Portugal.

**Aplausos do PCP.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes.

**O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.):** — Sr. Pre-

sidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Açoitado por mil ventos desencontrados, com os defeitos da minha condição e as virtudes do meu esforço em superá-las, rendido à evidência que superiores valores se perfilam perante a minha consciência e a dos Portugueses deste tempo, deixo à soleira da porta os naturais e humanos ressentimentos, sem cuidar da sua origem ou dos seus parâmetros.

No que se refere ao fascismo, resta, no entanto, a recordação que quero sempre presente dos traumas de expiação que me tocaram, certamente em grau menor do que a muitos que pretendiam um dia preservar a dignidade portuguesa, deixando-se martirizar e frustrando o melhor das suas inquietações. E, pois, pensando ainda nesse fascismo que deixarei esta curta mensagem, não sei se de despedida por muito ou por pouco tempo, na certeza no entanto de que não hou da raça dos que se despedem de vez, mas para quem os anos não perdoam no transcurso de uma existência naturalmente precária.

O Sr. Nunes de Sousa (PSD): — Não apoiado.

**O Orador:** — Sinto-me como nos alvores da minha juventude, com a mesma disponibilidade em defrontar o monstro de mil cabeças que rasteja, sub-repticiamente, pelas valetas num saudosismo sem futuro, mas um rastejar moribundo, é certo, perante a vigília dos que se não demitem e, o que não é menos grave, perante a indiferença ou a negligência de outros tantos, mais apostados em debruçar-se sobre o umbigo do que afrontar com dignidade e acerto as nuvens do arbitrio disfarçado ou simulado.

Como combater o monstro de mil cabeças, capcioso, persistente, paciente, porque para o fascismo não conta o tempo, para ele é sempre tempo de inverter os valores da convivência democrática, trocando-o pelo silêncio imposto ou pela vontade obstinada dos inimigos da liberdade ou pela ausência do espírito crítico, sereno, mas atento, face ao desfolhar da história — não vá repetir-se nesta pequena pátria a experiência demoníaca daquilo que se sabe como começa, mas não se adivinha quando termina. E da última vez foram quase cinquenta anos!

Com estes pressupostos direi de minha justiça em breves palavras, durante os cinco minutos que decorrem do horário simplesmente ridículo, sobre o que penso e sugiro, desinibidamente, com o respeito de sempre pelos contraditores avisados ou de recta intenção.

Como combater esta emergência o tal fascismo das mil cabeças? Fundamentalmente honrando e revitalizando os órgãos de soberania, expressos na Constituição da República, e procurando através deles cumprir as regras que a livre expressão da vontade do povo inculcam como o maior dos deveres, que uma vez incumpridos nos despenhariam na Rocha Tarqueia das profundas negações da vida, neste intervalo entre «o ser e o não ser», de que nos fala algures Henri Poincaré.

E nessa tarefa de revitalização dos falados valores superiores perfila-se também o imperativo categórico do bom e leal combate, da controvérsia viva e actuante, da reconsideração justa das circunstâncias, equacio-

nando as premissas indispensáveis para a construção do silogismo democrático da legalidade e do progresso social.

Sem isso, como nos tempos da decadência romana, podemos, com boa ou má fé, consentir que os bárbaros batam às portas de uma jovem democracia, promissora e ansiosa, descuidando o permanente e evi-denciando o transitório.

O que será portanto o permanente, ou melhor, o essencial?

A nosso ver, criticar sem destempero as estruturas partidárias deste país, que não souberam, ou não quiseram, com maiores ou menores culpas, resolver as crises políticas, endossando-as para o Presidente da República, cuja missão constitucional deveria ser incansavelmente a de mediador, como honradamente o tem feito o general António Ramalho Eanes.

Deste modo, de uma constitucionalidade em que o Parlamento devia cuidar da fiscalização dos actos de administração e a formulação ou reformulação das regras jurídicas, caiu-se, sob a inspiração dos gabinetes e dos corredores, na ausência do espírito crítico que leva ao bom senso, não se tendo a imaginação de recalcar os pessoalismos ou os desesperos orgânicos, criando-se em troca um clima de irresponsabilidade face aos interesses nacionais em apuros e, particularmente, face ainda aos perigos de instabilidade, inimiga da consolidação da democracia e adversária da credibilidade daqueles de que precisamos para a nossa sobrevivência.

São as «coisas e coisinhas», de que fala Oliveira Martins, que nos perdeu em 1926 e que Eça de Queirós tão bem e causticamente verberou em páginas solenes e imorredouras, algumas das quais, como as que se referem ao Conde de Abranhos, podem muito bem ser lembradas e sentidas em certas porções deste hemiciclo.

«Coisas e coisinhas» a que, estarrécidos, mais do que indignados, temos assistido durante longas horas, criticando um Governo por aquilo que ainda não fez, largando suspeitas infundadas sobre a honra e consideração das pessoas, exigindo promessas formais que o tempo não comporta e chegando-se ao ponto de querer inverter os valores da ordem internacional onde estamos inseridos, com a nossa permanência irreversível e telúrica na Europa e na integração das suas potencialidades à vista desarmada ou em gestação, como se o mundo da nossa universalidade — universalidade que foi sempre o nosso destino histórico e a nossa vocação — se pudesse esquecer de outros continentes; onde, além do mais, vivem e labutam milhões de portugueses, com a mesma origem, embora aqui e ali no ambiente das suas independências intocáveis.

Tenhamos sempre presente o magistério e os desenganos de Herculano, a pertinência de Almeida Garrett, a lição de António Sérgio, sem nos vincularmos, demasiadamente, ao pessimismo de Oliveira Martins.

A nossa missão é bem simples e exaltante: defender e honrar a Constituição, fazendo sempre nossas as conquistas de Abril, resultado da grandeza dos sacrifícios e da coragem de nada mais nada menos do que quatro gerações; dignificar o Parlamento, reformulando a vida partidária em ordem a colocá-la ao serviço da Nação e nunca ao serviço descontrolado dos interesses de cada um, debruçando-nos, preservando sempre as liberdades, sobre as ansiedades sociais e

económicas das classes trabalhadoras, pela via da acalma e do equilíbrio, pesquisando as soluções democráticas das divergências e na maior parte das vezes das simples dissonâncias.

E como estou certo, por aquilo que sei, do Primeiro-Ministro e do seu Governo, o meu voto está decidido no sentido de rejeitar uma espúria moção, que mais parece uma arremedo de mau gosto do que acto solene e ajustado à dignidade de um parlamento moderno.

O Governo que se apresenta ao sufrágio desta Assembleia, com humildade e simplicidade, temporalmente limitado, deve pelo menos merecer o respeito dos que ainda não perderam a razão.

Paul Fort escreveu um dia que o Mundo se salvaria se constituíssemos todos uma grande roda de mãos dadas. Parafraseando a poesia exaltante do grande artista, olhemos uns para os outros, sem ódios ou retaliações, e reconsideremos as tarefas erigidas pelo povo português. E se todos o não quiserem fazer, que o façam pelo menos os homens e as mulheres deste país que amam a sua pátria e a querem republicana e democrática, desafiando o presente e o futuro, e preparamo-nos para no próximo Outono responder decisivamente aos que não desistem da aventura e da ofensa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro para uma intervenção.

**O Sr. Manuel Monteiro (UDP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No Norte e Centro do País trabalham muitos e muitos milhares de trabalhadores agrícolas e resineiros, na quase totalidade dos casos sem contrato de trabalho, com salários baixíssimos, sem regalias sociais, sujeitos a serem despedidos a qualquer momento. Hoje, como no passado, os assalariados agrícolas e resineiros do Norte e Centro de Portugal continuam espezinhados pelos grandes lavradores, que, por sua vez, têm encontrado nos vários governos os mais firmes defensores.

A UDP várias vezes nesta Assembleia levantou a sua voz contra esta situação, apresentando, inclusive, um projecto de lei sobre o contrato de trabalho agrícola que os outros partidos nunca se dispuseram a discutir e aprovar. Mas não só. A UDP tudo tem feito para organizar a luta dos trabalhadores pelos seus direitos contra os grandes lavradores e contra os sucessivos governos que nada fizeram para alterar esta situação.

Também os trabalhadores nada têm a esperar da demagogia reaccionária daqueles que com falsas promessas que até aqui nunca cumpriram, levaram muitos desses trabalhadores a votar neles. Refiro-me ao PPD e ao CDS, representantes directos dos grandes lavradores e, portanto, os principais inimigos dos trabalhadores agrícolas e resineiros.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Que o digam os trabalhadores do Douro, de Leiria, de Coimbra, de Santarém e de todo o País. É esta realidade que este Governo terá de enfrentar!

**O Sr. Soelro de Carvalho (PSD):** — O Sr. nunca foi ao Douro!

**O Orador:** — Devo informá-lo que sou de Vila Real, sou de perto da Régua. Não sei se sabe onde fica a Régua e o Douro.

**O Sr. Soelro de Carvalho (PSD):** — Não parece!

**O Orador:** — A portaria que o Governo de Eanes/Mota Pinto publicou não foi uma dádiva aos trabalhadores.

#### *Protestos do PSD.*

Foi conquistada pela sua luta constante: as lutas das vindimas do Douro, a luta dos trabalhadores de Santarém, a greve dos resineiros de Leiria, o grande encontro de trabalhadores agrícolas de Coimbra, as centenas de pequenas lutas que se travaram e continuam a travar em todo o lado. Esta portaria traz realmente algumas regalias para os trabalhadores. Mas está o Governo disposto a fazê-las aplicar?

**Vozes do PSD:** — Olha a cassette!

**O Orador:** — No entanto, essa portaria continua a considerar os trabalhadores rurais como sendo de 2.<sup>a</sup> categoria, com salários inferiores, sem direito à previdência geral, sem direito a trinta dias de férias, sem 13.<sup>º</sup> mês, sem assegurar o pleno direito ao emprego. Vai o Governo acabar com esta discriminação?

A UDP está convicta que não, e que só a luta dos trabalhadores pode obrigar os grandes lavradores a aplicar a portaria e obrigar o Governo a reconhecer os direitos que aquela não contempla.

**Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Aproxima-se a hora em que os Deputados desta Assembleia, eleitos pelos camponeses do Norte e Centro, terão de lhes prestar contas das promessas eleitorais que fizeram, da propaganda demagógica com que procuraram atirar o Norte contra o Sul, os operários contra os camponeses, os trabalhadores do campo contra os operários da cidade.

**O Sr. Narana Colissoró (CDS):** — Isso é com a UDP e a AOC!

**O Orador:** — E é necessário que também o actual Governo responda com clareza às queixas e protestos dos homens e mulheres do campo. Que aqui afirme concretamente o que se dispõe a fazer para dar solução ao desprezo e à exploração desumana a que têm sido votados os camponeses.

A UDP, que sempre defendeu com firmeza a aliança dos operários e camponeses e tem inscrita no seu programa as suas reivindicações fundamentais, julga os partidos e os governos, não pelas suas palavras, mas pelas suas obras. E já é tempo de se passar às obras nas terras abandonadas do Norte e Centro.

**O Sr. Narana Colissoró (CDS):** — Só conhece o país das excursões.

**O Orador:** — O 25 de Abril trouxe uma nova esperança aos camponeses. Mas os sucessivos governos intitulados de democratas e até de socialistas, onde passaram os partidos maioritários desta As-

bleia, foram incapazes de resolver os problemas de fundo dos camponeses e mesmo quando fizeram algumas leis a favor do camponês, não souberam nem quiseram aplicá-las.

O Governo Eanes/Mota Pinto prosseguiu exactamente a mesma política. Que vai fazer o novo Governo que se apresenta hoje perante esta Assembleia?

É preciso saber se este Governo deixará a batata apodrecer nas mãos do agricultor, fechando os olhos à exploração dos grandes armazémistas e intermediários; é preciso saber se o Governo vai fixar um preço mínimo de venda da batata e aceitar as reivindicações dos pequenos e médios agricultores de garantia do escoamento da sua produção a 7850 o quilo. Ou serão mais uma vez os camponeses e o povo trabalhador a pagarem os lucros fabulosos da alcateia de intermediários que o Estado protege e a Junta Nacional das Frutas apadrinha?

A corajosa luta dos camponeses de Pombal, de Vila Pouca de Aguiar, de Chaves e de todo o Norte e Centro do País, com o corte das comunicações e manifestações, que enfrentaram o Governo e as ameaças da GNR, são um sério aviso aos governos deste País e a prova concreta de que os camponeses nenhum apoio tiveram dos partidos e governos da direita e do Presidente da República que prometeram governar em seu nome e resolvêrem os seus problemas.

Estas lutas foram uma lição viva que os camponeses não esquecem nem perdoam! Vai o Governo pôr fim aos escandalosos atrasos no pagamento do leite, abolir a classe C e restabelecer os subsídios para construção de salas de ordenha mecânica?

Este ano, em que a produção de vinho vai aumentar significativamente, vão os agricultores ter um preço justo, garantido com antecedência, ou mais uma vez funcionará a lei da oferta e da procura imposta pelos grandes intermediários que fazem baixar o preço do vinho e impõe a sua venda por preços ruinosos aos camponeses pobres e médios?

Mais do que ditar frases já gastas e que já nada significam, é preciso saber se o Governo prosseguirá a política da CAP na Junta Nacional dos Vinhos, de ruinosas importações do estrangeiro de centenas de milhares de hectolitros que são entregues a preços insignificantes aos grandes armazémistas e vendidos a preço do ouro ao povo trabalhador deste país.

Mais do que proclamar boas intenções é preciso saber se o Governo vai pôr em prática o vergonhoso acordo assinado com o Banco Mundial, que o obriga a abandonar os agricultores do Norte e Centro à sua sorte e a recusar-lhes qualquer apoio em crédito, condenando-os à ruína; é preciso saber se os rendeiros deste País vão ter finalmente direito a trabalhar a terra com segurança, se vai pôr-se cobro aos abusos e agressões dos senhorios caciques do PPD e do CDS; é preciso saber se vão finalmente acabar de facto as meias, as terças, as rendas injustas e escandalosas, se vai acabar em definitivo a colónia da Madeira; é preciso saber quando serão pagas as indemnizações às vítimas das cheias em que já ninguém fala. É preciso saber se os pequenos produtores de carne vão continuar sujeitos à exploração dos intermediários e à subida constante das rações e alimentos falsificados. É preciso saber quais são os projectos do Governo

para o Cachão, para a Cova da Beira e para a regularização do Tejo. É preciso saber se o Governo vai pôr em prática no vale do Mondego o plano do imperialismo alemão para emparcelar pela força as terras dos pequenos rendeiros e camponeses, deixando sem terra nem pão 5000 famílias camponesas.

É preciso saber se o Governo da Sr.ª Maria de Lurdes Pintasilgo vai aplicar uma das muitas leis antipopulares e anticonstitucionais do Governo de Eanes/Mota Pinto, que rouba os baldios ao povo. É preciso saber, enfim, se o Governo vai tomar finalmente medidas para respeitar os velhos e reformados do campo garantindo-lhes pensões justas e dignas.

Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O inferno em que se encontram os camponeses do Norte e Centro mais do que orações, louváveis nas suas intenções, exige respostas claras e medidas concretas do Governo.

A UDP faz as suas exigências do movimento camponês e continuará a dar todo o seu apoio ao desenvolvimento da sua luta, pelo reforço das suas organizações, até à conquista de um governo do povo do campo e da cidade, um governo digno das esperanças de Abril.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues.

**O Sr. Aires Rodrigues (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo trabalhador deste País pôs em maioria nesta Assembleia da República os dois maiores partidos que se reclamam da classe operária, depois de os já ter posto em maioria na Assembleia Constituinte.

As regras mais elementares da democracia dizem que o voto do povo é soberano, que a vontade do povo deve ser respeitada. O voto do povo pôs em minoria na Assembleia da República o PPD e o CDS, os dois partidos dos capitalistas e latifundiários, ligados ao antigo regime fascista, desmantelado com a revolução que se desenvolveu depois do 25 de Abril.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Olha quem fala!

**O Orador:** — A experiência da revolução portuguesa, a experiência que milhões de trabalhadores fizeram, demonstra que os interesses daqueles que o PPD, o CDS e a hierarquia militar representam implicam, para serem defendidos e vingarem, a destruição das conquistas da revolução, o desrespeito da vontade democrática do povo português, o cortejo de miséria e fome para todas as camadas laboriosas da população portuguesa.

Mas a experiência da revolução portuguesa demonstra também que a solução para a crise da sociedade existe. Os próprios trabalhadores começaram a encontrá-la a partir do seu movimento prático, ocupando e gerindo as terras, as empresas, constituindo por toda a parte comissões de trabalhadores.

Os trabalhadores portugueses deram a maioria ao PS e ao PCP nesta Assembleia para que constituíssem um governo sem representantes dos capitalistas e latifundiários, a fim de que as medidas socialistas necessárias à resolução dos problemas pudessem ser tomadas em conjunto e com o apoio do povo trabalhador.

O que se passa hoje nesta Assembleia é a expressão

clara de que a crise que abala a sociedade portuguesa resulta unicamente do facto de as direcções do PS e do PCP se recusarem a cumprir o mandato que o povo lhes deu.

O general Eanes, chefe da hierarquia militar, representa os interesses do capitalismo nacional e estrangeiro, que buscam, com o PPD e o CDS, liquidar a revolução portuguesa. Opondo-se à vontade democrática do povo português, o general Eanes procura impor vários governos que ninguém elegeu, que lançaram o País no caos, na crise, o povo na miséria. Mas a força da revolução portuguesa é muito grande! A crise dos capitalistas e do seu sistema nunca foi tão aguda!

Os governos do general Eanes caíram sucessivamente! O general Eanes está isolado em todo o País. O general Eanes é odiado por todo o povo trabalhador que exige a sua expulsão imediata do poder. E o general Eanes, depois de ter visto o seu último governo cair, propõe-se, num acto desesperado, claramente provocatório da vontade democrática do povo português, demitir a maioria PS/PCP, que o povo elegeu para esta Assembleia.

As coisas são claras! Bastava que o PS e o PCP apresentassem numa moção de rejeição a este Governo e ao general Eanes, se propusessem constituir o Governo PS/PCP, para defender os interesses dos trabalhadores, e o general Eanes teria os seus dias contados e com ele toda a direita, o PPD e o CDS, sofreria uma derrota estrondosa.

É preciso dizê-lo: A decisão do PS e do PCP de recusarem cumprir a vontade do povo trabalhador que os elegeu, a sua protecção descarada ao general Eanes e aos seus governos é fonte de novas crises na sociedade portuguesa, de novos sofrimentos para o povo trabalhador.

É esta recusa, e só ela, que permite aos capitalistas e latifundiários, à direita, ao general Eanes, ao PPD e ao CDS, tentarem tirar dividendos, procurando lançar a confusão no povo português.

É esse o sentido da pseudomoção de rejeição do PPD e do CDS, que, seguros do apoio do PS e do PCP ao general Eanes e ao seu Governo, sabem que tal moção não tem quaisquer efeitos práticos.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Nem sabe o que está a dizer!

**O Orador:** — Votar contra ou abster-se na moção do PPD/CDS significaria dar o apoio ao general Eanes e ao seu governo reaccionário, fazer o jogo do CDS e do PPD, que, com a certeza de que o Governo Eanes/Pintasilgo vai aumentar os preços dos principais produtos de consumo, o querem à viva força caracterizar como um governo de «esquerda».

Nós somos, com todo o povo trabalhador português, pela expulsão do general Eanes e dos seus governos constituídos por ex-membros do antigo regime, da hierarquia militar, de ex-ministros de Nobre da Costa e de Mota Pinto, como é o caso deste Governo.

Considerando que a moção de rejeição do PPD e do CDS não visa fazer cair este governo, como, aliás, é confessado pelos próprios dirigentes destes partidos;

Considerando que o PS e o PCP se recusam apresentar, como era vontade do povo que maioritaria-

mente os elegeu, uma moção de rejeição a este Governo;

Considerando que, como Deputados independentes, nem eu nem a Deputada Carmelinda Pereira podemos apresentar uma moção de rejeição, denunciamos diante do povo trabalhador a manobra conjunta das direcções do PS e do PCP com os partidos da direita, para protegerem o general Eanes e o seu Governo e recusamo-nos a participar numa tal pseudovotação...

**O Sr. Manuel Gomes (PCP):** — Muito bem!...

**O Orador:** — ..., com todo o povo trabalhador nós dizemos: fora com o general Eanes e os seus governos do poder!

Estamos certos de que a revolução portuguesa, uma vez mais, derrotará os obstáculos e as manobras que sucessivamente lhe têm sido levantadas.

**O Sr. Presidente:** -- Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Gonçalves para uma intervenção.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As intervenções que até agora foram proferidas nesta Câmara sobre o debate do Programa do Governo, pelos seus membros e pelos representantes dos partidos da maioria de esquerda, acrescida pela associação da ASDI, têm confirmado inteiramente os pontos de vista do PSD.

Senão vejamos: É o primeiro Governo Constitucional que nesta Câmara obteve o apoio declarado do Partido Comunista.

É o primeiro Governo de iniciativa presidencial apoiado pelo Partido Socialista.

Para o PS este Governo já não é afrontoso para a Assembleia da República como o foram os Governos Nobre da Costa e Mota Pinto, ambos por si derrubados;

É um Governo que, ao incluir dissidentes do PSD, pretende objectivamente afrontar o Partido Social-Democrata e tentar prejudicá-lo eleitoralmente.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — É um Governo constituído para prejudicar eleitoralmente a Aliança Democrática, nova esperança dos Portugueses ...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Esperança fúnebre!

**O Orador:** — ... para saírem do beco a que a maioria marxista os conduziu.

**Protestos do PS e do PCP.**

A indigitação da Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro, pelo Sr. Presidente da República, contra a vontade expressa dos partidos da Aliança Democrática é disso a prova.

É um Governo cujo programa pouco diz quanto à nossa adesão à CEE, sabendo que essa adesão pressupõe o alinhamento com um projecto de sociedade de tipo inequivocavelmente europeu.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — É um Governo do Sr. Presidente da República e agora também do PC/PS/ASDI.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Só não é dos provincianos do PPD!

**O Orador:** — É um Governo, que segundo se pode depreender da resposta dada ontem nesta Câmara pelo Sr. Ministro Costa Brás ao Sr. Deputado Rui Pena, vai manter os governadores civis, escolhidos pelo Partido Socialista e por si nomeados ...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — E os do PPD!

**O Orador:** — ..., quando no I Governo Constitucional, presidido pelo Sr. Dr. Mário Soares, o Sr. Ministro Costa Brás desempenhava funções idênticas às que detém neste Governo. Sobre este assunto gostaria de citar algumas afirmações do Sr. Ministro Costa Brás, em 22 de Abril de 1977, em Évora, explicitando o seu pensamento sobre as regras e critérios que deveriam presidir à nomeação dos governadores civis. Interrogado sobre a nomeação do novo governador civil de Beja, o Ministro Costa Brás esclareceu:

É um problema que está, na realidade, pendente do próprio Partido Socialista, já que tem sido regra, e eu concordo com ela, que os governadores civis sejam indicados pelo PS.

*Risos do PS e do PCP.*

Sendo como o são — e a própria Constituição o refere — representantes do Governo no local, é lógico que o governador civil de Beja seja indigitado pelo Partido Socialista. Cabe-me a mim, entre as pessoas indicadas, formular depois a minha opinião.

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — Prefiro o Pedro Roseta!

**O Orador:** — Como os governadores civis, actualmente em exercício são, com três ou quatro exceções, os mesmos que o Sr. Ministro empossou e o Partido Socialista escolheu durante o mandato do I Governo Constitucional, pergunta-se: Será que a confiança política exigida pelo Partido Socialista aos seus governadores civis é igual à do actual Governo?

Será lógico que na vigência do V Governo do Sr. Presidente da República/Eng.<sup>a</sup> Lurdes Pintasilgo, dito «imparcial», seja o Partido Socialista mentor da quase totalidade dos governadores civis?

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Onde está a imparcialidade Sr. Ministro Costa Brás?

Quem lança, Sr. Ministro, suspeições gravíssimas e ofensivas da dignidade de cada um? Quem se desrespeita perante o povo?

**O Sr. Américo Sequeira (Indep.):** — O Deputado Bento Gonçalves!

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — O Deputado Bento Gonçalves!

**O Orador:** — Aos partidos, Sr. Ministro, compete a denúncia dos factos que podem ser lesivos do interesse dos portugueses — a possível manutenção dos actuais governadores civis pelo papel que irão ter no desenvolvimento do acto eleitoral é um facto que deve ser denunciado pelo que encerra de falta de isenção na preparação das eleições.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É, em suma, um Governo de afrontamento, que já está a gerar conflitos entre os portugueses, e tudo indica que agudizará também os conflitos entre os partidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvimos ontem, através do Sr. Deputado do Partido Socialista, Dr. António Guterres, um discurso eleitoralista.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Que horror!

**O Orador:** — O Sr. Deputado de facto fez um rol das nossas desgraças, esquecendo-se no entanto de dizer que foi também o Partido Socialista um grande responsável por elas ...

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., por não ter criado durante o tempo que exerceu a governação, mecanismos de forma a «garantir o direito constitucional ao trabalho de todos os portugueses».

Proceder a reformas de fundo de modo a garantir o direito à saúde, educação, segurança social, habitação, etc.

**O Sr. Severiano Falcão (PCP):** — Olhe que estoira com tantos etc's ...

**O Orador:** — Não se ter resolvido o problema da agricultura portuguesa porque a Reforma Agrária tem constituído um abcesso de fixação da atenção dos Portugueses.

De quem é a culpa Sr. Deputado? Não será da política de compromisso que o Partido Socialista tem mantido com o Partido Comunista?!

**O Sr. António Campos (PS):** — É tolo!

**O Orador:** — A sobreposição partidária no Alentejo ao poder legítimo e democrático do Estado foi e continua ainda hoje a existir graças à política de ambiguidade que, ao longo da actual legislatura, o Partido Socialista tem mantido para com o Partido Comunista.

**O Sr. Manuel da Costa (PCP):** — Devia pagar imposto por cada asneira que diz!

**O Orador:** — No nosso entender, é urgente avaliar-se em termos económicos e sociais quanto vale a Reforma Agrária nas zonas onde a lei já foi praticamente aplicada, para que, depois de se fazer esse balanço e informar-se a Nação com verdade, se decidir do rumo a tomar no que se refere à reestruturação fundiária da terra nacionalizada e dos restantes aspectos sociais inerentes.

A agricultura portuguesa depois dos Governos Socialistas está praticamente como antes do 25 de Abril, sem estruturação, sem programa, caminhando ao sabor da improvisação. Neste sector, o fracasso do Partido Socialista foi total, apesar da acção esclarecida do ex-Ministro António Barreto que acabou por ser sacrificado pelo PS ao acordo com o PC.

*Risos do PS.*

O Sr. Salgado Zenha (PS): — É a mesma voz, o mesmo estilo da União Nacional!

O Orador: — Disse o Sr. Deputado do Partido Socialista ser falsa a questão dos dois modelos de organização da sociedade — um defendido pela Aliança Democrática, de tipo aberto, liberalizante, europeizado, etc., outro defendido pela pretensa maioria de esquerda de tipo burocrático e colectivista.

Sr. Deputado, foi a prática política do Partido Socialista que nos leva a tirar essa conclusão. Pois não foi a maioria de esquerda que aprovou nesta Câmara tantos diplomas ao arrepio do sentir dos Portugueses, tais como:

*Protestos do PS.*

O Orador: — Alterações à sua própria lei de bases da Reforma Agrária; Alterações à Lei do Arrendamento Rural; Lei das Comissões Concelhias do Arrendamento Rural; Leis conhecidas pelo «pacote da informação», algumas das quais permaneceram mais de um ano nesta Assembleia por oposição do PC com a conivência do Partido Socialista.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Serviço Nacional de Saúde (projeto PS); A Lei das Organizações Fascistas, justamente qualificada pelo PSD de lei celerada, tão graves são as violações dos Direitos do Homem nela permitidas; Lei da Amnistia; falta de regulamentação de outras leis importantes para a vida dos portugueses, sendo de referir a que delimita os sectores público e privado e a grande demora no cumprimento da Lei das Indemnizações.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E tantas outras que, como é óbvio, levam os portugueses a concluir, e bem, de que o Partido Socialista e o Partido Comunista têm estado objectivamente de acordo quanto às grandes orientações da política portuguesa e por isso serão responsabilizados pela catastrófica situação em que nos encontramos.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — E depois não quer que lhe chamem fascista!

O Orador: — Se as suas palavras de acalmia, Sr. Deputado António Guterres, eu acredito que o sejam, são sinceras, é evidente que o Partido Socialista tem de provar aos Portugueses que assim é, através da sua futura prática política.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Deixem vir as eleições e vão ver a «capilota» que apanham.

*Aplausos do PS.*

O Orador: — Tenha calma, Sr. Deputado!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Veremos quem será arrasado!...

O Orador: — A Aliança Democrática é hoje a esperança dos Portugueses num futuro melhor,

*Risos do PS e do PCP.*

representando a opção por um modelo de sociedade livre, fraterna e democrática, onde os direitos dos cidadãos serão respeitados, sendo estimuladas as iniciativas de cada um no respeito pelas suas opções individuais.

*Vozes do PS:* — Muito mal!

O Sr. Salgado Zenha (PS): — É o mesmo estilo da União Nacional!

*Aplausos do PSD.*

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Monteiro de Andrade, mas peço-lhe que seja breve, pois apenas dispõe de meio minuto.

O Sr. Monteiro de Andrade (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Bento Gonçalves durante toda a sua intervenção pôs em evidência que o que estava em causa na actual sociedade portuguesa era o contraste entre dois modelos de sociedade, adiantando diversos argumentos sobre a maioria de esquerda desta Assembleia, dizendo que era necessário que a Aliança Democrática contrapusesse ao modelo colectivista e burocratizante um modelo de sociedade mais liberalizante, mais europeu.

Nesta perspectiva, e considerando que o seu partido também considera que a sociedade burocratizante e colectivista não é uma sociedade democrática, como é que é possível que o presidente do seu partido defenda a necessidade de apoio e de ligações ao PS no caso de o regime correr perigo? Esta situação e esta tomada de posição do presidente do seu partido não põe em causa todas essas teorias que acabou de expender?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Gonçalves.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Eu citei exactamente as palavras do Sr. Deputado António Guterres quanto ao modelo económico da sociedade. O Sr. Deputado não esteve atento, possivelmente não esteve ontem cá quando o Sr. Deputado António Guterres fez a sua intervenção e portanto não percebeu absolutamente nada do que eu disse. Portanto, não lhe respondo coisa nenhuma.

*Risos do PS, do PCP e dos Deputados independentes sociais-democratas.*

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Chumbou! Chumbou!

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Não façam tanto barulho ...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Falta a extrema-unção ...

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Os senhores é que precisam da extrema-unção ...

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama para uma intervenção.

**O Sr. Jaime Gama (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O debate sobre o programa do Governo tem vindo a revelar, da parte das forças políticas que integram a aliança bastante conservadora e com um toque monárquico, uma sistemática fuga à realidade. Descurando os problemas concretos do País e da população, os Deputados da aliança não têm feito outra coisa senão lançar diatribes obstractas contra o Governo e o Presidente da República, procurando disfarçar, através da repetição constante de *slogans* pré-eleitorais, a sua profunda desilusão com a evolução dos acontecimentos, nomeadamente com os evidentes insucessos e dificuldades que a cada momento surgem no processo de unificação e atrelagem do CDS e do PPM ao remanescente do PSD.

*Risos do PS.*

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Veremos o que é o remanescente do PS!...

**O Orador:** — A dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições, tão inconsistentemente reclamadas pelo PSD e pelo CDS, começam hoje a preocupar os dirigentes conservadores e monárquicos, a quem manifestamente falhou na estratégia um Governo ao seu serviço, pronto a manter as relações políticas e sociais no estado em que as havia colocado o Governo Mota Pinto ou até a agravá-las. Daí que, neste momento, dada a incerteza e a desorientação em que se encontram, os ilustres parlamentares da Aliança não sejam capazes de referir um único problema concreto do País nem de perspectivar, em termos serenos, realistas e coerentes, o futuro da nossa sociedade.

**Voes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não se poderia imaginar maior debilidade para quem, em termos tão arrogantes e triunfalistas, reivindica o propósito de mudar drasticamente a vida nacional e de governar Portugal. Porque são obviamente outras a perspectiva e a atitude do Partido Socialista — mais em consonância ccm a dificuldade geral da maioria dos portugueses em perceber as birras, os amuos e a agressividade dos políticos retrógrados — irei referir-me a um ponto muito específico do Programa do Governo que, dada a maneira um tanto lacónica como vem apresentado, necessita de ser esclarecido com mais detalhe. Trata-se das regiões autónomas e da forma como este Governo — programaticamente aberto a uma óptica descentralizadora — pretende encarar o quadro nem

sempre fácil das relações entre o Estado e os poderes regionais, mau grado o seu Programa, em quatro passagens muito curtas e diluídas, se referir de forma insuficiente e imprecisa a essa 'problemática'.

Não se ignora que um Governo de cem dias não poderá fazer nesse período o que, em termos normais, exige mais tempo. Mas o que nesses cem dias, porventura com espírito aberto e com uma maneira desinibida de encarar as questões regionais, se prossigam de forma correcta as acções positivas, se tente obviar às negativas e se criem as condições para que no futuro as soluções mais consentâneas com a descentralização democrática acabem por prevalecer. A autonomia das regiões insulares, constitucionalmente consagrada, não deve ser entendida pelos Órgãos de Soberania, e muito em especial pelo Governo, como um enjeitar de responsabilidades por parte do Poder Central. A Constituição fixa aos Órgãos de Soberania, de forma muito clara, a missão de cooperarem com os governos regionais tendo em vista o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, em especial a correcção das desigualdades derivadas da insularidade. Há, portanto, uma área de responsabilidade constitucional dos governos da República perante as populações dos Açores e da Madeira que não pode ser iludida com uma concepção demissionista ou, até, separatista da autonomia.

E, se é certo que os Ministros da República não se devem substituir ao normal funcionamento dos órgãos de governo próprio das regiões, não pode, porém, ser esquecido que lhes compete, de acordo com a Constituição, uma função de coordenação interministerial no tocante a assuntos com implicações regionais e uma função de superintendência administrativa sobre os serviços do Estado existentes em cada região. A indefinição das funções dos Ministros da República, dada a ausência de estatuto que regule os respectivos princípios constitucionais, não pode continuar a ser pretexto para que oscilem na sua actuação entre o interventionismo abusivo e a diplomacia distante, passando por casos de nítida subserviência que colidem com a indispensável neutralidade para o exercício do cargo. Os Ministros da República não podem variar, segundo as conveniências, entre distintas formas de cumprir os seus mandatos, apresentando-se umas vezes como entidade semi-regional de cunho decorativo, outras como membros do Governo (melhor, do Conselho de Ministros) e outras ainda como enviados especiais do Presidente da República no puro estilo dos governadores das colónias britânicas. De acordo com a Constituição, que é muito clara nesta matéria, o Governo deverá chamar a si esta questão para lhe fixar um contorno mais nítido no âmbito da função executiva.

O facto de serem muito deficientes as administrações regionais — embora se tenha de reconhecer alguma diferença entre o conservadorismo e a inépcia técnica e administrativa do Governo Regional dos Açores, por um lado, e a demagogia puramente irresponsável das entidades regionais madeirenses,...

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Muito bem!

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — E os governos do PS? Demagogia é convosco!

**O Orador:** — ... não nos faz perder de vista que as autonomias insulares constituem elemento essencial da estabilização democrática e que a sua consolidação e desenvolvimento se inserem na própria lógica do aperfeiçoamento das nossas instituições à escala nacional. A política de abertura do II Governo Constitucional, praticada com alguns frutos em relação aos dois arquipélagos e inexplicavelmente travada pelo Governo Mota Pinto, deve ser prosseguida quanto antes, de forma a evitarem-se tensões desnecessárias. Embora tratando-se de um executivo com mandato restrito, o Governo não deverá descurar o problema da transferência dos serviços periféricos, única forma de ser possível estruturar uma administração regional à altura do exercício dos respectivos poderes constitucionais. O contencioso da transferência dos serviços periféricos deve ser resolvido e encerrado rapidamente, para que se ponha à prova a capacidade dos governantes regionais sem álibis de espécie alguma.

Em vários domínios pode este Governo, se quiser, assumir uma compreensão nova das autonomias, em conformidade com os seus objectivos descentralizadores, e criar perspectivas de solução para problemas em aberto. No caso dos Açores, referirei:

Em matéria de transportes, a colaboração com as autoridades regionais para que se resolva cabalmente a ligação das ilhas entre si e com o continente, o que significa a urgência de transformações muito profundas no funcionamento dos TAP e da CTM, a execução do plano portuário dos Açores e a definição de uma política aérea para a Região que é realmente sirva os interesses dos seus habitantes;

Na área financeira, a regionalização democrática da banca, mediante uma maior capacidade de decisão das estruturas regionais do Banco de Portugal; o reforço, sem tentações monopolísticas, das instituições de crédito tradicionalmente ligadas à Região, a sua descentralização dentro do próprio espaço regional cobrindo a realidade ilha e o seu alargamento às comunidades de emigrantes; o lançamento de uma sociedade de desenvolvimento regional e a criação de uma política regional de investimento; a rápida estruturação do IFADAP para o apoio bancário à agricultura, à lavoura e às pescas; o lançamento efectivo do seguro agrícola e pecuário; a abertura ao conceito de fiscalidade regional, com a introdução de taxas flexíveis para os impostos; o lançamento de uma zona de franquia aduaneira; a definição de critérios para a articulação do *deficit* regional com o OGE tendo em conta a necessidade de reforçar a percentagem de despesas de capital numa área subdesenvolvida; a análise do comércio externo e da situação cambial dos Açores; o aperfeiçoamento, numa óptica regionalizada, dos serviços de estatística existentes na Região; o controlo, através das adequadas estruturas do Tribunal de Contas, da contabilidade pública regional;

No sector das pescas, torna-se imprescindível assegurar o controlo efectivo das duzentas milhas, impedindo a pilhagem sistemática por

frotas estrangeiras, lançando um programa de inventariação dos recursos e promovendo os necessários investimentos sem restrições de tipo burocrático; igualmente deve ser completada a rede de frio e investigados os riscos de poluição do cemitério nuclear situado a nordeste dos Açores. De resto, é no sector das pescas, bem como no campo da agricultura e da pecuária, que mais atentamente devem ser estudadas as consequências, para os Açores, da integração de Portugal na CEE, prevendo-se, desde já, os mecanismos institucionais necessários para acautelar os desniveis entre a economia comunitária e a dos Açores e introduzindo os mecanismos de correcção;

No âmbito da comunicação social, impõe-se levar a cabo a cobertura completa do arquipélago pela RTP e pela RDP, bem como pela Anop, sensibilizando os respectivos centros regionais para um acompanhamento directo, mais activo, e sobretudo independente e objectivo, da problemática regional, sem esquecer os temas de ordem nacional e internacional. Tudo o que for feito no sentido da formação profissional dos jornalistas terá consequências positivas na estruturação da opinião pública regional, bem como no apoio à imprensa independente;

No campo da justiça e da segurança, urge colmatar as carências de juízes e delegados nos tribunais judiciais, rever a própria operacionalidade do sistema judiciário existente, adaptando-o à realidade que é um arquipélago, modernizar o conjunto dos estabelecimentos prisionais e ajustar de forma mais eficaz a PSP, a PJ e o Serviço de Estrangeiros à criminalidade que hoje se desenvolve na Região, sem subordinação da segurança interna a critérios totalitários de defesa nacional. Igualmente se torna necessário adequar os mecanismos do contencioso administrativo à existência de uma Região Autónoma com órgãos de Governo próprio;

Em outros departamentos, estou certo de que prosseguirá, por parte do MNE, a prática da integração de representantes regionais em negociações que directamente digam respeito aos arquipélagos, procurando rentabilizar os benefícios regionais resultantes da cooperação luso-francesa, luso-alemã, e luso-norueguesa, do Conselho da Europa, da NATO, da ALD e do acordo luso-americano das Lajes. Na sua política de emigração, o MNE certamente não esquecerá uma perspectiva regional de abordagem das comunidades, nomeadamente nos EUA e no Canadá, para o caso dos Açores. Aberta como está a uma concepção descentralizadora e pluralista do Estado, a Secretaria de Estado da Cultura não ignorará o incremento actual da literatura de raiz açoriana, cooperando com as entidades regionais no estímulo a este aspecto tão relevante e criador da cultura portuguesa contemporânea. O Ministério da Administração Interna

não interromperá as acções de apoio à Secretaria Regional da Administração Pública, tendo em atenção o alto interesse da existência nos Açores de uma administração regional desburocratizada e de um poder local genuinamente autónomo e democrático, com suficientes recursos financeiros e possuidor da necessária capacidade técnica e administrativa.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Em cem dias não se poderá fazer o que não se fez em cem anos.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Que o PS não fez!

**O Orador:** — Mas depois da frustração sentida nas ilhas pela incompetência do Governo Mota Pinto e pela incúria revelada em relação aos anseios das suas populações, este Governo — com o benefício da dúvida — pode, se assim se revelar capaz, transformar a descrença e o desânimo numa lufada de renovação e de esperança. Nas ilhas pequenas e isoladas ou nas ilhas maiores, onde a injustiça social se faz sentir de forma mais directa, os que trabalham na cidade ou no campo, os agricultores, os lavradores, os empregados, os operários, os pescadores, os jovens, as mulheres, a terceira idade, todos os que sentem que as suas aspirações nunca são compreendidas por Lisboa, tal como sabem que os seus problemas continuam por ser resolvidos, dada a falta de capacidade dos Governos Regionais, podem, ao menos, se for esse o compromisso do novo Governo, sentir que há aquém que não faz das regiões autónomas uma figura de retórica ou um instrumento para disputas partidárias.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Como o PS!

**O Orador:** — A criação de uma nova confiança entre as regiões e a República, se não for alcançada por este Governo, será um factor extremamente negativo para a estabilidade das autonomias e da democracia.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em matéria de ópticas descentralizadoras, o V Governo tem de passar das palavras aos actos, a começar pelos Açores e pela Madeira.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Faltam os jacobinos do PS!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista exprimiu, desde o início, a sua discordância em relação ao conjunto da solução política em que este Governo acabou por ser nomeado.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas o que é estranho é que aqueles partidos que mais insistiram na dissolução da Assembleia da República e na realização de eleições

tenham tomado a iniciativa — antes de concluir a apreciação do próprio Programa do Governo — de apresentar uma moção de rejeição onde, afinal, se revelam em desacordo com a concretização da solução que tão encarniçadamente defendiam.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao contestar a idoneidade do Governo para conduzir o País em período pré-eleitoral e eleitoral, não estará o bloco em que se contam bastantes conservadores e alguns monárquicos a preparar, afinal, a argumentação para autojustificar uma eventual derrota eleitoral, à semelhança do que costumam fazer outras forças minoritárias?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — A resposta é: não!

**O Orador:** — As eleições que se vão realizar permitirão auscultar de novo a vontade do povo português e é preocupação geral que sejam asseguradas, em todo o território, a ordem democrática e as condições de pluralismo na comunicação social sem as quais um acto eleitoral não é autêntico. De resto, o que está em causa nesta escolha popular é a reposição da normalidade governativa interrompida com a queda do II Governo Constitucional.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A consulta eleitoral decidida pelo Presidente da República seria carecida de sentido se, depois de eleito o novo Parlamento, persistissem exigências inconstitucionais inviabilizadoras de governos com origem e base parlamentar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O povo vai votar para que governe quem ganhar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Daí a importância de que os partidos apresentem claramente as suas opções de governo e não a retórica balofa do despeito ou do ódio. Com uma legitimidade mais viva, a nova Assembleia estará em condições de viabilizar soluções adequadas de Governo, desde que cessem as razões do impasse político geradas por uma das instâncias interveniente no processo de formação dos governos e que, aliás, são inéditas em todos os países da Europa democrática.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mais do que caluniar os seus adversários com orientações ou intenções que não têm nem perfilham ...

**O Sr. António Macedo (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... — como o gigantesco cenário de propaganda da «maioria de esquerda» —, os partidos deverão dizer ao povo, com honestidade e sem pa-

xão, quais as soluções concretas para governar um país pobre como o nosso num mundo em crise profunda, melhorando progressivamente as condições de vida da população e aperfeiçoando o sistema democrático.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aos demagogos profissionais e aos semeadores de promessas é preciso responder com firmeza, mas com a serenidade e a coerência de quem tem a razão pelo seu lado. O povo português não aprecia os intolerantes, os que pregam a amotinação, a insatisfação e a vingança, os que nada fazem nem têm para fazer a não ser caluniar os outros,...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... os que confundem a política com os seus interesses e julgam que as suas derrotas ou os seus triunfos têm a ver com o País, em suma, os Portugueses não entendem a credibilidade de uma minoria candidata a maioria e que se declara pronta a governar unida, mas que não é capaz de fazer uma única lista unida de candidatos a Deputados por um pequeno círculo eleitoral que seja.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Risos.*

**O Orador:** — O povo português quer urgentemente passar das vacuidades sonoras dos políticos bastante conservadores e com um toque monárquico ...

*Risos do PCP.*

..., à prática adulta de uma democracia mais moderna, mais eficiente e mais justa.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Viu-se com os governos do PS!

**O Orador:** — Nessa opção, a aliança do passado já perdeu, porque quem vai ganhar é o futuro do País.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados,...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Está com cara de mau!

*Risos.*

**O Orador:** — ... eu queria dar um esclarecimento, fazer um protesto, proclamar um exórdio e formular uma pergunta.

*Risos.*

Em primeiro lugar, o esclarecimento: o Sr. Deputado Jaime Gama, mostrando pelo menos desinformação, se não desatenção, se não ausência, relativamente ao que se passou aqui ontem, ...

**Vozes do CDS:** — Ausência! Ausência!

**O Orador:** — ... insistiu num ponto que não deve ficar sem o devido esclarecimento — o da eventual contradição existente entre a reclamação que o CDS fez de eleições intercalares e a apresentação de uma moção de rejeição. Não há contradição entre um ponto e outro, não há, desde logo, contradição entre um ponto e outro no plano constitucional. É evidente que as eleições intercalares podem realizar-se em qualquer caso a partir do momento em que o Presidente da República assine o decreto de dissolução da Assembleia, independentemente da aprovação ou não do Programa do Governo. Naturalmente que esta é uma tese controvertida, como o Sr. Deputado sabe, embora muitos constitucionalistas se inclinem para o ponto de vista de que ela é perfeitamente constitucional. Uma alternativa no caso de esta tese entretanto não fazer valimento seria a da apresentação em dias sucessivos, por três vezes, do mesmo Governo ou de outro Governo diferente, para ter o mesmo destino, e nessa altura a dissolução seria obrigatória, como sabe, nos termos da Constituição. Logo, não há qualquer tipo de oposição em termos legais, em termos jurídicos e em termos constitucionais entre a apresentação de uma moção de rejeição e a reivindicação de eleições intercalares.

Não há também oposição entre uma e outra atitude no plano político. Desde logo, é público e notório que quem queira reclamar-se de mínimo patriotismo deve saber calibrar os seus objectivos e as suas intenções em função do interesse nacional. Se nós julgarmos, como julgamos e estamos no nosso direito, e penso que o Sr. Deputado não nos vai impugnar esse direito, que este Governo não serve, segundo a nossa perspectiva, o melhor interesse nacional, seria contraditório com o nosso ponto de vista, porque reclamámos eleições intercalares, que consentissemos pelo nosso lado em dar a ideia de que aprovávamos o seu programa. Seria contradição, seria incoerência e seria hipocrisia.

Penso que o Sr. Deputado Jaime Gama não nos quis convidar a cometer estes pecados, mas se pretendeu fazê-lo é bom que o esclarecimento lhe seja dado. Por outro lado, e fazendo ainda parte deste esclarecimento que lhe quero dar, mais uma vez se manifesta neste debate que ele constituiu no plano político um profundo erro para quem o quis, apesar de tudo, provocar. É evidente que seria perfeitamente constitucional a formação de um governo de gestão após a dissolução do Parlamento. Não haveria necessidade nenhuma de obrigar forças políticas deste Parlamento a assumirem através dos mecanismos constitucionais normais posições políticas de vínculo directo em relação a este Governo.

O Sr. Presidente da República pensou, no entanto, que por razões políticas seria útil que o Governo passasse pelo crivo partidário institucionalizado, a saber: que o seu programa fosse apresentado diante da Assembleia, e portanto objecto eventual de moções de rejeição. Está a revelar-se, e suponho não exagerar ao dizer, que este debate não está a ser útil para os efeitos que o Sr. Presidente da República alegadamente apresentou para o justificar. É evidente, e isso é natural que assim aconteça. Muitas das intervenções ouvidas, nomeadamente a sua, têm uma atenção que vai para além deste Governo, deste programa

e deste debate e que tem os olhos postos em Novembro e em particular em Novembro nas ilhas atlânticas! ...

**Vozes do CDS e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É lógico que assim seja e não levo a mal nem critico especialmente o Sr. Deputado ou qualquer outro seu colega ou meu colega que adopte este procedimento. Era lógico que assim se passasse, era de esperar que assim acontecesse, como era de esperar que acontecesse certo tipo de chicana ou certo tipo de excitação e de falta de serenidade que tem ocorrido nesta Casa nestes dias; também era natural que isso acontecesse e era de esperar que acontecesse. Nós somos homens e somos políticos e sabemos todos que há um certo nível de confrontação que inevitavelmente ocorre em circunstâncias como aquelas que estamos a viver. Isso não é aquilo que há de mais desprestigiante para este Parlamento e o Sr. Presidente da República cometeu, a esse título, uma contradição grave ao pretender-nos fazer crer que este debate serviria para maior prestígio da Assembleia da República.

Mas há ainda um segundo elemento importante a este propósito que quereria acrescentar: é que este debate, longe de favorecer a tarefa do Governo que o Presidente da República entendeu nomear, está a comprometer seriamente a tarefa desse Governo. Se este debate não se tivesse realizado, não teria havido em torno do Governo o dramatismo e a exacerbação de posições que tem havido.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Este debate tem servido, como é lógico num palco e num hemiciclo como este, para explicar de forma particularmente dura e particularmente por vezes agressiva posições conflituais das forças políticas aqui representadas em torno do Governo, e o Governo, quer queira quer não, sabe que vai pagar um preço político por isso. Este Governo, quer queira quer não, vai estar mais manietado, com a sua margem de manobra política mais dificultada pela realização deste debate. Este Governo sente-se inevitavelmente hipotecado — porque isso é da lógica das coisas — às forças políticas que nesta Casa lhe dão a sua simpatia e procurará talvez, até por razões de honestidade moral e intelectual, furtar-se a esse carimbo que a lógica política deste debate inevitavelmente lhe apõe. E se o tentar fazer vai entrar em jogo de contradições internas muito mais forte e terá dificuldades muito maiores.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Alda Nogueira (PCP):** — Isso é uma intervenção?!

**Vozes do PCP:** — E os senhores?

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Todos os partidos têm. Calem-se!

**O Orador:** — Os Srs. Deputados não querem que eu fale? O Sr. Presidente pode dizer-me se estou autorizado a falar?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o CDS dispunha de minuto e meio e o Sr. Deputado Amaro da Costa está a falar há seis minutos. Eu não intervím porque há pouco, na reunião dos grupos parlamentares, ficou assente — e o próprio CDS colocou esse problema — que, se porventura se se necessitasse de mais alguns minutos para um protesto ou para qualquer esclarecimento, seriam concedidos. Tal como foram concedidos ao PS mais dez minutos a seu pedido, também entendi não dever até agora interpelar o Sr. Deputado Amaro da Costa. Peço-lhe, no entanto, que abrevie.

**O Orador:** — Penso, Sr. Presidente, que não exagero se reivindicar os mesmos dez minutos que foram dados ao Partido Socialista.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Por nossa parte estão concedidos. Ouvimo-lo sempre com muito gosto.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Concedidos por si ...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Cada um fala do lugar que lhe compete!

**O Orador:** — Quereria fazer agora um protesto.

**O Sr. Deputado Jaime Gama** permitiu-se fazer comentários, que eu acredito que não foram resultado de má fé, mas apenas de falta de informação, acerca da natureza dos problemas que trouxemos aqui a debate, pelo nosso lado. Nós temos a consciência de que todos os problemas que levantámos interessam ao povo português e não demos ao Sr. Deputado o direito de ajuizar se os seus problemas interessam mais ao povo português do que os nossos problemas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Querer-lhe-ia fazer um exórdio, e não o faço por iniciativa pessoal, mas apenas por um sentimento de coerência lógica que se deve viver nesta Casa e em particular por parte das bancadas que se reclamam de certos princípios.

O Sr. Deputado Jaime Gama sabe que o Sr. Deputado Salgado Zenha fez ontem uma certa crítica a afirmações de reserva e de crítica que eu próprio tinha feito ao Sr. Presidente da República, alegando que isso não era correcto...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Os termos é que considero ofensivos, não propriamente a crítica em si!

**O Orador:** — ... pelo facto de o Sr. Presidente não estar aqui para responder, disse o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — O senhor empregou o termo traição que eu considero ofensivo.

**O Orador:** — Eu insisto, continuo a sentir-me ...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Pode sentir-se como quiser, mas o termo traição é ofensivo!

**O Orador:** — ... traído pelo Sr. Presidente da República e não considero isto ofensivo nem para ele, nem para mim, nem para a Câmara.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Isso não se usa no Parlamento em Inglaterra. Em termos britânicos, a rainha de Inglaterra não deve tratar-se assim.

**O Orador:** — O Sr. Presidente da República não é a rainha de Inglaterra, Sr. Deputado Salgado Zenha!

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Deve ser tratado do mesmo modo!

Não seja machista, Sr. Deputado!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Salgado Zenha disse que não seria curial estar a fazer esse tipo de afirmações, não vou repetir quais, porque as pessoas em causa não estariam aqui para se defender.

O Sr. Deputado Jaime Gama, no entanto, e quero fazer-lhe esse exórdio...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Dá-me licença, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Eu considerei que o facto de o Sr. Deputado Amaro da Costa ter dito que o Sr. Presidente da República tinha traído o seu eleitorado...

**O Orador:** — Não, a mim.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Ou foi essa a expressão que utilizou, considerei não o fundo dessa crítica em si, porque a crítica é sempre legítima, mas considerei que a forma utilizada pelo Sr. Deputado Amaro da Costa ultrapassou os limites que são consentidos numa crítica a alguém que está ausente. Não quis de maneira nenhuma negar ao CDS o direito de criticar seja quem for, mas penso que os termos empregues por si excederam aquilo que deve corresponder à boa educação dentro da Assembleia da República, embora por vezes outros Deputados façam essa transgressão. Da sua parte, sinceramente, isso desiludiu-me.

**O Orador:** — Eu aceito o recuo de posições que o Sr. Deputado Salgado Zenha acaba de adoptar. No entanto, a minha memória, nessas matérias, é de ferro, devo dizer-lhe.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Não levante o sobrolho, que fico já cheio de medo!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Se a memória é de ferro... está enferrujada.

**O Orador:** — E o Sr. Deputado disse claramente que o problema em causa era o problema de as pessoas visadas não estarem aqui para se defender. Usou esta expressão. E, se me dá licença, ficamos nas nossas posições, cada um de nós. O Sr. Deputado procurou esclarecer as suas; eu não vou seguir por aí. Quero, todavia recordar que o Sr. Deputado Jaime Gama usou expressões que eu também me permito considerar

ofensivas em relação aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira e não estão aqui os mesmos Governos para responder. Este era um exórdio que lhe queria fazer em nome dos princípios que o Sr. Deputado Salgado Zenha invoca nesta Casa.

E, finalmente, a pergunta que quero fazer é esta: O Sr. Deputado Jaime Gama está, naturalmente, no seu direito de criticar as posições políticas do CDS. Ninguém contesta esse direito. Mas temos de nos entender sobre quais são os critérios lógicos que em puro debate político e democrático cada um de nós utiliza, para que saibamos também com clareza quais são as nossas posições recíprocas. E para formular a pergunta que tenho em mente gostaria de pôr uma hipótese...

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Não é a do rapto?!

**O Orador:** — Imaginemos que em vez deste Governo que está aqui estava um governo relativamente ao qual o CDS dissesse que tinha uma grande simpatia pelo Primeiro-Ministro e, em geral, por vários membros do Governo, por exemplo: os Ministros das Finanças e da Administração Interna...

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — Querias!...

Risos.

**O Sr. Teodoro da Silva (PSD):** — Oh, Sr. Deputado, que falta de nível...

**O Orador:** — ... e que outros partidos nesta Câmara se pronunciassem da mesma maneira, mas o Sr. Deputado Salgado Zenha ou os Srs. Deputados do Partido Socialista em geral — falo dele por ser o vosso líder parlamentar — considerassem que esse ponto de vista não era partilhado por vós e que esse Governo tinha o mesmo mandato que o Governo presente, isto é, um mandato para preparar eleições. Pergunto: seria ou não lógico que a partir dessa sua análise o Partido Socialista pusesse em causa, do seu ponto de vista naturalmente, a isenção e a imparcialidade do Governo para preparar eleições?

Seria ou não lógico que o Partido Socialista, nessa hipótese, por exemplo, se fosse o Primeiro-Ministro Mota Pinto,...

**Vozes do PCP:** — Oh!

**O Sr. Luís Filipe Madeira (PS):** — Esse tinha provas dadas... era *a posteriori*.

**O Orador:** — ... com razão — como eu próprio reconhei ontem quando me fizeram perguntas sobre essa matéria, é bom que isto fique claro — impugnassem a isenção e a imparcialidade desse Governo? Não do ponto de vista moral, naturalmente, mas no plano político para preparar eleições. Se não seria, portanto, uma atitude respeitável e aceitável que o Partido Socialista adoptasse essa solução.

Ora bem, a posição neste caso é absolutamente a mesma. E eu pergunto: o Sr. Deputado considera que, havendo pelo menos dois partidos nesta Casa — que, à luz das eleições de 1976, já que costumamos todos invocar muito os resultados das últimas eleições, representam 40% do eleitorado —, objectiva e impar-

cialmente, o seu partido pode dizer que este governo é objectivamente isento e imparcial para todas as forças políticas aqui representadas?

Esta é a pergunta que lhe queria fazer, porque isto é um problema de critério político fundamental. Porque se o Sr. Deputado me responder que é, apesar disso, apesar da desconfiança política que este Governo nos merece e merece a outro partido desta Casa, apesar disso, isento e imparcial, então nós temos de rever muito seriamente quais são as regras do jogo e quais são as regras da convivência intelectual que teremos todos de ter nesta Casa!

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o PS não dispõe de tempo e assim sendo, o Sr. Deputado Jaime Gama não poderá responder. Entretanto, se a Câmara não se opuser, é evidente que darei ao Sr. Deputado Jaime Gama o tempo necessário para o efeito, desde que seja parcimonioso.

Como a Câmara não se opõe, tem a palavra.

**O Sr. Jaime Gama (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito obrigado. Muito rapidamente respondei ao Sr. Deputado Amaro da Costa dizendo que tem de ser feita a história política recente para, no conjunto, perceber as razões da actual atitude do CDS.

O de há muito tempo a esta parte, em virtude da instabilidade no seu grupo parlamentar, que depois se veio a traduzir numa cisão política, o PSD vinha crescentemente reclamando a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições intercalares. Posição em que, dada a natureza das circunstâncias, não era acompanhada pelo CDS. O CDS, a partir de determinada altura, e pondo isso como condição para alinhar na solução preconizada pelo PSD, reclamou a criação de uma aliança entre os dois partidos.

Compreende-se qual a análise do CDS ao enveredar por esta política: o CDS considera que o PSD é um partido com bases e sem dirigentes e que o CDS é um partido com dirigentes e sem bases...

*Risos.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Essa é cavigosa!

**O Orador:** — ... e, portanto, pretendia e pretende, através da criação de uma dinâmica unitária entre os dois partidos, potenciar a sua capacidade política para além da sua implantação real na sociedade portuguesa.

Acontece ainda mais: o CDS pretendia — quando conseguiu a política de aliança com o PSD — que a dissolução da Assembleia da República fosse acompanhada pela nomeação ou pela manutenção de um governo da confiança dessa estratégia política, obviamente, e o que está em causa na atitude do CDS em relação a este Governo não é tanto o CDS ser contra a falta de isenção deste Governo, por que ele praticamente ainda não actuou e seria lógico que o CDS em relação a um governo que não actuou já estivesse a condená-lo ...

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Para que servem as moções de rejeição?

**O Orador:** — O que está em causa é que o CDS condena o facto de o Presidente da República não ter viabilizado uma solução de governo de acordo com as instruções e com as directrizes do CDS e dai que proteste ...

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Faça favor.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — É importante para aquilo que vai dizer a seguir, ...

**Vozes do PS:** — Já sabe?!

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — ... porventura, que eu matize um pouco essa matéria.

*Risos.*

O Sr. Deputado tem consciência do que eu acabei de dizer — e penso que não põe em dúvida aquilo que afirmei —, de que, se o Partido Socialista, no caso de o Presidente da República ter intentado manter em funções o Governo Mota Pinto, protestasse porque esse Governo não ofereceria condições de isenção e de imparcialidade, o CDS reconheceria a qualificação e a razoabilidade desse ponto de vista do Partido Socialista no plano das suas críticas. É neste quadro só que lhe pedia que se cingisse nas considerações que tem a fazer, porque agradecia que não me fizesse processos de intenção, nem a mim nem ao meu partido.

**O Orador:** — Sr. Deputado, a diferença é muito simples e é a de que em relação a este Governo — que como se sabe, não é um Governo do Partido Socialista — o PS lhe concede o benefício da dúvida pela simples circunstância de que ele ainda não exerceu funções. E nós não excluímos de forma alguma o facto de vir a tomar posições diferentes conforme e consoante a própria evolução e actuação política do Governo. Pois se o Governo não é nosso, nem é politicamente responsável perante o Partido Socialista, nós não podemos avalizá-lo indefinidamente e avalizá-lo desde já de uma forma global.

O que acontece em relação ao Governo Mota Pinto é que já havia uma prática governativa demonstrada e a tal ponto que não só o PS mas também o próprio Partido do Sr. Engenheiro e o Sr. Engenheiro reconheceram ontem que esse Governo não era isento para governar o País num período pré-eleitoral e eleitoral. Portanto, há aqui uma diferença de situações.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama, pedia-lhe o favor de abreviar.

**O Orador:** — Vou abreviar, Sr. Presidente, e não o fiz já em função da interrupção do Sr. Deputado Amaro da Costa. Diria mais o seguinte: o CDS errou — e dai o seu ressentimento na situação presente — os seus cálculos políticos porque nem conseguiu obter um Governo favorável aos seus pontos de vista nem conseguiu viabilizar a política de listas conjuntas com o PSD! Daí que neste momento o CDS necessaria-

mente tenha de estar ofendido com a realidade, mas os Portugueses e o País não têm culpa das ofensas do CDS em virtude das suas estratégias erradas!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Estou esclarecido, estou esclarecido!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou pedir ao Sr. Deputado Jaime Gama que me responda, vou apenas fazer alguns comentários à sua intervenção e até a algumas afirmações que fez em resposta à pergunta que lhe dirigiu o Sr. Deputado Amaro da Costa. E começava até pelo fim.

O Sr. Deputado Jaime Gama diz que, na sua opinião, o PSD é um partido com bases e sem dirigentes e que o CDS é um partido sem bases e com dirigentes, e era capaz de acrescentar que o PS terá de ser — é outra alternativa — um partido sem bases e sem dirigentes ...

*Risos.*

**O Orador:** — Na sua intervenção, o Sr. Deputado Jaime Gama mostrou-se um grande apóstolo e defensor da autonomia e da descentralização, pedindo a este Governo que concretize, efectivamente, o anseio das populações dos Açores e da Madeira, consagrado constitucionalmente, no sentido de a autonomia vir a ser ali uma realidade e prevendo também que a descentralização seja um facto real no nosso país.

Pois tenho de me congratular com a conversão do Sr. Deputado Jaime Gama — e, atrás dele, com a conversão do seu partido, porque ele falou em nome do partido e não em nome pessoal —, lembrando-me, naturalmente como todos os portugueses, da política que foi desenvolvida pelo PS quando esteve no Governo. Política essa que contrariou frontalmente e enquanto pôde a concretização da autonomia nas regiões autónomas, política que foi contrária, a mais não poder ser, à verdadeira descentralização no nosso país!

**Vozes do PS:** — Não é verdade!

**Vozes do PSD:** — É verdade!

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Está ali o Sr. Deputado Basílio Horta que é testemunha!

**O Orador:** — Compreende-se que o Sr. Deputado Jaime Gama, num período eleitoral, sinta a necessidade de fazer afirmações desta natureza, que porventura serão receptíveis para o eleitorado dos Açores a que ele se dirigiu especialmente, mas, para azar do Sr. Deputado Jaime Gama, o povo português e o povo dos Açores não têm a memória tão curta que não se lembrem daquilo que se passou ainda há bem poucos anos.

O Sr. Deputado Jaime Gama lamenta e critica a Aliança Democrática pelo facto de não apresentar propostas concretas para a resolução dos problemas nacionais. Das duas uma: ou o Sr. Deputado Jaime

Gama não tem o sentido das oportunidades, ou então nem sequer tem estado atento àquilo que se passa de relevante na vida política nacional ...

Foi largamente difundido que a Aliança Democrática está a preparar e tem já em fase de grande adiantamento um programa eleitoral em que estão definidos os pontos fundamentais do Programa do Governo da Aliança Democrática e, no momento próprio, o País ficará a saber qual é, efectivamente, a solução que a Aliança Democrática apresenta nas suas linhas essenciais para a resolução dos grandes problemas nacionais. É evidente que, enquanto isso não acontecer, cada partido que compõe a Aliança, quer o PSD, quer o CDS, quer o PPM, tem — e com grande abundância, sobretudo da parte do PSD — manifestado a sua opinião acerca da forma como devem ser resolvidos os grandes problemas nacionais.

*Risos do PS.*

O Sr. Deputado Jaime Gama, dentro de uma perspectiva eleitoralista — por um lado era necessário fazer grandes ofertas ao eleitorado e, por outro lado, era preciso atacar os concorrentes —, iniciou a sua intervenção de uma forma que não pareceu nada ligada e lógica com o ataque ao Partido Social-Democrata, falando não no Partido Social-Democrata mas no remanescente do PSD.

É claro que o Sr. Deputado Jaime Gama pode ter o direito de não perceber nada de matemática ou de aritmética, mas gostaria de lhe dar uma ajuda neste campo e de lhe lembrar que em matéria de remanescências podemos comparar o que se passa no PSD e o que se passa no PS ...

Por aquilo que conheço, na dissidência do PS que se seguiu no seu I Congresso, liderada pelo socialista Manuel Serra, dito por um membro do Partido Socialista, houve nada menos do que três mil dissidentes militantes do Partido Socialista, o que é realmente um número que parece difícil pôr em equação quando há pessoas que se atrevem a falar nas remanescências de um partido que não teve mais, garanto-lhe, Sr. Deputado, do que uma escassa centena de dissidências dos seus militantes!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas não foi apenas a dissidência do militante Manuel Serra; foi também a do Deputado Lopes Cardoso, que não sei quantos outros militantes arrastou consigo, mas arrastou seguramente muitos mais do que aqueles que saíram na totalidade do PSD.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — E continuam a sair do PS.

**O Orador:** — Mas não foi apenas a do Deputado Lopes Cardoso; foi também a dos ex-Deputados António Barreto, Medeiros Ferreira, Godinho de Matos e outros, que arrastaram também consigo muitos mais do que aqueles que saíram do Partido Social-Democrata.

*Protestos do PS.*

É claro que as saídas continuam, são noticiadas todos os dias nos jornais, e houve mesmo um período em que todos os dias havia notícia de militantes que

saíam do Partido Socialista, mas naturalmente que para o Sr. Deputado Jaime Gama isso não terá grande importância, talvez porque o Sr. Deputado faça as contas de outra maneira. É claro que, à partida, recuso-me quase a acreditar que isto possa acontecer. As contas poderiam ter sido feitas apenas em termos de Deputados: saíram mais Deputados do PSD do que do PS, e daí que se possa falar nas remanescências do PSD e não se possa falar nas remanescências do PS. Mas será isto possível num Deputado de um partido que se diz Deputado de massas, de trabalhadores, fazer as contas apenas em relação às cúpulas?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!

O Orador: — Recuso-me a acreditar e por isso não consigo compreender a expressão do Sr. Deputado Jaime Gama!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria de terminar, congratulando-me ainda pela autocritica que me parece ter sido feita pelo Sr. Deputado Jaime Gama em relação a toda uma série de actos condenáveis em que o Partido Socialista tem sido especialmente pródigo. Com certeza que era ao próprio partido que se referia, porque neste país não sei de outro partido que tenha tão repetida e frequentemente cometido os pecados que o Sr. Deputado Jaime Gama longamente enumerou. O País, a democracia, poderão lucrar muito se na realidade o Partido Socialista passar a ter um comportamento mais adequado no nosso país, mais de acordo com regras de um mínimo de moralidade na política, de coerência e de respeito pelo eleitorado que o elegeu.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Cuidado com a linguagem!

O Orador: — Sr. Deputado, não me interrompa porque me perturba um bocadinho o discurso ...

Vozes do PS: — Cuidado com a linguagem!

O Orador: — O Sr. Deputado Salgado Zenha, o Sr. Deputado que é tão cioso, veja se põe um bocadinho de ordem no seu grupo parlamentar ...

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Está sempre em ordem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Está sempre em desordem!

O Orador: — Se o Sr. Deputado Salgado Zenha se mostra incomodado pelo facto de haver pessoas que o perturbam quando está no uso da palavra, acho que é um dos direitos fundamentais dos Deputados o não serem interrompidos ou perturbados quando estão no uso da palavra, sobretudo quando estão a fazer afirmações que em nada ofendem quem quer que seja nesta Casa, embora representem, porventura, pontos de vista ou opiniões que sejam diferentes daqueles que são perfilhados por outros Deputados.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Estou a ouvi-lo religiosamente!

O Orador: — Portanto, estava a dizer ... e, com todas estas coisas, evidentemente que o fio do meu discurso já se perdeu um bocado ...

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Nós temos aqui o novelo!

O Orador: — Estava, pois, a dizer que me congratulava-se, efectivamente, a autocritica feita pelo Sr. Deputado Jaime Gama, em nome do seu grupo parlamentar, fosse uma autocritica que viesse a ter consequências práticas, mesmo que isso seja também para bem do próprio Partido Socialista passar a ter um comportamento que beneficie e prestigie mais a democracia portuguesa.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jaime Gama, não lhe posso dar a palavra a não ser que a Câmara me autorize a fazê-lo, porque já há pouco lhe concedi a palavra para responder a perguntas do Sr. Deputado Amaro da Costa sem que o partido do Sr. Deputado dispusesse de qualquer tempo, até porque já tinha ultrapassado alguns minutos na sua intervenção e lhe não chamei a atenção.

Portanto, a não ser que a Câmara me autorize, não posso, efectivamente, dar-lhe a palavra, porque a sua resposta vai suscitar nova resposta do PSD, que, aliás, dispõe de tempo para o fazer. Depois, o Sr. Deputado pretenderá responder novamente, e assim nunca mais chegamos ao fim...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Quantos minutos já tem o partido Socialista a mais?

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, usaria muito brevemente da palavra sob a forma de protesto, porque creio que será essa a única maneira...

O Sr. Presidente: — Sim, Sr. Deputado, mas nesta discussão os protestos contam para o tempo...

Contudo, desde que não haja objecções por parte da Câmara, concedo-lhe a palavra sob a forma de protesto, mas peço-lhe que seja bastante breve.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei muito breve, para agradecer os conselhos do Sr. Deputado Amândio de Azevedo...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Que é seu amigo ...

O Orador: — ... e para lhe dizer que em relação ao problema da autonomia são as próprias regiões autónomas que conhecem pela prática qual é a conduta do PSD no poder...

Na Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional do PSD não só tem impedido a aplicação da Lei das Finanças Locais, como tem uma concepção

tão centralizadora da administração regional que asfixia por completo a própria autonomia municipal, como é conhecido de toda a gente.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — É o separatismo centralista!

**O Orador:** — Em segundo lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo que, realmente, e é pena, a Aliança Democrática, até ao presente momento, em que ainda não apresentou nenhum documento de fundo, de estratégia, de programa, não apresentou realmente nenhuma solução para os problemas nacionais. A imagem pública que dá é a de se interessar com protocolos, com amuos e ressentimentos e com a prática sistemática da violência verbal, conforme foi timbre de alguns Srs. Deputados durante este debate.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Do PS também!

**O Orador:** — Em último lugar, queria dizer ao Sr. Deputado que, em matéria de comparação de remanescentes, o Sr. Deputado Amândio de Azevedo talvez se pudesse voltar para trás e comparar as duas situações. E eu, que em matéria de aritmética nem sou muito forte, quanto a isso não tinha dificuldade absolutamente nenhuma...

De resto, o grande problema do PSD é realmente a sua falta de credibilidade como alternativa de Governo.

*Protestos da Sr.<sup>a</sup> Deputada Amélia de Azevedo.*

**O Orador:** — Minha senhora, tenha calma e esteja tranquila ...

*Risos.*

Em matéria de credibilidade governativa da Aliança Democrática, a grande questão dos Portugueses — e nessa ocasião haverá oportunidade de responder e de dar, portanto, uma satisfação à Sr.<sup>a</sup> Deputada — é a de saber se o Ministério da Aliança Democrática será o Ministério Helena Roseta, Lucas Pires, João Camossa, ou o Ministério João Jardim, Sousa Tavares, Cunha Simões...

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito?

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — É para um contraprotesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamento profundamente que o Sr. Deputado Jaime Gama...

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Ex-Ministro ...

**O Orador:** — ... tenha afirmado aquilo que afirmou na parte final do seu protesto.

Podia replicar-lhe enumerando outros tantos nomes do partido do Sr. Deputado ou de áreas que não têm nada a ver com ele, tal como enumerei nomes que não têm nada a ver com a Aliança Democrática. Mas, sinceramente, acho que é descer muito baixo nesta Assembleia o enveredar por esse caminho, e por isso não lhe respondo. Contudo, não deixo de registar aqui que o Partido Socialista, uma vez mais, pela boca do Sr. Deputado Jaime Gama, está a dar um contributo muito lamentável para a qualidade do debate que se está a travar aqui nesta Assembleia.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jaime Gama que, mais uma vez, ele se mostra informado, ou então — à luz das suas últimas afirmações — está a fazer afirmações maliciosas que sabe deturpadoras da própria realidade.

Já foi expressamente dito que na Aliança Democrática nunca se pôs qualquer problema de distribuição de lugares ou de distribuição de pastas. Isso consta dos órgãos de informação, que o Sr. Deputado Jaime Gama tem obrigação de acompanhar, e portanto não tinha o direito de afirmar aquilo que afirmou, deturpando — a meu ver completamente — a realidade.

A Aliança Democrática não tem de dar contas ao Sr. Deputado Jaime Gama nem a ninguém sobre o momento em que há-de ou não produzir documentos. Já disse que vai produzir documentos e há-de, a seu tempo, quando entender oportuno, dar conhecimento ao povo português de quais são as suas propostas. O Sr. Deputado Jaime Gama não tem o direito de fazer comentários e afirmações como as que acabou de fazer.

Fazendo um comentário que há pouco queria fazer e não fiz por esquecimento — não vá pensar-se que estive a fugir à questão —, pois não tem nada de anormal que surjam problemas no seio da Aliança Democrática, como o problema de se saber como é que a Aliança deveria concorrer às eleições. Pois é evidente que o problema surgiu, mas também é evidente que do acordo inicial constava o princípio fundamental — como, aliás, foi largamente explicado à opinião pública — de que os partidos da Aliança concorreriam, em princípio, em listas separadas.

*Risos do PS.*

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Olhe para a bancada do CDS ...

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Estão agitados aí...

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço silêncio!

**O Orador:** — Sr. Presidente, já que o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não consegue impor a ordem no seu grupo parlamentar, que ao menos seja o Sr. Presidente a fazê-lo...

**Vozes do PS:** — Está nervoso!

**O Orador:** — Estou a falar num tom já um bocadinho diferente. Não é que esteja nervoso, nem nada, ...

**Vozes do PS:** — Não! ...

**O Orador:** — ... Mas é porque entendo que não se pode continuar num clima de galhofa e de risota quando se estão aqui a discutir assuntos sérios e quando, efectivamente, o povo português está a pagar aquilo que estamos aqui a gastar.

*Aplausos do PSD.*

Estava eu a dizer que os partidos que compõem a Aliança Democrática não têm qualquer dificuldade em reconhecer que pode haver problemas, e vão surgir problemas, e que esses problemas não devem ser analisados com toda a frontalidade e com toda a verdade. Seria utópico e irrealista pensar-se que o simples facto de ser feita uma aliança entre o PSD e o CDS e o PPM fazia, por milagre, com que todos estes três partidos daqui para o futuro nunca mais tivessem que discutir coisa nenhuma, que estavam sempre de acordo e não havia problema nenhum. Não passa pela cabeça de ninguém que tenha um mínimo de senso político que isto possa acontecer!

O problema das listas pôs-se no próprio momento em que o acordo se firmou e foi discutido mais tarde à luz de novas realidades. Cada partido expôs a sua opinião, os órgãos de informação e certas pessoas interessadas procuraram fazer uma grande especulação acerca do problema, mas o problema reduziu-se à sua realidade, houve uma deliberação com a qual todos os partidos da Aliança Democrática estão perfeitamente de acordo ...

*Risos do PS e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço o favor de fazerem silêncio porque senão isto eterniza-se, não é verdade?

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — É sabotagem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há muitas maneiras de ser desrespeitoso para com quem está a usar de um direito. Uma delas são estas risotadas constantes que nem sequer se sabe o que significam, mas de qualquer maneira não significam nada de bom para quem está a falar ...

**A Sr.º Zita Seabra (PCP):** — O Sr. Deputado tem graça!

**O Orador:** — Não acredito que as pessoas tenham a noção clara do significado das suas atitudes, mas de qualquer maneira não posso deixar de chamar a atenção porque isto não prestigia essas pessoas e não prestigia esta Assembleia. E creio que não estou a fazer nem a dizer nada que justifique essas risotadas e essas manifestações, que, com certeza, não são próprias de quem respeita os princípios fundamentais da democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Parecendo que, finalmente, o bom senso voltou a esta Casa, queria concluir as minhas considerações dizendo que é perfeitamente natural que haja problemas no seio da Aliança Democrática, que esses problemas sejam discutidos, que tenham até expressão pública — daí não vem nenhum mal ao mundo —, mas fica informado o Sr. Deputado Jaime Gama e todos quantos estiverem nisso interessados de que esse problema foi resolvido

da melhor maneira, de que todos os partidos da Aliança Democrática estão perfeitamente identificados com a resolução que foi tomada, concorrerão às eleições pela forma decidida, em coligações PSD/PPM e CDS/PPM e concorrerão, seguramente, para ganhar as eleições.

**Vozes do PSD:** — Sem dúvida!

*Risos do PS e do PCP.*

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou acrescentar mais nada, até porque, manifestamente, todas estas interrupções, para quem está a falar de improviso, acabam por quebrar e distrair a atenção sobre o objectivo da intervenção. Creio que não será esse o propósito, mas, de qualquer modo, penso que fica aqui bem claro e bem nítido que o Sr. Deputado Jaime Gama foi extraordinariamente infeliz não só nas suas opiniões, como até algumas palavras que proferiu, e não podíamos deixar de, uma vez mais, registar aqui a nossa clara discordância e o nosso protesto.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Vila Lobos Meneses (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito?

**O Sr. Vila Lobos Meneses (PSD):** — É só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Jaime Gama, que, aliás, sabe bastante.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Vila Lobos Meneses (PSD):** — O Sr. Deputado Jaime Gama indicou um rol de intenções ainda por realizar nos Açores, que é o que o Governo Regional há cerca de três anos vem tentando fazer, muitas vezes com boicote, nomeadamente no domínio dos transportes, e especialmente no caso da TAP, que foi bastante flagrante.

Sabemos que há muitas insuficiências, que há falta de recursos humanos, mas também temos a consciência de que nem sempre o Poder cá de fora tem ajudado a Região Autónoma.

No respeitante às autarquias locais, o Sr. Deputado Jaime Gama sabe muito bem que todas as câmaras dos Açores repudiaram a Lei das Finanças Locais. Ela não serve aos Açores. O exemplo típico e anécdótico é o seguinte: a ilha do Corvo, com trezentas e poucas pessoas, tem cerca de 40 000 contos para distribuir, o que é impossível, pois não há recursos humanos.

Era este o esclarecimento que gostaria de dar ao Sr. Deputado Jaime Gama, mas poder-lhe-ia dar de outros concelhos: por exemplo, no Pico, o concelho das Lajes, que é o menos carecido, tem 40 e tal mil contos, o do Cais do Pico, o mais carecido, tem 24 000 contos e o Governo Regional está tentando fazer um esforço para uma distribuição mais equitativa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais para uma intervenção.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Bruto da Costa):** — A estrutura do actual Governo inclui três áreas de coordenação, sendo uma delas a área social.

Esta última integra, como sabem, quatro Ministérios: o dos Assuntos Sociais, do Trabalho, dos Transportes e Comunicações e o da Habitação e Obras Públicas.

A existência de tal área de coordenação revela, desde logo, a intenção de que os sectores da Administração que a compõem sejam olhados não apenas na sua individualidade, mas também nas suas inter-relações com os restantes sectores da área. Parece-nos útil realçar aqui este ponto, dadas as incidências diretas no Programa do Governo em discussão, e acrescentar alguns apontamentos para melhor explicitar a ideia do Governo nesta matéria. Faço-o não na qualidade de Ministro dos Assuntos Sociais, mas na de Ministro de coordenação da área social.

A propósito, queria esclarecer uma dúvida que aqui ontem surgiu ao equipararem-se os Ministros coordenadores a superministros. Na verdade, não se trata de nada disso. Os Ministros coordenadores não têm estatuto diferente dos restantes ministros, têm apenas a função de coordenar, e por isso não se trata de uma nova categoria.

Depois deste pequeno parêntesis, irei prosseguir.

Diz-se no Programa que a existência de uma política social autónoma é uma opção clara do Governo. E esclarece-se que se não trata apenas de corrigir, com remendos, desajustes económicos e financeiros, mas, antes, de colocar exigências à própria economia, exigências que decorrem dessa intenção social de toda a actuação do Governo.

Intimamente associada a esta perspectiva está a prioridade que se atribui à satisfação das necessidades básicas. E, nesta linha, surge o empenho que o Governo se propõe melhorando as condições de vida dos que não chegam sequer a atingir os níveis mínimos de subsistência.

É certo que, de modo geral, não há programa ou plano de desenvolvimento em país algum do Mundo que não aponte a satisfação das necessidades básicas, ou, em termos mais amplos, a melhoria do bem-estar das suas populações, como finalidade última das políticas e acções. Poderia, assim, dizer-se que a afirmação contida no Programa é mais uma a juntar a tantos outros programas.

Convém, por isso, notar que esse fim último consente duas atitudes de fundo diversas, a que correspondem duas opções igualmente distintas: consiste uma em procurar o crescimento económico do País, no pressuposto de que desse crescimento económico resultará espontaneamente a melhoria do bem-estar dos cidadãos em geral; assenta a outra na convicção, largamente confirmada pela experiência de vários países, de que há formas de crescimento económico que mantêm e até agravam as injustiças sociais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Neste caso, a opção consiste em procurar formas de crescimento económico que assegurem de forma explícita a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e tendam a eliminar as injustiças sociais. É esta a opção partilhada por este Governo.

Fica assim claro que também se não menospreza a necessidade do crescimento económico, que é condição necessária, se bem que não suficiente, da sobre-

vivência dos povos. Não se ignora que tal opção está fortemente condicionada por factores vários, entre os quais o de vivermos com escassez de recursos. Tais factores não dispensam nem impedem a opção em si, enquanto definidora de uma tendência, de um parâmetro, que estará presente nas decisões, opção que se tem por necessário sobretudo em atenção aos sectores da população que não têm acesso a níveis mínimos de subsistência e cujos problemas imediatos se não compadecem com objectivos de médio ou longo prazo.

É evidente que o que de concreto se venha a fazer neste campo depende da solução que vier a ter o problema, já aqui focado, das áreas de competência reservada, a esta Assembleia, designadamente quanto a medidas de natureza fiscal e à revisão do Orçamento Geral do Estado.

Por tudo isto, não são de subestimar os efeitos de uma racionalização da gestão financeira e a transformação de soluções no sentido de maior rendibilidade social dos gastos. Seja como for, já será um serviço importante prestado ao País e, em particular, aos sectores mais injustiçados se este Governo, no decurso dos três meses de que dispõe, conseguir preparar medidas que possam ser rapidamente postas em execução pelo próximo Governo, caso o mesmo entenda dever dar seguimento a essas medidas e obtenha as necessárias autorizações da Assembleia da República.

Sem prejuízo deste sentido amplo e global da opção social do Governo, há que extraer vantagens sociais mais imediatas do que a simples coordenação intersectorial possa oferecer através de uma acção concertada dos serviços nela integrados.

A colocação de quatro Ministérios na área social visa realçar a intenção social dos sectores que lhes correspondem, ao mesmo tempo que procura facilitar e promover a coordenação das acções, evitando actuações estanques desses serviços. Falo em serviços e não apenas nos responsáveis pelo Governo, porque as áreas de coordenação visam não apenas decisões concertadas nos níveis de topo, mas também uma política de estreita integração a todos os níveis, incluindo os níveis mais próximos e mais directamente em contacto com os indivíduos e os grupos sociais. Está neste caso, por exemplo, a intenção de reestruturar as Casas do Povo, de modo que possam ter, entre outras, a função de serem terminais de todos os serviços que as possam vir a utilizar.

Um outro facto aconselha a que as actuações sectoriais se integrem ao nível das acções directas. É que os diversos aspectos da vida dos indivíduos e dos grupos formam uma unidade que exige que as acções sectoriais se completem e se integrem de modo harmonioso. Também aqui darei um exemplo: o combate à mortalidade infantil requer acção no campo da saúde, mas, como é sabido, são importantes outros sectores ao nível do saneamento básico, das condições de habitação, etc.

A política social é unitária. Requer uma unidade de política e de normas de orientação — uma e outras do âmbito da Administração Central. Mas admite soluções diversificadas ao nível local, onde desempenham papel relevante os órgãos do Poder Local. Na execução dessa política hão-de ter lugar não só os serviços públicos, como também as instituições privadas.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, lamento informar V. Ex.<sup>a</sup>, mas já ultrapassou em quatro minutos o tempo de que o Governo dispunha. Peço-lhe o favor de abreviar.

**O Orador:** — Certamente, Sr. Presidente. Aliás, vou dar por terminada esta intervenção que era minha intenção fazer, e, assim, passaria a responder muito rapidamente a algumas questões que me foram dirigidas na minha ausência, mas que me foram transmitidas.

Nesta conformidade, passarei a responder, já não como Ministro da Coordenação, mas, mais especificamente, na qualidade de Ministro dos Assuntos Sociais.

Se bem entendi, foram feitas perguntas, penso que pelo Sr. Deputado António Arnaut, relacionadas com a greve dos médicos. De facto, no entendimento deste Governo, esta greve não tem qualquer justificação, não obstante a necessidade de um estatuto médico no que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Só ontem, porém, a Ordem dos Médicos teve conhecimento da versão final do estatuto, cuja promulgação a greve petende exigir.

Consideramos extremamente estranho que se adotem formas de comportamento que só se justificam em casos extremos, lutando por alguma coisa que nem sequer se sabe exactamente o que é.

*Aplausos do PS e de alguns Deputados do PCP.*

Um dos argumentos que tem sido trazido a público é o de que a classe médica está cansada de vir lutando por esse estatuto há três anos e continua-se lutando por isso como se o País estivesse suspenso em toda a sua actividade à espera que esse estatuto seja promulgado.

Não se teve em conta os variados problemas relativos à formação de um governo e da discussão do seu Programa perante esta Câmara.

*Vozes de protesto do CDS.*

**O Sr. Aboim Inglês (PCP):** — Acabam os tachos, não é?

**O Orador:** — Por outro lado, é para nós muito claro que a descontinuidade legislativa é uma das muitas consequências da instabilidade governativa que se tem verificado neste país nos últimos tempos. Essa instabilidade afecta da forma mais diversa os mais diversos sectores da vida nacional.

Não queremos acreditar que a classe médica queira reclamar para si o direito de estar a coberto dessa instabilidade governativa e das suas consequências como se nada se tivesse passado e, portanto, só porque estão há três anos nessa luta não podem ter em conta os problemas óbvios aquando da formação de um novo governo.

*Vozes de protesto do CDS.*

Finalmente, o chamado Estatuto do Médico, nos serviços oficiais de saúde, não foi o único diploma devolvido pela Presidência da República a este Governo. Como foi tornado público, é uma prática seguida de forma sistemática sempre que há mudança de

governo e que haja diplomas ainda não promulgados que possam ter qualquer influência na política do governo em formação.

Por mais esta razão, do nosso ponto de vista, a greve dos médicos não tem justificação.

Quanto a saber se se justifica que o Estatuto do Médico respeite ou não o Serviço de Saúde, a nossa posição, à partida, é a de que o estatuto do pessoal de saúde é algo que deve ser estudado em devido tempo, depois de se ter uma ideia correcta de como serão organizados os serviços e de como virão a funcionar. Só a partir daí se poderá fazer uma ideia lúcida dos vários tipos de estatutos que o pessoal interessado deve ter.

Entendemos, no entanto, como já outros governos fizeram, que há razões para abrir uma certa exceção, ao que o Governo se propõe, não comprometendo a política de saúde ou as organizações de saúde.

*Risos do CDS.*

Assim, o Serviço de Saúde ...

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Serviço Nacional de Saúde, quer V. Ex.<sup>a</sup> dizer ...

**O Orador:** — ... terá sentido a partir do momento em que seja publicado no *Diário da República* e, portanto, passar, a partir daí, a ter força de lei, que, tal como as restantes leis, será fielmente cumprida por este Governo.

*Aplausos do PS.*

É por esta razão que ainda não me referi explicitamente ao Serviço Nacional de Saúde. Só a partir da sua publicação no *Diário da República* é que terá força de lei.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto às medidas para pôr termo à greve, elas vão no sentido de avançar com todos esses aspectos, embora não venham a ser muito influentes no futuro da política e na organização dos serviços de saúde e isso, pensamos nós, será um elemento em que confiamos possa servir para mostrar aos clínicos em que contexto se situa o seu estatuto e, com eficácia, ponha termo à greve.

Por fim, levantou-se o problema do preço dos medicamentos. Estou em condições de anunciar que está já decidida pelo Governo a solução a dar a esta matéria e hoje ou amanhã será dado conhecimento público dos seus resultados. Posso inclusivamente adiantar que a solução escolhida não tem qualquer repercussão no preço de venda ao público.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

**O Orador:** — Com isto, penso que é tudo, Srs. Deputados.

*Aplausos do PS e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: Embora saiba que não vai ter muito tempo para dar mais esclarecimentos e embora tenha havido uma certa complacência para que outros partidos pudessem responder a perguntas, colocava-lhe só uma pergunta que fiz ontem numa intervenção e que se relacionava directamente com o Ministério a que o Sr. Ministro pertence e à qual ainda não foi dada resposta, talvez por, de facto, o Sr. Ministro não ter estado presente.

Assim, só pretendia saber o seguinte: o Sr. Ministro recebeu uma herança terrível em matéria de situação de reformados. Ontem, tive oportunidade de dizer, e é verdade, que desde o 25 de Abril foi a primeira vez que os reformados não viram aumentadas as suas miseráveis pensões, isto é, verificou-se precisamente aquando do último Governo Mota Pinto /PPD/CDS.

Ora isto traduziu-se em que dezenas de milhares de trabalhadores, depois deste brutal agravamento do custo de vida, ficassem com as suas pensões no mesmo nível de há um ano, apesar das sucessivas promessas.

É certo que o Sr. Ministro tem o seu campo de manobra bastante limitado pelo Orçamento Geral do Estado. Todavia, é nosso entendimento que a situação actual não pode manter-se.

Tal como referi ontem, há neste momento 900 000 reformados que têm uma pensão de reforma inferior a 1600\$ por mês, ou seja 900 000 reformados que recebem menos do que custa hoje um par de sapatos que não seja de luxo ...

Por isso, pensamos que esta situação não se pode manter e que também não podem esperar até um novo Orçamento para verem aumentadas as suas pensões de reforma.

Muito claramente, pretendia saber como pensa o Sr. Ministro fazer frente a este problema, que é dramático para tantas famílias portuguesas.

**O Sr. Presidente:** — Se não há objecções da Câmara, darei a palavra ao Sr. Ministro, pedindo-lhe, contudo, que seja bastante sintético.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Bruto da Costa):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, posso efectivamente dizer-lhe o que pensamos a esse respeito: Concordo perfeitamente que essa situação é insuportável e, se me é permitido, acrescentaria a essas centenas de milhares muitos outros milhares de pessoas que recebem pensões sociais muito inferiores a essa; acrescentaria ainda outros milhares que nem sequer pensão social têm, ...

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... acrescentaria algumas centenas ou mesmo milhares de pessoas que estão inscritas, vai para dois anos, para receberem a pensão social a que têm direito e poderia acrescentar muitos outros aspectos que considero pura e simplesmente intoleráveis.

Porém, o problema que se coloca aqui é o problema de sermos capazes de ultrapassar as barreiras financeiras, colocando de parte o aspecto formal das autorizações legislativas, isto é, ou somos capazes de tomar opções de prioridade, infletindo inclusivamente na escala das prioridades em vigor ou, então, nada será possível fazer.

Existe um outro problema sem possibilidade de revisão orçamental; não é possível fazer-se nada, até porque os orçamentos estão a rebentar sem qualquer vislumbre de inovação... Assim, no campo da saúde temos um *deficit* superior a 5 milhões de contos, sem qualquer inovação; no campo da segurança social o *deficit* é menor, mas já se torna necessária uma revisão orçamental.

Outro aspecto que não diz respeito à questão levantada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas que está relacionado com um complemento por mim referido, é o financiamento das pensões que não têm raiz contributiva, de que, como sabe, a pensão social é uma delas, pelo que aí se coloca o problema de recursos, na medida em que o Tesouro — com todos os problemas que tem e que são sobejamente conhecidos — pode reforçar de forma significativa esse sector, para o que, certamente, terá de lançar mão de medidas de natureza fiscal e para o que se põe também o problema das autorizações legislativas.

Assim, neste campo, uma ajuda que este Governo pode certamente dar é equacionar estes problemas de forma diferente e deixá-las prontas para serem postas em execução pelo Governo seguinte, embora pense que três meses não é muito para um trabalho desta profundidade, cabendo ao Governo seguinte prosseguir esta orientação ou, se assim o entender, dela divergir.

Nesta conformidade, penso que o Governo poderá dar um valioso contributo se conseguir definir uma política global da terceira idade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

A sessão de amanhã iniciar-se-á às 10 horas e incluirá a votação da moção de rejeição e respectivas declarações de voto.

Muito boa noite, Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 45 minutos.

**Deputados que entraram durante a sessão:**

**Partido Socialista (PS)**

Albano Pereira da Cunha Pina.  
Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Marques Antunes.  
Alfredo Fernando de Carvalho.  
António Chaves Medeiros.  
António Fernandes da Fonseca.  
António Jorge Moreira Portugal.  
António José Pinheiro da Silva.  
António José Sanches Esteves.  
António Magalhães da Silva.  
António Manuel Maldonado Gonelha.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Aquilino Ribeiro Machado.  
Avelino Pereira Loureiro Zenha.  
Carlos Alberto Andrade Neves.  
Carlos Manuel da Costa Moreira.  
Carlos Manuel Natividade da C. Candal.  
Dieter Dellingen.  
Etelvina Lopes de Almeida.  
Eurico Manuel das Neves H. Mendes.

Florival da Silva Nobre.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de M. Lino Neto.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João Joaquim Gomes.  
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís José Godinho Cid.  
 Manuel Branco Ferreira Lima.  
 Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Raúl D'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Victor Fernandes de Almeida.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 Augusto Nunes de Sousa.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Barata Rocha.  
 Fernando José da Costa.  
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 Joaquim Eduardo Gomes.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 José Theodoro de Jesus da Silva.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.  
 Manuel Henriques Pires Fontoura.  
 Maria Helena do Rego da Costa S. Roseta.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.

Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 Henrique José C. M. P. de Moraes.  
 João Carlos F. Malhó da Fonseca.  
 João Lopes Porto.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Duarte A. Ribeiro e Castro.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 José Vicente J. Carvalho Cardoso.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Narana Sinai Coissôrô.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Victor Afonso Pinto da Cruz.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Carlos H. S. Aboim Inglês.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Cavalheira Antunes.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Paiva Jara.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Octávio Flôniano Rodrigues Pato.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro de Sá.

#### União Democrática Popular (UDP)

Manuel Augusto Monteiro.

#### Independentes

Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Américo de Sequeira.  
 António das Neves Costa.  
 António Augusto Gonçalves.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Justiniano Taboada Braz Pinto.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel Valentim Pereira Vilar.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS)

António Fernandes Marques Ribeiro Reis.  
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.

## Partido Social-Democrata (PSD)

Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Nicolau Gregório de Freitas.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.

## Independentes

António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 José Alberto Ribeiro.

O REDATOR PRINCIPAL,

*Manuel Adolfo de Vasconcelos*

PREÇO DESTE NÚMERO 37\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

